

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)  
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANDRÉ LUIZ NISSOLA

**ALTERAÇÕES NA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ESTADUNIDENSE PARA O  
ORIENTE MÉDIO NO GOVERNO OBAMA:**

Implicações Geopolíticas para a Guerra da Síria

FLORIANÓPOLIS, 2017

**ANDRÉ LUIZ NISSOLA**

**ALTERAÇÕES NA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ESTADUNIDENSE PARA O  
ORIENTE MÉDIO NO GOVERNO OBAMA:**

Implicações Geopolíticas para a Guerra da Síria

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito obrigatório parcial para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graciela De Conti Pagliari.

FLORIANÓPOLIS, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)  
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora, nomeada pela Coordenação de Monografia, resolve atribuir a nota 10 ao aluno André Luiz Nissola, após a apresentação do trabalho intitulado “Alterações na Estratégia de Segurança Estadunidense para o Oriente Médio no Governo Obama: Implicações Geopolíticas para a Guerra da Síria” na disciplina CNM 7280 – Monografia.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graciela De Conti Pagliari (Orientadora)  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Daniel Ricardo Castelán  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Jacon Ayres Pinto  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

*À minha amada avó, Dona Jovita Terezinha Laval Nissola.*

*Como sempre pedistes, não te levei flores.*

*Como nunca me pediu, te dediquei uma monografia.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao (des)conhecido universal: sem misteriosa intenção, nenhuma semente tornar-se-ia árvore.

Por serem meu eterno porto seguro contra as tempestades da vida e as ressacas da alma, agradeço sobretudo aos meus inabaláveis melhores amigos Volmei, Ione, e Anthony, meus pais e irmão. Por sermos pão, queijo, salame e vinho; por sermos apoio, resiliência e aprendizado; por sermos união, força e amor incondicional: meu mais sincero obrigado.

Agradeço aos meus familiares por acreditarem no meu potencial e especialmente aos meus avós, *nonno* Vitório, Seu João e *babcia* Marlene, por acreditarem, extraordinariamente, ainda mais. Agradeço também à tia Rozane, por levar com devoção e zelo o legado da Dona Jovita à frente - ela deve estar orgulhosa, onde quer que esteja.

Agradeço a todos os meus mestres, em especial à minha orientadora Graciela por ser guia, mapa, bússola e exemplo para um *guri* que nem bem começou a trilhar o seu caminho; ao professor Daniel por maquinar comigo todo um planejamento de construção metodológica para o presente trabalho; à professora Patrícia, pelo despertar acadêmico e pelo suporte estabilizador nos primeiros anos da graduação; e ao professor Helton pela experiência, leveza e *zoeira* dos anos de pesquisa conjunta.

A todos os amigos e amigas – de Florianópolis, do Paraná, do Brasil e também de todos os continentes - que de alguma forma compartilharam comigo lições, choros e aprendizados, além de risos e conquistas durante estes anos de graduação: obrigado por terem escolhido estar comigo.

Por serem âncora e não me deixarem à deriva durante o processo insano de construção desta monografia, direciono também agradecimentos especiais à Bo Barbosa, pela singularidade do que fomos e somos; ao amigo irmão Neto, pela sintonia e pelo prestígio de um reencontro mais do que necessário; à amiga irmã Geovana, pela surpresa de uma reciprocidade ímpar; e aos meus amigos Rodrigo e Fernanda, pela dualidade sempre mais do que construtiva. Que continuemos todos nos desafiando, nos bagunçando e nos lapidando mutuamente.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelas mais diversas e adversas experiências oferecidas e ao Grupo de Estudos em Segurança e Defesa (GESED) por ratificar a minha estima pelas Relações Internacionais e por me alicerçar definitivamente nos estudos de Defesa e Segurança Internacional.

## RESUMO

O presente trabalho tem como eixo temático as dinâmicas geopolíticas da Guerra da Síria *vis-à-vis* as alterações na Estratégia de Segurança estadunidense para o Oriente Médio protagonizadas pelo Governo Obama. O conflito iniciou-se em 2011 no contexto da Primavera Árabe e persiste até os dias atuais, com notáveis reflexos políticos, sociais e econômicos tanto para o país quanto para a região. Diante da extrema complexidade atingida pela Guerra da Síria, a pesquisa busca apresentar uma análise destinada a explicar de que forma as alterações na Estratégia de Segurança estadunidense para a região durante o Governo Obama influenciaram as dinâmicas geopolíticas do conflito. A metodologia utilizada será a dedutiva, empregada a partir da sistematização de fontes primárias – sobretudo a partir dos *National Security Strategies* do Governo Norte-Americano - e secundárias relevantes, com posterior confronto de informações de modo a tanto descrever quanto explicar os eventos aqui trabalhados. Pronunciamentos oficiais de atores governamentais relevantes – como o presidente Obama –, além de dados qualitativos e quantitativos serão apresentados para corroborar as conclusões atingidas durante a pesquisa. Por fim, dada a atualidade do recorte de pesquisa, textos de análise de conjuntura e sítios de internet de reconhecidos institutos e instituições também serão utilizados como referenciais. Adota-se, diante do exposto, a abordagem sistêmica das Relações Internacionais como marco teórico de análise, reconhecendo a importância dos Estados Unidos da América na configuração, estrutura e dinâmicas do Sistema Internacional vigente, bem como identificando os principais condicionantes estruturais ao seu comportamento decorrente da sua posição sistêmica. Na sequência, inicia-se a caracterização da nova Estratégia de Segurança do país para o Oriente Médio protagonizada por Obama, condicionada tanto pelos incentivos e constrangimentos sistêmicos quanto pelo petróleo como variável específica da região. Após discutir a ideia de um engajamento diferenciado por parte dos Estados Unidos, pautado sobretudo na análise mais rígida de custos e benefícios na busca por interesses ditos vitais, parte-se para o mapeamento geopolítico do conflito sírio, apresentando os principais atores estatais e não-estatais envolvidos. Aplica-se, então, o supracitado redirecionamento estratégico estadunidense à postura de Washington na Guerra da Síria durante o Governo Obama, identificando as principais implicações geopolíticas para o conflito decorrentes desse comportamento. Finalmente, conclui-se, mediante o estudo realizado, que a forma de atuação estadunidense nesta guerra acabou por encorajar a continuidade dos conflitos, aumentar as incertezas e afastar uma solução duradoura para as clivagens internas que tomaram conta da Síria.

**Palavras-chave:** Estratégia de Segurança Estadunidense; Governo Obama; Guerra da Síria, Geopolítica.

## ABSTRACT

The present work has as its thematic axis the geopolitical dynamics of the Syrian War *vis-à-vis* the changes in the American Security Strategy for the Middle East carried out by the Obama Administration. The conflict began in 2011 in the context of the Arab Spring and continues to this day, with notable political, social and economic repercussions for both the country and the region. Faced with the extreme complexity of the Syrian War, the research seeks to present an analysis aimed at explaining how changes in the US Security Strategy for the region during the Obama Administration influenced the geopolitical dynamics of the conflict. The methodology used will be the deductive one, applied from the systematization of primary sources - mainly from the National Security Strategies of the North American Government - and relevant secondary ones, with later confrontation of information so as to both describe and explain the events studied on here. Official pronouncements from relevant government actors - such as President Obama - in addition to qualitative and quantitative data will be presented to corroborate the conclusions reached during the survey. Finally, given the current nature of the research cut-off, current economic analysis texts and websites of recognized institutes and institutions will also be used as references. The systemic approach of International Relations will be used as the theoretical framework of analysis, recognizing the importance of the United States of America in the configuration, structure and dynamics of the current International System, as well as identifying the main structural constraints to its resulting behavior of its systemic position. Following this, the characterization of the country's new Middle East Security Strategy begins, conditioned by both incentives and systemic constraints and by oil as a specific variable in the region. After discussing the idea of a differentiated engagement on the part of the United States, based mainly on the more rigid analysis of costs and benefits in the search for the so-called vital interests, one starts with the geopolitical mapping of the Syrian conflict, presenting the main state and non- involved. The aforementioned US strategic redirection is then applied to Washington's stance in the Syrian War during the Obama Administration, identifying the main geopolitical implications for the conflict arising from this behavior. Finally, it is concluded from the study that the American way of acting in this war ended up encouraging the continuation of conflicts, increasing uncertainties and moving away from a lasting solution to the internal divisions that have taken over Syria.

**Keywords:** United States Security Strategy; Obama Administration; Syrian War, Geopolitics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fluxos Mundiais de Petróleo em milhões de toneladas (2008) .....	47
Figura 2 - Chokepoints do Petróleo no Oriente Médio .....	50
Figura 3 - Projeto de Califado do Estado Islâmico para 2019.....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
BP	British Petroleum
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CS-ONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
EIA	Energy Information Administration
ELS	Exército Livre da Síria
EUA	Estado Unidos da América
FDS	Forças Democráticas Sírias
IEA	International Energy Agency
ISIL	Islamic State of Iraq and Levant
ISIS	Islamic State of Iraq and Syria
JFS	Frente para a Conquista do Levante
MENA	Middle East and North Africa
NDS	National Defense Strategy
NMS	National Military Strategy
NSS	National Security Strategy
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAQ	Organização para Proibição de Armas Químicas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PPK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
PYD	Partido da União Democrática
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
YPG	Unidades de Proteção Popular

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. DE WALTZ À MEARSHEIMER: CONSTRUINDO TEORICAMENTE A UNIPOLARIDADE.....</b>	<b>17</b>
2.1. WALTZ E A ABORDAGEM SISTÊMICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ...	17
2.2. WOHLFORTH E A UNIPOLARIDADE DO PÓS-GUERRA FRIA.....	23
2.3. MONTEIRO E A PACIFICIDADE DA UNIPOLARIDADE CONTESTADA.....	28
2.4. MEARSHEIMER E O REALISMO OFENSIVO: UM COMPLEMENTO À TEORIA DA UNIPOLARIDADE .....	36
2.5. CONCLUSÕES PARCIAIS.....	43
<b>3. ALTERAÇÕES NA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ESTADUNIDENSE PARA O ORIENTE MÉDIO NO GOVERNO OBAMA.....</b>	<b>46</b>
3.1. ESPECIFICIDADE ESTRATÉGICA DO ORIENTE MÉDIO PARA O UNIPOLO: O PETRÓLEO.....	46
3.2. DE BUSH À OBAMA: ALTERAÇÕES NA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ESTADUNIDENSE PARA O ORIENTE MÉDIO .....	51
3.2.1. A ESTRATÉGIA BUSH A PARTIR DO NATIONAL SECURITY STRATEGY DE 2002.....	51
3.2.2. O REDIRECIONAMENTO DA ESTRATÉGIA OBAMA: NSS-2010 E NSS-2015..	57
3.3. INTERPRETANDO O REDIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO .....	67
3.4. CONCLUSÕES PARCIAIS.....	76
<b>4. IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS NA GUERRA DA SÍRIA A PARTIR DA ESTRATÉGIA OBAMA.....</b>	<b>78</b>
4.1. MAPEANDO O CONFLITO NA SÍRIA.....	78

4.2. OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NA GUERRA DA SÍRIA: APLICANDO O REDIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO PROTAGONIZADO POR OBAMA .....	88
4.3. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS PARA A GUERRA DA SÍRIA A PARTIR DO COMPORTAMENTO ESTADUNIDENSE DURANTE A GESTÃO OBAMA .....	98
4.4. CONCLUSÕES PARCIAIS.....	104
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>114</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Inserida no contexto da “Primavera Árabe” – onda de manifestações populares, sobretudo de jovens, em países do Oriente Médio e norte da África na busca por maior liberdade de expressão, democracia e justiça social – inicia-se a Guerra da Síria. Em março 2011, acompanhando este movimento regional, adolescentes pintam mensagens revolucionárias no muro de uma escola em Deraa, no sul do país. A subsequente prisão dos mesmos desencadeia protestos por todo o país que são brutalmente reprimidos pelo Governo de Bashar al-Assad – filho e sucessor de Hafez al-Assad, desde 2000 na presidência. As manifestações a favor da saída de Assad do poder, bem como a resposta violenta do regime frente a isso, se intensificam. Grupos antigoverno começam a organizar-se em centenas de brigadas para combater as forças oficiais, levando os combates armados até a capital, Damasco, em 2012.

Contudo, o conflito motivado inicialmente por questões seculares passa a assumir contornos de guerra sectária entre a maioria sunita e os xiitas alauítas, ramo do Islamismo ao qual pertence o presidente. Somado a isso, o número de membros da oposição moderada secular passa a ser superado pelo de radicais islâmicos e *jihadistas*: fortalece-se nesse contexto a Frente *Nusra*, antiga afiliada da *al-Qaeda*, e o autointitulado “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” – comumente denominado ISIS -, que viria a declarar seu califado em 2014 abrangendo tanto territórios sírios quanto iraquianos, aproveitando-se do vácuo de poder do governo sobre várias regiões dos respectivos países.

Desde 2014 os Estados Unidos, ao lado de aliados como França e Reino Unido, tem lançado diversos ataques aéreos sobre a Síria em apoio à oposição “moderada”, na busca pela eliminação de tais grupos terroristas da região, bem como almejando o enfraquecimento do governo Assad – a queda do governante é considerada por Washington como pré-requisito fundamental à estabilização síria. Em 2015, a Rússia inicia também uma campanha aérea em apoio ao Governo Assad, aliado de Moscou. A guerra, em princípio civil, passa então a envolver tanto potências extrarregionais – como Estados Unidos e Rússia -, quanto outros atores regionais relevantes, tais quais os que se seguem: o Irã, de maioria xiita, é o aliado mais próximo de Damasco; a Arábia Saudita sunita, principal rival de Teerã na região, tem dado suporte aos grupos rebeldes; a Turquia, por sua vez, tem apoiado a oposição ao mesmo tempo em que se preocupa com o fortalecimento das forças separatistas curdas na região – etnia esta que historicamente reivindica a criação de um Estado próprio, o Curdistão, em território que atualmente compreende partes da Síria, do Iraque, do Irã e, sobretudo, da Turquia.

É válido também ressaltar que a ascensão do terrorismo no século XXI colocou-se como desafio prioritário à segurança de diversos Estados no contexto de transformação de dinâmicas globais do pós-Guerra Fria. A questão, nesse contexto, passou a ocupar o topo da agenda de segurança do principal ator estatal internacional, os Estados Unidos da América, sobretudo após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que derrubaram o mito da inviolabilidade do território estadunidense<sup>1</sup>, acarretando em alterações fundamentais na estratégia de segurança do país para o planeta e, especialmente, para o Oriente Médio, bem como no seu projeto de liderança global - redirecionamento de foco, este, facilmente verificável por meio da constatação de mudanças de composição dos principais documentos oficiais de segurança dos Estados Unidos, especialmente os *National Security Strategies* (NSS).

Nesse sentido, o grande ponto de inflexão do *National Security Strategy* (NSS) de 2002, o primeiro dessa natureza no Governo Bush pós atentados supracitados, refere-se justamente à busca por ações mais ativas, incisivas, intervencionistas, diretas e unilaterais - se necessárias - por parte dos Estados Unidos, objetivando a manutenção da segurança tanto nacional quanto dos principais aliados e parceiros frente às ameaças apresentadas pelo terrorismo globalizado - o que viria a manifestar-se de forma mais clara e prática na consolidação das posturas norte-americanas na Guerra do Iraque e na Guerra do Afeganistão, iniciadas em 2003 e em 2001, respectivamente. Diante disso, novas noções, como a de “Guerra Preventiva”, incorporam-se progressivamente às principais diretrizes norte-americanas de segurança nos anos subsequentes, subordinadas às dinâmicas da então denominada “Guerra ao Terror”.

No entanto, condicionantes internos, alicerçados sobretudo em problemas de cunho econômico e de opinião pública, somados aos crescentes constrangimentos externos no que tange à legitimação internacional de tal estratégia frente ao enfraquecimento da retórica associada à promoção da paz e da liberdade, acabam por minar a estrutura das principais diretrizes formuladas pelo Governo Bush. Isso, somado aos desafios impostos pelo desencadeamento da Guerra da Síria (2011) - conflito de extrema complexidade geopolítica, diante da presença tanto de atores não estatais quanto de outros Estados não pertencentes à região, como a Rússia -, faz com que os Estados Unidos readéquem, novamente, a sua orientação estratégica para o Oriente Médio - compreendido aqui como a região composta por Afeganistão, Arábia Saudita, Bahrein, Qatar, Chipre, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Israel, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Palestina, Paquistão, Síria e Turquia.

---

<sup>1</sup> Os termos “estadunidense” e “norte-americano” - bem como seus derivados - serão utilizados neste trabalho como equivalentes, buscando apenas evitar repetições e sem ater-se ao viés político muitas vezes associado ao emprego de tais vocábulos.

Assim, o primeiro NSS do Governo Obama pós início do conflito, datado de 2015 – e o último oficialmente lançado pelo governo norte-americano -, prescreve tanto um redirecionamento de forças para o combate ao grupo terrorista autointitulado “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” quanto alterações em várias diretrizes da Estratégia de Segurança estadunidense para a região e para o mundo: o novo grande objetivo não consistiria na provisão unilateral de segurança para o globo, mas sim na construção de capacidades de seus aliados e parceiros para que estes possam, por sua vez, garantir a sua própria segurança, compartilhando assim o peso dos fardos inerentes ao processo de manutenção da ordem e da segurança internacionais em situações nas quais os interesses estadunidenses ditos vitais não estejam sendo ameaçados. Em outras palavras, de forma prática, a dinâmica “Estados Unidos apoiado por aliados” passa a ser substituída, em diversos momentos, pela relação “aliados apoiados pelos Estados Unidos”. Apesar de simples à primeira vista, este reposicionamento trouxe consequências deveras relevantes para toda a dinâmica geopolítica do conflito Sírio dada a importância de Washington na configuração atual do Sistema Internacional.

A Guerra da Síria, que já se prolonga por mais de 6 anos, traz consigo números alarmantes. Segundo Steffan de Mistura, enviado da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Síria, estima-se que a guerra já matou mais de 400 mil pessoas. Ainda segundo a ONU, até fevereiro de 2016 o conflito já havia resultado em mais de 5 milhões de refugiados – e mais de 6 milhões de deslocados internos -, um dos maiores da história, pressionando tanto países vizinhos - como Líbano, Jordânia e Turquia -, quanto a própria Europa, destino de aproximadamente 10% desse montante. Somado a isso, segundo as Nações Unidas, mais de 13 milhões de pessoas – dentre estas cerca de 6 milhões de crianças – precisam de ajuda humanitária urgente. Com uma em cada três pessoas sem acesso a necessidades alimentares básicas, 70 % da população sem acesso a água potável, 2 milhões de crianças sem ir à escola e um em cada cinco indivíduos vivendo abaixo da linha da pobreza, o conflito já desencadeia uma das maiores crises humanitárias da história (BBC, 2017).

A participação direta e indireta de Washington na Guerra da Síria influenciou e ainda influencia a estruturação do próprio conflito. Diante disso, o estudo das principais diretrizes estratégicas de segurança para o Oriente Médio durante o Governo Obama é de fundamental relevância na busca pela compreensão das principais dinâmicas que permeiam a realidade síria há 6 anos. Entender as consequências geopolíticas do posicionamento e das ações dos Estados Unidos, principal ator do Sistema Internacional na atual estrutura unipolar, frente ao conflito – expoente empírico máximo das principais diretrizes estadunidenses para a região nos últimos

anos - é, nesse sentido, essencial também na busca por possíveis alternativas para a resolução do mesmo.

Dadas as proporções e complexidade atingidas pela Guerra da Síria, com envolvimento tanto de atores não-estatais quanto de atores estatais regionais e extrarregionais, bem como os riscos de transbordamento tanto regional quanto sistêmico inerentes a ela, a questão é, atualmente, um dos grandes desafios postos aos analistas de Relações Internacionais, o que justifica o presente trabalho. Ante a todo o exposto, o tema da presente monografia será: *Alterações na Estratégia de Segurança Estadunidense para o Oriente Médio no Governo Obama: Implicações Geopolíticas para a Guerra da Síria.*

O trabalho buscará, destarte, responder a pergunta “*de que forma as alterações na Estratégia de Segurança dos Estados Unidos para o Oriente Médio protagonizadas pelo Governo Obama influenciaram as dinâmicas geopolíticas na Guerra da Síria?*”. A partir dela, o objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será o de analisar as implicações geopolíticas na Guerra da Síria advindas das alterações na Estratégia de Segurança para a região protagonizadas pelo Governo Obama. Com vias a sua consecução, quatro objetivos específicos foram delimitados: (i) contextualizar teoricamente as alterações na estratégia de segurança dos Estados Unidos para o Oriente Médio protagonizadas pelo Governo Obama; (ii) apresentar a nova Estratégia de Segurança do Governo Obama para o Oriente Médio; (iii) mapear as principais dinâmicas geopolíticas da Guerra da Síria; e (iv) identificar as possíveis implicações geopolíticas da atuação estadunidense, pautadas nessa nova Estratégia de Segurança, para a Guerra da Síria.

Dessa forma, em conformidade com os objetivos esboçados, o primeiro capítulo buscará construir, teoricamente, os principais incentivos e constrangimentos estruturais sob o comportamento dos Estados nos dias de hoje – com base em Waltz (1959 e 1979), Wohlforth (1999), Monteiro (2011/12), Mearsheimer (2001) e Diniz (2006) -, com foco especial à maior potência do sistema internacional: os Estados Unidos da América. Tais teorias, relacionadas à *Unipolaridade* e a *Estratégias da Potência Unipolar*, permearão todo o processo de interpretação do material obtido, mesmo reconhecendo as limitações das teorias sistêmicas – tal como qualquer teoria -, especialmente por deixarem de lado as variáveis domésticas.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A distribuição sistêmica será considerada como unipolar tendo como base os pressupostos dos autores aqui trabalhados. Amplos debates e discussões permeiam a caracterização da atual distribuição de poder sistêmica – Layne (2012), por exemplo, defende que a Unipolaridade já atingiu seu fim. No entanto, o sistema será tratado como unipolar por se entender que esta definição ainda é a melhor representante da estrutura vigente - se considerados os critérios estabelecidos pelos autores apresentados no primeiro capítulo.

Visto que o redirecionamento estratégico de Obama para o Oriente Médio se insere em uma dinâmica de redirecionamento em esfera global com vias à manutenção da posição sistêmica privilegiada dos Estados Unidos – o que se infere por meio da leitura do NSS-2010 e do NSS-2015 -, justifica-se a escolha pela abordagem sistêmica como marco teórico fundamental do presente trabalho, sobretudo devido ao seu maior rigor científico, distanciamento do objeto e busca por explicações mais abrangentes, o que não se percebe em teorias reducionistas (WALTZ, 1979). Uma vez delimitado o arcabouço teórico, é importante destacar que o presente trabalho não buscará explorar de forma aprofundada os incentivos domésticos que resultaram nesse redirecionamento: em vez disso, como exposto, privilegiará a aproximação sistêmica na compreensão do posicionamento da potência unipolar durante a Gestão Obama no Oriente Médio e, de forma mais específica, na Guerra da Síria.

No segundo capítulo, o objetivo principal será o de apresentar a nova Estratégia de Segurança do Governo Obama (2009-2017). Após breve apresentação do petróleo como variável específica do Oriente Médio, o foco será a análise de documentos primários tanto da Gestão Bush quanto da Gestão Obama – os *National Security Strategies* (NSS) de 2002, referentes à primeira, e de 2010 e 2015, elaborados pela segunda.

Após mapeamento das principais alterações, tendo como base os documentos oficiais supramencionados, dar-se-á início à construção de uma interpretação do redirecionamento estratégico da potência unipolar a partir dos condicionantes estruturais do atual Sistema Internacional, do petróleo como variável diferenciada da região e da exposição de argumentos de autores específicos. A decisão por trabalhar os NSS – e não outros documentos - tanto do presidente Bush quanto de Obama, por sua vez, justifica-se justamente pelo papel central dos mesmos na construção da Estratégia de Segurança norte-americana, uma vez que é a partir das suas diretrizes gerais que outros documentos de segurança e defesa dos Estados Unidos são elaborados – como o *National Defense Strategy* (NDS) e o *National Military Strategy* (NMS) -, com o papel de orientar a implementação dos *National Security Strategies*

Em resposta aos dois últimos objetivos específicos, o terceiro – e último – capítulo do presente trabalho buscará identificar as possíveis implicações geopolíticas das ações estadunidenses para a Guerra da Síria, pautadas na nova Estratégia de Segurança protagonizada pelo Governo Obama, a partir do mapeamento geopolítico dos principais atores – estatais e não-estatais – envolvidos no conflito (bem como dos seus respectivos interesses) e da exposição da postura estadunidense no decorrer da guerra durante a Gestão Obama (alicerçada no redirecionamento estratégico de Washington apresentado no segundo capítulo).

Visando alcançar os objetivos previamente destacados, em um primeiro momento buscar-se-á a sistematização de fontes primárias e secundárias para posterior análise. Com vias à consecução dos objetivos, o presente trabalho se utilizará de fontes primárias, materializadas em documentos oficiais do governo norte-americano - sobretudo os acima citados *National Security Strategies* -, a serem analisados mediante informações de fontes secundárias – teses, dissertações, livros, artigos acadêmicos e artigos de *think tanks* relevantes. Ademais, pronunciamentos oficiais de atores governamentais relevantes - como o Presidente da República -, também poderão vir a ser úteis. O confronto de fonte secundárias, que tanto descrevam quanto expliquem o conflito e o redirecionamento norte-americano, será de extrema importância. Por fim, serão utilizadas informações quantitativas e qualitativas – sobretudo referentes à presença militar estadunidense no Oriente Médio e, de forma mais específica, na Guerra da Síria, ao longo do período estudado -, disponibilizadas por meio de órgãos oficiais do Governo Norte-Americano e por *think tanks*, objetivando corroborar as conclusões atingidas durante a pesquisa.

Importante ressaltar que, dada a atualidade do recorte de pesquisa, além das fontes acima citadas, lançar-se-á mão também da consulta a textos de análise de conjuntura, bem como de *sites* de internet de reconhecidos institutos e instituições como referenciais de pesquisa. Visto que o estudo foca em um recorte temporal muito próximo ao presente momento, o acesso a arquivos documentais e fontes históricas fica comprometido. Frente a isso, o emprego de todas as fontes até então apresentadas será indispensável no alcance dos objetivos de pesquisa.

Por fim, serão apresentadas as conclusões de pesquisa, retomando os objetivos específicos de cada capítulo - bem como os seus respectivos resultados -, e sintetizando e sistematizando todo o conteúdo discutido no decorrer do trabalho. Ademais, apontar-se-ão possíveis limitações do estudo realizado e agendas futuras de pesquisa.

Diante de um desenho metodológico dedutivo, as próximas páginas buscarão, justamente, desenvolver os objetivos propostos com o intuito de responder à pergunta de pesquisa estabelecida.

## 2. DE WALTZ À MEARSHEIMER: CONSTRUINDO TEORICAMENTE A UNIPOLARIDADE

O presente capítulo busca construir, teoricamente, os principais incentivos e constrangimentos estruturais acerca do comportamento dos Estados nos dias de hoje, sobretudo da maior potência do sistema internacional: os Estados Unidos da América. Longe de explorar e expor o amplo debate acadêmico acerca da atual configuração do sistema, sob ponto de vista estrutural, o foco máximo aqui será basicamente a apresentação dos pressupostos teóricos que permearão todo o restante deste trabalho.

Compreender os condicionantes estruturais contemporâneos é de extrema importância no entendimento do comportamento atual dos Estados no sistema, inclusive no que diz respeito aos Estados Unidos em relação ao Oriente Médio, em específico. Almejando caracterizar as posturas de Washington sob abordagem sistêmica, cinco autores fundamentais serão discutidos e confrontados: Waltz (1959 e 1979) por meio da sua proposta de abordagem realista estrutural das Relações Internacionais; Wohlforth (1999) e a construção da Unipolaridade no pós-Guerra Fria; Monteiro (2011/12) e suas contribuições ao trabalho de Wohlforth, sobretudo no que concerne à discussão da pacificidade do sistema unipolar; Mearsheimer (2001) e o destaque às balanças de poder regionais, sob abordagem realista ofensiva; e, finalmente, Diniz (2006) que com maestria consegue aproximar as conclusões deste último às de Wohlforth (1999).

### 2.1. WALTZ E A ABORDAGEM SISTÊMICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Kenneth Waltz (1959 e 1979) representa um importante ponto de inflexão no pensamento das Relações Internacionais. Sob forte influência de modelos positivistas - especialmente do modelo de análise macrossistêmica proposto pelas ciências econômicas - objetivou, por meio de seus intensivos trabalhos de análise científica, a construção de um quadro teórico científico e objetivo da política internacional. Nesse sentido, o estudo originado em seu doutorado, e posteriormente materializado no livro *Man, the State, and War: a Theoretical Analysis* (1959), caracteriza o primeiro passo do autor na busca por uma teoria sólida, de alta capacidade explicativa e não reducionista das Relações Internacionais.

Nele, Waltz almeja identificar padrões recorrentes do comportamento estatal com vias a explicar as causas da guerra. O objetivo fundamental, em outras palavras, é o de encontrar elementos que possam diminuir as chances de guerra e que, conseqüentemente, encorajem o prolongamento dos períodos de paz entre as nações. Para tanto, ao analisar os diversos

conjuntos de assertivas relacionadas à questão e presentes em modelos existentes à época, o autor caracteriza três possíveis imagens explicativas, também denominados “níveis de análise”, na busca tanto da origem quanto da natureza das guerras interestatais (WALTZ, 1959).

A primeira destas três imagens aborda a política internacional como reflexo das ações dos indivíduos, sendo estas, por sua vez, resultantes diretas da natureza e do comportamento humano – Santo Agostinho, Espinosa e Morgenthau são alguns dos pensadores adeptos desse método de análise, segundo Waltz (1959). A segunda abordagem, utilizada por Karl Marx, Immanuel Kant e Woodrow Wilson, por exemplo, estabelece a análise da política internacional a partir da organização interna dos Estados. Por fim, a terceira imagem foca no papel de fatores sistêmicos na configuração do comportamento dos Estados (WALTZ, 1959). Os elementos causais encontrados nessa última, para Waltz (1959 e 1979), seriam o grande *El Dorado* para a construção de uma teoria da política internacional com maior poder explicativo, uma vez que as causas operantes nos dois primeiros níveis de análise estariam, invariavelmente, subordinadas à um ambiente e contexto mais amplos, determinados pela estrutura vigente do próprio Sistema Internacional. Em outras palavras, pressões sistêmicas teriam primazia explicativa no entendimento das dinâmicas internacionais por definirem resultados independentemente da natureza humana e de regimes políticos domésticos. Tais incentivos e constrangimentos impostos pela estrutura só seriam alterados, por sua vez, se a natureza essencial da mesma também se modificasse (WALTZ, 1979).

A partir desse pressuposto, lançam-se as bases epistemológicas para a inauguração de uma nova vertente teórica no estudo de Relações Internacionais, norteadas por noções de operacionalidade, funcionalidade, aplicabilidade prática e capacidade de comprovação (CASTRO, 2016). O neorrealismo ou realismo estrutural, apresentado por Waltz na sua *magnum opus* intitulada *Theory of International Politics* (1979), surge com o intuito de enriquecer e aperfeiçoar a teoria realista clássica por meio da proposição de um arcabouço teórico constituído sob metodologia científica mais sólida. Nesse contexto, duas importantes contribuições waltzianas são dignas de – breve – apresentação, tendo em vista os objetivos do presente trabalho: a caracterização da estrutura do Sistema Internacional, associada diretamente à noção de balança de poder; e a questão dos métodos para mensuração do poder e posterior contagem de polos em um sistema.

No que concerne ao primeiro tópico, Waltz (1979), no sexto capítulo de sua obra, atenta primeiramente para as diferenças fundamentais entre a estrutura interna dos Estados e a relacionada ao domínio internacional. Na primeira, sob ambiente hierarquizado e ordenado, com o uso legítimo da força monopolizado pela autoridade estatal, a preocupação com a

segurança é minimizada, permitindo uma maior especialização e diferenciação dos agentes em concordância com seus respectivos objetivos. No segundo, por sua vez, as dinâmicas das unidades subordinam-se à realidade anárquica em que estas se inserem, tendo em vista a ausência de uma autoridade supranacional responsável pelo gerenciamento de possíveis conflitos de interesses, de forma determinante e absoluta.

Neste sistema de autoajuda, permeado sobretudo pela existência permanente de um sentimento compartilhado de desconfiança entre os Estados, impera a busca pela autossuficiência em questões de segurança. A essência desse incentivo, alicerçado sobretudo no elemento estrutural previamente apresentado da anarquia, relaciona-se ao principal objetivo das unidades estatais em um ambiente caracterizado pela ausência de uma autoridade política superior: a sua própria sobrevivência. O arranjo estrutural, portanto, obriga os Estados a ininterruptamente garantirem cada qual a sua própria autonomia política e existência individualizada, por quais meios acharem necessário (WALTZ, 1979).

Válido destacar que o domínio internacional, marcado pela incerteza latente e pela descentralização das decisões, também se constitui sob ameaça constante da utilização da força por parte das suas unidades, segundo Waltz (1979): a ação de um Estado, ao desencadear alterações no sistema como um todo, pode encorajar reações adversas – inclusive, mas não exclusivamente, beligerantes – por parte dos seus semelhantes, se interpretada como nociva pelos demais (alicerçada em noções de poder relativo). Nesse sentido, a possibilidade da guerra qualifica-se enquanto limitador da vontade dos Estados, moderando suas ações e exigências e encorajando a resolução pacífica de disputas.

Diretamente relacionada ao exposto, tem-se a segunda contribuição de Waltz, apresentada basicamente por meio do conceito de balança de poder, também por meio do sexto capítulo de *Theory of International Politics* (1979). Assumindo o pressuposto de que os Estados são atores unitários preocupados, no mínimo, com sua sobrevivência – e, no máximo, interessados no domínio do sistema –, Waltz busca explicar o resultado dos métodos utilizados para a condução da política externa estatal. Nesse sentido, os Estados, focados na consolidação de seus interesses individuais, utilizam-se tanto de esforços particulares – como estímulos às suas respectivas bases econômicas e ampliação da sua força militar – quanto de articulações externas com outros Estados, por meio da formação de alianças objetivando anular as forças do oponente (WALTZ, 1979). Para Waltz (1979), destarte, a teoria é construída a partir das motivações – e ações correspondentes – dos Estados. Os constrangimentos sobre tais ações, por sua vez, resultariam inevitavelmente na formação de balanças de poder.

Diante disso, a dinâmica competitiva é fundamental para a compreensão do comportamento dos Estados sob estrutura anárquica: se uma unidade atinge um nível de poder relativo – tendo como base de comparação o poder dos outros agentes - tão grande que ameace a preservação das outras unidades do sistema, balanças de poder tendem a se formar. Apesar do balanceamento ser a ação mais racional a ser tomada pelos outros Estados diante de situações que ameacem a sua preservação como unidades individuais do sistema, é importante ressaltar que a teoria não prescreve obrigatoriamente esse tipo de comportamento. Defende, todavia, a existência de um forte incentivo aos outros países, por parte da própria estrutura, para que a medida seja tomada.

Waltz (1979), portanto, apresenta ressalvas importantes à teoria. A reação dos Estados aos incentivos e constrangimentos acima apresentados varia conforme os seus condicionantes internos, que por sua vez fogem do escopo de análise proposto pelo autor, focado no plano externo. Assim, a teoria reconhece que nem sempre as unidades estarão interessadas na ampliação a todo custo de seu poder relativo no sistema, além de admitir a existência de possíveis erros de cálculo por parte das mesmas. Ademais, cada país tem sua própria liberdade de escolha, o que significa dizer que podem optar tanto por um balanceamento – a análise histórica feita por Waltz corrobora a preferência dos Estados por esta estratégia – quanto pela construção de alianças com os Estados mais fortes do sistema.

A preferência pela primeira associa-se ao fato de que o poder se apresenta como um meio, não como fim. Pressupondo que a finalidade em última instância seja a sobrevivência, tem-se que o sistema induz os países ao balanceamento: se todas as nações optassem pela aliança com o lado mais forte – tendo como foco, nesse caso, a mera ampliação do poder *per se* - o resultado seria, inevitavelmente, a formação de uma hegemonia mundial e a subsequente substituição da estrutura anárquica característica do Sistema Internacional. Os Estados mais fracos, objetivando a manutenção da sua segurança e individualidade, são, portanto, induzidos a aliarem-se a outros Estados mais fracos frente à ameaça apresentada pelo lado mais forte, não o contrário (WALTZ, 1979).

Para o autor, a não-existência de um órgão central impele que as unidades tenham seu futuro garantido, sobretudo, pelas respostas adequadas dadas às ações de outros Estados – tem-se aqui a essência do comportamento dos países no ambiente anárquico em que se inserem. Visto que o uso da força se apresenta como ferramenta legítima e factível aos Estados, é de fundamental importância que estes estejam preparados para um possível conflito também por meio da absorção – ou cópia - de estratégias mais bem-sucedidas. No entanto, de acordo com Waltz (1979), a expectativa não é a de que um equilíbrio alcançado seja mantido, mas sim que,

uma vez que este seja interrompido, este seja restaurado de diferentes formas. As balanças de poder, nesse contexto, se formariam recorrentemente. Ademais, tendo em vista que a teoria descreve o sistema como competitivo, tem-se que os Estados se comportarão de forma similar aos seus competidores, imitando uns aos outros e, conseqüentemente, se tornando mais socializados no sistema.

Após sucinta exposição do conceito waltziano de balança de poder, parte-se para outra importante contribuição do autor: a problemática envolvendo a mensuração do poder e a contagem de polos de um sistema. Para o autor, o método mais apropriado deve considerar, acima de tudo, a forma conjunta que as capacidades dos países atuam na maximização das chances de conquista e alcance de seus respectivos interesses e objetivos sob estrutura anárquica. Nesse sentido, mensurar e pesar de forma separada cada uma das capacidades - método utilizado por outros autores na contagem de polos - resultaria em categorizações minimamente equivocadas de Estados que se destacassem em apenas uma das categorias de poder. Assim, para que uma unidade se qualifique como polo, esta deve dominar todas as capacidades formadoras, ao serem somadas, do poder estatal: “tamanho da população e do território; dotação de recursos; recursos econômicos, força militar e ‘competência’”<sup>3</sup> (WALTZ, 1979, *apud* WOHLFORTH, 1999, p. 10, tradução nossa).

Por meio dessa abordagem essencialmente empírica de contagem de polos, derivada da análise conjunta dos itens formadores do poder, Waltz (1979) finaliza seu trabalho analisando a composição dos sistemas a partir do número de polos existentes. Na concepção do autor, o ponto ótimo estaria situado em uma situação na qual a existência virtual de forças entre as diferentes unidades do globo fosse igual. Nesse cenário, todos os países teriam condições de defender sua integridade contra qualquer outro, eliminando o risco de conquista do sistema dada a ausência de uma relação “mais forte *versus* mais fraco”. Não obstante, além de impossível de ser alcançada uma vez que a desigualdade de capacidades é inerente à própria natureza do sistema de Estados, esta condição seria também pouco desejável: uma igualdade extrema provocaria a instabilidade do sistema tanto por sua natureza mais sensível a alterações, quanto pelo incentivo dado à exacerbação do individualismo de cada país. Seria, portanto, a desigualdade com seus mecanismos de adaptação e acomodação – não a igualdade – a pedra-fundamental da estabilidade e da paz do sistema.

---

<sup>3</sup> “Size of population and territory; resource endowment; economic capabilities; military strength; and ‘competence’”.

Posto que a estrutura do sistema também gera expectativas nas unidades que o compõem, a ocorrência de alterações bruscas e drásticas da mesma, especialmente no que tange ao número de potências, podem resultar no desencadeamento de graves focos de instabilidade. Uma vez que a história das relações internacionais tem se desenhado, sobretudo, a partir das ações dos Estados fortes, a análise da estabilidade característica dos diferentes sistemas deve naturalmente passar, primeiramente, pela contagem dos polos existentes: sistemas bipolares e multipolares, nesse sentido, apresentam diferenciais de estabilidade fundamentais.

Nesse contexto, Waltz (1979) defende que sistemas multipolares tendem a ser mais instáveis devido à maior volatilidade das alianças formadas por potências de capacidades similares, alteradas de acordo com as vantagens que apresentam à consecução de objetivos individuais das mesmas. Assim, a incerteza derivada desse ambiente é maior, na opinião do autor, se comparada com sistemas bipolares. Nestes, difere-se o esforço necessário de balanço, visto que um eventual desequilíbrio de forças entre as duas únicas potências pode ser acertado a partir do esforço individual das mesmas - inexistente, nesse caso, a possibilidade de alianças com outros polos. Em outras palavras, quanto maior o número de potências, mais incerto o comportamento dos atores envolvidos, maior a dificuldade dos cálculos, e, conseqüentemente, menor a estabilidade do sistema já que a manutenção ou interrupção de alianças modifica a correlação de forças do mesmo.

Diante do exposto, a substituição do sistema multipolar, de natureza logicamente mais complexa, pela bipolaridade característica do pós-Segunda Guerra Mundial – contexto em que Waltz escreve – foi, de acordo com o oitavo capítulo da obra, positiva para a estabilidade do sistema, posto que reduziu as incertezas, facilitando a condução das políticas dos Estados. Nessa nova realidade, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dependiam, sob perspectiva militar, única e exclusivamente de si mesmos – desequilíbrios de poder em algum item de poder seriam sanados essencialmente por meio de ajustes internos, mais confiáveis e eficazes do que alianças -, resultando em maior independência por parte dos polos. Apesar de os líderes das alianças buscarem, em ambos os sistemas, a extração do maior número de contribuições de seus parceiros, estas são menos importantes se comparadas com o sistema de alianças entre iguais, inerente às dinâmicas dos sistemas multipolares. Assim, dada a grande diferença de forças entre as potências existentes e seus parceiros, a mudança de alinhamento de membros na bipolaridade, para Waltz (1979), é praticamente insignificante.

A menor interdependência entre os polos e seus aliados, importante ressaltar, também permite uma maior liberdade de ação e decisão dos primeiros em detrimento das demandas dos

últimos, possibilitando a construção mais unilateral de estratégias de longo prazo por parte das duas potências uma vez que as exigências feitas pelos demais atores podem ser mais facilmente ignoradas, ante a configuração de forças vigente. Ademais, o reconhecimento de ameaças individuais e perigos ao sistema é mais facilmente identificável: na Guerra Fria, a única ameaça à sobrevivência dos EUA era a URSS, e vice-versa. Reações exageradas do adversário, nesse contexto, poderiam trazer graves riscos à estabilidade do sistema tal qual configurado à época. Ambas as potências reconheciam o possível grande ônus inerente à um conflito direto entre elas: além do risco de derrota na guerra, perderiam o poder e, como consequência, seu status no sistema. Assim, cada lado é incentivado a coexistir de forma pacífica, investindo sobretudo no desenvolvimento de recursos internos e ajustando conflitos de interesse por meios alternativos (WALTZ, 1979).

Negociações envolvendo apenas duas partes se dão de forma muito mais simplificada se comparadas com as que envolvem três ou mais partes. Em decorrência da maior clareza das relações internacionais sob estrutura bipolar e considerando todos os argumentos previamente expostos, em paralelo a um contexto de advento de armas nucleares que inviabilizou a política da guerra entre as duas potências, Waltz (1979) defende, por fim, tanto a maior estabilidade da bipolaridade frente a outros sistemas quanto a expectativa de ampla durabilidade do sistema moldado sobretudo a partir dos Estados Unidos e da União Soviética. A história, no entanto, surpreendeu: em 1989 caía o Muro de Berlim e, com ele, o gigante soviético.

## 2.2. WOHLFORTH E A UNIPOLARIDADE DO PÓS-GUERRA FRIA

O colapso soviético colocou questionamentos fundamentais à Teoria Waltziana. Como apresentado na seção anterior, a balança de poder se constitui, para Waltz (1979), como estratégia fundamental à sobrevivência dos Estados sob estrutura anárquica. De acordo com os argumentos desenvolvidos previamente, quanto maior a concentração de poder em um Estado do sistema, maiores os esforços para o balanceamento de poder por parte dos outros. Nesse sentido, dada a concentração exclusiva e inédita de poder desfrutada pelos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, era de se esperar que, no curto prazo, houvesse um movimento conjunto por parte dos outros países com tendência à retomada da multipolaridade ou da bipolaridade. Isso, contudo, não foi observado.

Wohlforth, nesse novo contexto e por meio do seu artigo *The Stability of a Unipolar World* (1999), almeja tanto caracterizar a estrutura e as dinâmicas do novo sistema, por meio da atualização da obra de Waltz, quanto explicar a ausência de movimentos tais quais os

previstos pela teoria da balança de poder. A assertiva waltziana de que a unipolaridade seria uma configuração do poder instável e inclinada ao conflito, tendo em vista a tendência inevitável à bipolaridade ou multipolaridade, é, nesse quadro, fortemente contestada pelo autor. Seguindo o raciocínio do próprio Waltz (1979) de que a estabilidade do sistema é inversamente proporcional ao número de polos, Wohlforth (1999) apresenta o sistema unipolar como o de natureza mais estável possível.

A construção e defesa deste argumento se dá sobre três afirmações fundamentais: a primeira é que sistema é, de fato, unipolar, constatada a preponderância tanto absoluta quanto relativa dos Estados Unidos em todos os componentes do poder; a segunda é que a unipolaridade é inclinada à paz uma vez que elimina do sistema a disputa pela balança de poder global, um dos principais motivadores de conflitos; e, por fim, que o sistema unipolar vigente é estável e durável, posto que muito tempo será necessário para que outro Estado alcance os requisitos mínimos exigidos para, em um segundo momento, rivalizar com o poder norte-americano (WOHLFORTH, 1999).

No que tange à caracterização do sistema unipolar, Wohlforth (1999) o apresenta como a estrutura na qual as capacidades de um Estado são muito grandes para serem balanceadas, mas não grande o suficiente a ponto de formar um império global. É digno aqui ressaltar o notável trabalho de quantificação da distribuição de recursos elaborado pelo autor, bem como de posterior contagem de polos. Tendo como objetivo a apresentação do argumento da unipolaridade, o autor elabora, em um primeiro momento, a comparação entre quatro momentos históricos sob polaridades distintas: a multipolaridade da *Pax Britannica* (1860-1870); o início da bipolaridade (1945-1955); o fim da Guerra Fria (1985); e a Unipolaridade estadunidense (1996-1997).

Buscando comparar a concentração de poder entre os Estados Unidos dos anos 1990 com a de países formadores de estruturas bipolares e multipolares em épocas anteriores, indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), Gastos Militares, Capacidade de Poder (agregando as variáveis população, PIB per capita, produção manufatureira e utilização de energia) e outros relacionados à tecnologia, foram meticulosamente levantados e organizados.

Tais valores, apresentados sob a forma de percentual em relação aos dados da maior potência dos diferentes momentos, corroboram sem grandes dificuldades a percepção do status unipolar dos Estados Unidos no final do século XX. A preponderância econômica estadunidense em 1997, por exemplo, só é superada pela posição ocupada pelo país no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, contexto no qual os outros países vivenciavam ainda as

consequências do conflito supracitado. No que concerne aos indicadores militares, mais uma vez a monstruosa superioridade norte-americana é facilmente confirmada:

Os Estados Unidos são o único Estado com recursos de projeção de poder global; são provavelmente capazes, se desafiados, de produzirem dominância de poder defensiva terrestre nos teatros chave; retêm a única marinha verdadeiramente de águas azuis; dominam o ar; tem retido uma postura nuclear que pode dá-los vantagens de primeiro ataque contra outras potências nucleares; e continuam a nutrir investimentos de décadas em logística, comando, controle, comunicação e inteligência militares (...). Muitos recuaram nos gastos militares mais rápido do que os EUA recuaram. Uma razão pode ser que a democracia e a globalização mudaram a natureza da política mundial. Outra razão, contudo, é que qualquer esforço para competir diretamente com os Estados Unidos é fútil, então, ninguém tenta<sup>4</sup> (WOHLFORTH, 1999, p. 18, tradução nossa).

Por fim, destaca o autor, no que diz respeito à supremacia tecnológica, os Estados Unidos do pós-Guerra Fria detinham a maior concentração de produção de manufaturas de alta tecnologia, o maior nível de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e em P&D na defesa, o maior número de computadores a cada 10000 pessoas, o mais amplo número de hosts de Internet a cada 1000 pessoas e o maior número de cientistas e engenheiros dedicados à P&D por milhão de pessoas (WOHLFORTH, 1999). Nas palavras do autor:

Pela maioria de tais medidas da “era da informação” (...), os Estados Unidos possuem vantagens decisivas (...). Os gastos totais dos EUA em pesquisa e desenvolvimento (P&D) praticamente se igualam ao total combinado do resto dos países mais ricos do Grupo dos Sete (e o G-7 representa 90 por cento do gasto do mundo em P&D). Numerosos estudos da liderança tecnológica dos EUA confirmam a posição do país em todos os “setores de liderança” chaves que provavelmente dominarão a economia mundial no século XXI<sup>5</sup> (WOHLFORTH, 1999, p. 17, tradução nossa).

A concentração simétrica de poder por parte dos Estados Unidos – líder em *todos* os elementos de poder material -, importante destacar, também reduz drasticamente possíveis ambiguidades interpretativas características de situações em que as distribuições são assimétricas: a concentração de poder estadunidense em todos os elementos de poder mensurados pelo autor, nos anos 1990, não era, nem de perto, comparável à de nenhum outro ator em todos os quatro períodos analisados por Wohlforth. Em suma: “Dois Estados se

---

<sup>4</sup> “The United States is the only state with global power projection capabilities; it is probably capable, if challenged, of producing defensive land-power dominance in the key theaters; it retains the world’s only truly blue-water navy; it dominates the air; it has retained a nuclear posture that may give it first-strike advantages against other nuclear powers; and it has continued to nurture decades-old investments in military logistics and command, control, communications, and intelligence (...). Most have scaled back military expenditures faster than the United States has. One reason may be that democracy and globalization have changed the nature of world politics. Another possibility, however, is that any effort to compete directly with the United States is futile, so no one tries”.

<sup>5</sup> “By most such ‘information-age’ measures, however, the United States possesses decisive advantages.(...) Total U.S. expenditures on research and development (R&D) nearly equal the combined total of the rest of the Group of Seven richest countries (and the G-7 accounts for 90 percent of world spending on R&D). Numerous studies of U.S. technological leadership confirm the country’s dominant position in all the key ‘leading sectors’ that are most likely to dominate the world economy in the twenty-first century”.

equiparavam em 1990. Um se foi. Nenhum novo polo apareceu:  $2 - 1 = 1$ . O sistema é unipolar”<sup>6</sup> (WOHLFORTH, 1999, p. 10, tradução nossa).

A segunda asserção de Wohlforth, relacionada à pacificidade da unipolaridade, alicerça-se, por sua vez, no arcabouço teórico tanto da Teoria da Estabilidade Hegemônica quanto da Teoria da Balança de Poder. A primeira prescreve que Estados poderosos – os *hegemons* – fomentam ordens internacionais estáveis até que o crescimento diferenciado de poder resulte em Estados revisionistas, insatisfeitos com a ordem constituída a partir do *hegemon*, que como consequência acabam por desafiar a liderança do Estado até então dominante. Nesse sentido, quanto maior e mais clara a concentração de poder no país líder, mais pacífica será a ordem internacional associada a ele (WOHLFORTH, 1999). Quando houver discordância no que tange às percepções de poder relativo entre o Estado dominante e o revisionista – o que só é possível quando a diferença de recursos ou é pequena ou é ultrapassada pelo último em pelo menos um dos requisitos de poder, mas não em todos -, conflitos tenderão a surgir. Sob a Unipolaridade, como já discutido, esse incentivo inexistente, fazendo com que a rivalidade pela hegemonia do sistema, uma das principais fontes de conflito, esteja ausente (WOHLFORTH, 1999).

A Teoria da Balança de Poder, por sua vez, afirma que sistemas constituídos por Estados sob ambiente anárquico tenderão ao equilíbrio. Apoiando-se na lógica de Waltz (1979) de que sistemas bipolares reduzem incentivos ao conflito por reduzirem incertezas, Wohlforth afirma que, por reduzir ainda mais as incertezas, a unipolaridade seria o ambiente mais pacífico possível. Esse tipo de sistema compele os Estados, segundo o autor, a se alinhar com o único polo de poder – estratégia de *bandwagoning* - ou, no máximo, agir de forma a não o desagradar. Assim sendo, tendo em vista que as políticas de segurança das grandes potências são orientadas pelas preferências e poder do unipolo, reduzem-se os incentivos para o crescimento de rivalidades entre elas: uma vez que o polo tome partido, poucas serão as dúvidas no que concerne à qual lado prevalecerá. Em outras palavras, somando-se as suas vantagens de poder unilateral com as relações de dependência securitária por parte de outros Estados, o unipolo tem condições e capacidade de manter um sistema de alianças que mantenha Estados de segunda ordem fora de conflitos ao desencorajar a competição entre estes. Tem-se, portanto, na Unipolaridade, a ausência de duas grandes dinâmicas tendentes ao conflito: rivalidade hegemônica e políticas de balanceamento de poder entre grandes potências (WOHLFORTH, 1999).

---

<sup>6</sup> “Two states measured up in 1990. One is gone. No new pole has appeared:  $2 - 1 = 1$ . The system is unipolar”.

Por fim, Wohlforth defende que a Unipolaridade estadunidense apresenta tendências de alta durabilidade. Em paralelo à grande e inédita disparidade de poder previamente apresentada com vias à defesa da existência da Unipolaridade, tem-se aqui o elemento geográfico como diferencial fundamental à manutenção da estrutura formada no pós-Guerra Fria. O fato de estar continentalmente isolado por dois oceanos – o Pacífico e o Atlântico – e de ter como vizinhos dois importantes aliados – Canadá e México – favorece a posição de superioridade relativa de Washington frente a ameaças externas, bem como a manutenção da sua posição privilegiada no sistema (WOHLFORTH, 1999).

Uma vez que os potenciais aspirantes a competidores se localizam em regiões nas quais a presença de outras potências regionais é uma realidade, a balança de poder global tende a um papel secundário, subordinado sobretudo às dinâmicas das balanças de poder regionais. Ou seja, em função da proximidade geográfica, um incremento relativo do poder de um país europeu, por exemplo, despertará maiores e mais imediatas preocupações por parte dos seus vizinhos do que por parte do distante e isolado Estados Unidos. Ademais, mesmo que um país encare como benéfico um balanceamento frente ao poder norte-americano, sob abordagem sistêmica global, a ameaça regional trazida por este movimento tenderia a ser mais importante sob ponto de vista estratégico (WOHLFORTH, 1999). Conclui-se, dessa forma, que a possibilidade de surgimento de um país que desafie a posição estadunidense é mínima também por motivações geográficas: este tipo de ação sempre desencadeará uma reação conjunta por parte dos outros países da região, interessados na manutenção de seus respectivos poderes relativos regionais.

Assim sendo, um movimento de contrapeso efetivo só seria viabilizado pelo surgimento de uma grande aliança ou de um novo Estado polo. Três seriam, portanto, os caminhos para que a configuração unipolar chegasse ao fim: i) contrabalanceamento; ii) integração regional; e iii) diferenças no crescimento de poder. Nenhuma destas alternativas, no entanto, parecem viáveis para Wohlforth (1999).

No que tange à primeira via, alianças contra-hegemônicas - dadas as dinâmicas inerentes ao próprio processo de construção de alianças - tendem a ser notoriamente pouco eficientes na agregação de recursos: além da tentação constante em favor de comportamentos oportunistas, os Estados, sob alianças, se preocupam com o abandono por parte de seus parceiros e temem ser arrastados para conflitos criados por aliados. Isso, somado aos incentivos regionais acima expostos, constroem o surgimento de outro polo. Os Estados Unidos possuem aliados em todas as regiões do globo. No caso do surgimento de um aspirante a polo regional, estes aliados seriam elevados pelo próprio unipolo à categoria de grande potência (WOHLFORTH, 1999). Nesse sentido, objetivando a consecução dos seus interesses individuais bem como a

perpetuação do seu *status quo*, a estratégia utilizada pelo polo seria a de manipulação das balanças de poder regionais, seguindo sobretudo a lógica de “dividir e conquistar”, dificultando a formação de alianças contra-hegemônicas.

Existiria, ainda, a possibilidade do surgimento de um novo Estado polo por meio do processo de integração regional. Nesse sentido, o processo de unificação europeu desponta como exemplo empírico máximo para análise: no caso de uma unificação política do continente, o sistema deixaria de ser unipolar. No entanto, segundo Wohlforth (1999), a consolidação de uma política europeia externa e de segurança única, bem como de uma indústria de defesa integrada, é pouco provável no curto prazo uma vez que atingiria diretamente a soberania dos Estados daquela região – elemento este diretamente relacionado às noções de segurança e autonomia, fundamentais à compreensão do comportamento dos Estados sob ambiente anárquico. Na Ásia, dadas as suas dinâmicas históricas de rivalidades regionais – sobretudo entre os polos regionais China e Japão -, a integração soa ainda menos crível (WOHLFORTH, 1999).

Eliminadas – ou notavelmente reduzidas – as possibilidades de balanceamento por meio de alianças e de processos de integração, tem-se, por fim, a questão dos diferenciais relativos de crescimento e inovação entre o polo e as principais potências. Dada a posição privilegiada dos Estados Unidos, muito distante de todos os seus possíveis concorrentes em todos os elementos materiais de poder, muito tempo seria necessário para que outro país atingisse as condições necessárias para desafiar o unipolo. Os Estados Unidos herdaram da Guerra Fria toda uma estrutura militar de alcance global, vantagem exclusiva frente aos outros Estados. Mesmo em um contexto de grande crescimento chinês nos últimos anos, Wohlforth chama a atenção para os diversos constrangimentos tanto regionais – especialmente por parte do Japão, grande aliado estadunidense – quanto internos – como os problemas sociais decorrentes de uma população gigantesca governada por um governo autoritário e as necessidades de modernização do aparato militar e econômico – à consolidação do país como possível aspirante ao título de polo sistêmico (WOHLFORTH, 1999). Diante disso, conclui-se que a Unipolaridade estadunidense tem o potencial de durar, no mínimo, várias décadas ainda, visto que os movimentos previstos por Waltz (1993 e 2000) e inclinados ao retorno da multipolaridade não foram observados, exceto talvez no campo da retórica (WOHLFORTH, 1999).

### 2.3. MONTEIRO E A PACIFICIDADE DA UNIPOLARIDADE CONTESTADA

Aqui se faz importante ressaltar a importância das contribuições de Monteiro (2011/12) ao arcabouço teórico de Wohlforth. Em que pese reafirmar a impossibilidade de guerra entre grandes potências, Monteiro desafia a perspectiva que a Unipolaridade seja um sistema pacífico. Na abordagem do autor, o sistema unipolar encoraja o surgimento de dois novos tipos de conflito: conflitos entre a potência unipolar e outro Estado e conflitos envolvendo exclusivamente outros Estados. Estes, por sua vez, estariam diretamente associados ao comportamento do unipolo: dominância defensiva e ofensiva – que levariam aos conflitos do primeiro tipo -, e desengajamento – que encorajaria conflitos do segundo grupo (MONTEIRO, 2011/12).

A chave para a distinção destas estratégias residiria na atitude do polo frente ao *status quo* global, definido por Monteiro (2011/12) a partir de três componentes: arranjos territoriais, alinhamentos políticos internacionais e distribuição global de poder.

Utilizando uma estratégia de dominância-ofensiva, o unipolo busca revisar ao menos um dos componentes do status quo em seu favor. Com uma estratégia de dominância defensiva, ele tenta manter todos os três componentes. Em uma estratégia de desengajamento, ele não presta atenção à manutenção do status quo internacional, permitindo que outros o modifiquem em seu favor<sup>7</sup> (MONTEIRO, 2011/12, p. 14, tradução nossa).

Ademais, três categorias de Estados são apresentadas pelo autor: o unipolo, ou única superpotência, tal qual apresentado por Wohlforth (1999); as grandes potências, com recursos de projeção de poder inferiores ao unipolo, mas com capacidade de contenção de ataques por parte de qualquer outro Estado do sistema, inclusive do polo – nessa categoria incluem-se todos os Estados nuclearizados, como Rússia, França, Reino Unido, China, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel, por exemplo -; e as pequenas potências, que não detêm essa capacidade frente às grandes potências e ao unipolo. Dessa categorização desprendem-se seis tipos de guerra possíveis: i) guerras entre superpotências; ii) entre uma superpotência e uma grande potência; iii) entre uma superpotência e uma pequena potência; iv) entre duas grandes potências; v) entre uma grande potência e uma pequena potência; vi) entre duas pequenas potências (MONTEIRO, 2011/12)

Fundamentado na argumentação de Wohlforth (1999), Monteiro reafirma tanto a impossibilidade de guerra entre superpotências – na Unipolaridade, apenas uma superpotência se faz presente – quanto entre a única superpotência e as grandes potências – devido à

---

<sup>7</sup> “Using an offensive-dominance strategy, the unipole seeks to revise at least one of the status quo’s components on its favor. With a strategy of defensive dominance, it tries to maintain all three components. In a strategy of disengagement, it pays no attention to the maintenance of the international status quo, allowing others to change it in their favor”.

inexistência de rivalidades hegemônicas sob estrutura unipolar. No entanto, questiona a ausência, prevista por Wohlforth, de incentivos sistêmicos para conflitos entre grandes potências sob a Unipolaridade. Apesar de concordar que o unipolo acabe por constranger conflitos dessa natureza quando engajado, problematiza justamente as consequências de um possível desengajamento por parte do mesmo: para Monteiro (2011/12), se a única superpotência optar pelo desengajamento, conflitos regionais entre grandes potências tornam-se possíveis.

Em adição, discorda de Wohlforth (1999) no que tange aos custos proibitivos do balanceamento por parte de pequenas potências frente ao polo, argumento alicerçado sobretudo na preponderância do unipolo que, inevitavelmente, encorajaria essa categoria a seguir a estratégia de *bandwagoning*. Para Monteiro, “(...) os custos do balanceamento em relação ao *bandwagoning* variam entre as pequenas potências. Assim, o argumento de Wohlforth diminui de forma equivocada a importância da probabilidade desse tipo de guerra”<sup>8</sup> (2011/12, p. 17, tradução nossa). Por fim, destaca Monteiro (2011/12), Wohlforth não se aprofunda nas consequências de potenciais conflitos entre grandes e pequenas potências, ou até mesmo entre as últimas. Isso se daria, segundo autor, devido ao foco estrutural dado por Wohlforth: análises estruturais geralmente são centradas no estudo das interações entre grandes potências. A influência waltziana, nesse sentido, é notável – para o pai do realismo estrutural, como já discutido, as dinâmicas sistêmicas são determinadas sobretudo a partir das grandes potências da época (WALTZ, 1979).

É importante ressaltar que o unipolo não necessariamente seguirá uma única estratégia globalmente:

Por exemplo, entre 1990 e 2001, os Estados Unidos implementaram uma estratégia de dominância defensiva em todos os lugares, exceto na África, a partir da qual se desengajou em grande parte depois de retirar-se da Somália em 1994. Entre o final de 2001 e 2005, quando a Doutrina Bush estava em pleno vigor, os Estados Unidos se deslocaram para uma estratégia de dominância ofensiva no Oriente Médio, derrubando regimes no Afeganistão e no Iraque, enquanto mantinha sua dominância defensiva na Europa e no Leste Asiático e permanecia amplamente desengajado na África<sup>9</sup> (MONTEIRO, 2011/12, p. 22, tradução nossa).

Como exposto previamente, será justamente a estratégia do unipolo a grande determinante dos incentivos e constrangimentos estruturais às demais unidades do sistema em

---

<sup>8</sup> “(...) the costs of balancing relative to bandwagoning vary among minor powers. So Wohlforth’s argument underplays the likelihood of this type of war”.

<sup>9</sup> “For instance, between 1990 and 2001, the United States implemented a strategy of defensive dominance everywhere except in Africa, from which it largely disengaged after withdrawing from Somalia in 1994. Between late 2001 and 2005, when the Bush Doctrine was in full force, the United States shifted to an offensive-dominance strategy in the Middle East, toppling regimes in Afghanistan and Iraq, while maintaining its defensive dominance in Europe and East Asia and remaining largely disengaged from Africa”.

direção – ou não - ao conflito e à guerra. No caso do comportamento de dominância defensiva, situação em que o polo busca tanto manter os limites territoriais e os alinhamentos políticos internacionais vigentes, quanto congelar a distribuição global de poder, o conflito pode ser encorajado de duas formas, ambas alicerçadas na incerteza quanto às intenções da única superpotência. A primeira fundamenta-se no não conhecimento da extensão da determinação do unipolo em manter a estratégia de dominância defensiva: o resultado pode ser a tentativa de ampliação das capacidades por parte das pequenas potências. A segunda forma relaciona-se à incerteza quanto ao nível de pequenas mudanças no *status quo* aceito pelo polo antes que este apresente oposição. Nos dois casos, a oposição da superpotência provavelmente levará ao conflito entre a mesma e pequenas potências revisionistas (MONTEIRO, 2011/12).

Uma vez que sob a unipolaridade inexistente o mecanismo de alinhamento com outra superpotência, a estratégia de acomodação em relação ao polo apresenta benefícios distintos para grandes potências e pequenas potências. Para o primeiro grupo, a acomodação se constitui como a estratégia menos arriscada possível, por terem tanto as condições de garantir a sua sobrevivência no sistema até mesmo frente à uma agressão do polo, quanto pelos benefícios inerentes à sua participação no sistema unipolar.

As pequenas potências, nesse sentido, também tendem à acomodação buscando evitar o confronto com o poder dominante. Entretanto, diferente do caso das grandes potências, esta estratégia apresenta riscos ampliados para os Estados mais fracos do sistema: a sua sobrevivência não estará garantida se o unipolo se virar contra eles. O que se depreende disso é que, em determinados casos, países mais fracos tenderão a um tipo diferenciado de estratégia, objetivando a ampliação do seu poder relativo no sistema e, conseqüentemente, das suas chances de sobrevivência frente a atores mais fortes (MONTEIRO, 2011/12). Quanto menor o valor atribuído pelos Estados mais fracos ao *status quo* regional – constituído, importante ressaltar, a partir de grandes potências aliadas ao unipolo -, maior a aceitação dos riscos inerentes a uma ação revisionista – tal argumento justificaria, por exemplo os ataques do Japão contra os Estados Unidos em 1941 e a decisão síria e egípcia em atacar Israel em 1973: em ambos os casos, os agressores sabiam que eram perceptivelmente mais fracos que seus alvos, no entanto optaram pelo ataque mesmo assim, tendo em vista que consideravam o *status quo* anterior à guerra como inaceitável.

Ademais, excluída a possibilidade do uso das dinâmicas de aliança com outras superpotências – possíveis garantidoras da sua sobrevivência frente a outra superpotência - características das ordens multipolares e bipolares, tais Estados encontram-se em uma posição de autoajuda extremada, o que os encoraja a reforçar unilateralmente sua defesa convencional,

inclusive – mas não exclusivamente – por meio do desenvolvimento de armas nucleares - almejando a posição de grande potência -, bem como de possíveis estratégias assimétricas de combate. Em outras palavras, Estados mais fracos descontentes com o *status quo* vigente buscarão aumentar os seus recursos de poder por meio do balanceamento interno (MONTEIRO, 2011/12).

Cabe destacar, de acordo com Monteiro (2011/12, p. 26-27) que a estratégia de dominância defensiva incentiva o unipolo a opor-se a tais ações revisionistas, visto que estas reduzem a capacidade do unipolo de conversão da sua vantagem relativa de poder em resultados favoráveis aos seus interesses e objetivos. No que tange à proliferação nuclear, esta limitação é, ainda, irreversível: o novo Estado nuclearizado atinge, virtualmente, certo tipo de imunidade frente às tentativas de coerção por parte do único polo. Em paralelo a isso, a proliferação pode gerar instabilidades regionais ao encorajar movimentos de corrida armamentista, o que obrigaria o unipolo ou a aumentar seus gastos com defesa ou a aceitar uma posição menos privilegiada de poder relativo global. Por fim, a ascensão de uma grande potência de caráter rebelde frente à ordem unipolar pode indicar o prenúncio de uma indesejada tentativa de balanceamento contra a única superpotência. Todas essas dinâmicas são inadmissíveis do ponto de vista de polo. Nesse sentido, dados os incentivos previamente apresentados para que países mais fracos mantenham tal postura mesmo com a oposição manifesta do polo, aumentam-se as chances de guerras preventivas por parte da única superpotência em oposição ao Estado revisionista.

O mesmo pode ocorrer em situações nas quais potências menores testem a reação do unipolo frente à pequenas revisões do *status quo*: a superpotência pode demandar a reversão imediata de tais movimentos. Tal demanda pode não ser atendida por vários motivos – como informações incompletas, problemas de comprometimento, questões relacionadas à reputação do Estado mais fraco etc -, o que desencadearia, também, o conflito direto entre o polo e o Estado revisionista (MONTEIRO, 2011/12).

Uma guerra desse tipo pode incentivar outros Estados revisionistas a acelerarem seus processos de balanceamento, sobretudo pela janela de oportunidades aberta pelo conflito: o envolvimento em curso do unipolo em uma guerra contra uma potência menor pode comprometer sua capacidade de segundo conflito simultâneo. Ademais, dependendo da magnitude da preponderância de poder do unipolo, uma guerra contra um Estado mais fraco pode abrir espaço para conflitos entre grandes potências e entre grandes potências e potências menores. Visto que a superioridade de poder do polo é limitada pelo nível de envolvimento no primeiro conflito, sua habilidade de gerenciamento de hostilidades entre outros Estados em

outros lugares pode ficar comprometida. Em outras palavras, a guerra continua sendo uma possibilidade mesmo com a única superpotência engajada (MONTEIRO, 2011/12).

Segundo Monteiro (2011/12), entre o fim da Guerra Fria e os ataques do 11 de setembro (2001) está foi a estratégia geralmente implementada por Washington. As dinâmicas acima descritas podem, nesse sentido, ser observadas tanto na Primeira Guerra do Golfo (1991) – quando o Regime Hussein, agora sem a possibilidade de alinhamento com a URSS, almejou revisar *o status quo* regional do Oriente Médio por meio da invasão do Kuwait e foi combatido pela coalizão internacional liderada pelos EUA - e na Guerra do Kosovo (1999) – evento no qual os sérvios, sem apoio russo, calcularam errado a tolerância norte-americana frente à violência étnica cometida contra o Kosovo, uma província separatista da então Iugoslávia -, quanto na Guerra Kargil entre a Índia e o Paquistão – encorajada pelo fato de Washington estar focado no conflito supracitado dos Balcãs e que só se encerrou após as operações militares no Kosovo se encerrarem, com a subsequente demanda do presidente Clinton para que o Paquistão se retirasse das áreas ocupadas - e também no que concerne à postura estadunidense frente aos programas nucleares norte-coreanos e iranianos - Estados considerados revisionistas e que, diante da ausência de uma grande potência tutora e da incerteza com relação às intenções norte-americanas, se utilizam do balanceamento interno para melhorar seu poder relativo frente ao unipolo.

Já sob estratégia de dominância ofensiva, o unipolo busca “(...) revisar o status quo em seu favor por meio da aquisição de mais território, pela mudança favorável do alinhamento de outros Estados, ou pela alteração da distribuição de poder em seu próprio benefício – ou alguma combinação destes”<sup>10</sup> (MONTEIRO, 2011/12, p. 30, tradução nossa). O primeiro método é pouco provável além de extremamente difícil em uma era caracterizada pelo nacionalismo. Os dois últimos, por sua vez, podem ser buscados por meio do poder brando e da persuasão – contudo, uma vez que tais ferramentas se mostrem ineficientes, o unipolo pode decidir em favor do uso da força.

Duas dinâmicas, sob estratégia de dominância ofensiva, podem desencadear um conflito. A primeira refere-se àquela situação em que o unipolo apresenta demandas revisionistas que provavelmente não serão aceitas e cumpridas de forma pacífica pelas potências mais fracas recalcitrantes por configurarem ameaças às suas sobrevivências. Devido a superioridade de poder do unipolo, este pode dar início à uma guerra com o objetivo de obrigar estes Estados desobedientes a se adaptarem às suas exigências. A segunda via, por sua vez, tem

---

<sup>10</sup> “(...) revise the status quo in its favor by acquiring more territory, by favorably changing the alignment of other states, or by altering the distribution of power in its own benefit—or some combination of these”.

como ponto de partida um estímulo semelhante ao existente sob dominância defensiva: a dominância ofensiva também fornece grandes incentivos para o balanceamento interno por parte de Estados mais fracos. No entanto, por motivos previamente expostos, é provável que o unipolo inicie uma guerra contra estes países mais fracos antes que estes consigam ampliar seus recursos relativos de poder de forma significativa (MONTEIRO, 2011/12).

Além disso, guerras que ponham uma potência menor recalcitrante contra um unipolo que implementa uma estratégia de dominância ofensiva tem dois efeitos comuns à dominância defensiva. Primeiro, elas incentivam outras potências menores recalcitrantes a redobrar seus esforços de equilíbrio. Em segundo lugar, eles podem abrir espaço para guerras entre grandes e pequenas potências<sup>11</sup> (MONTEIRO, 2011/12, p. 31).

Para o autor, esta teria sido a estratégia empregada pelos Estados Unidos no Oriente Médio após os ataques do 11 de setembro, denunciada sobretudo a partir das intervenções no Iraque (2003). Diante do objetivo de revisar o alinhamento internacional de Hussein e reduzir o seu poder relativo por meio da instalação de um novo regime em Bagdá mais favorável aos interesses estadunidenses e que pusesse fim ao alegado programa iraquiano de armas de destruição em massa (mesmo que no fim das contas nenhuma arma dessa natureza tenha sido encontrada), bem como da recusa de Saddam em sair do poder e, portanto, respeitar as demandas do unipolo, configurou-se o conflito. Uma importante consequência do confronto a ser notada diz respeito ao maior incentivo a países recalcitrantes em acelerar os seus respectivos programas de proliferação tendo em vista a ameaça apresentada por um comportamento estadunidense mais agressivo – sobretudo Irã e Coreia do Norte.

Por fim, Monteiro apresenta a estratégia de desengajamento, comportamento no qual o unipolo evita interferir em balanças de poder regionais, à exceção da sua própria, uma vez que não lhe é permitido desengajar da sua própria região. Apesar desta estratégia reduzir a probabilidade de guerra entre o unipolo e outros Estados, acaba por aumentar as chances de conflito armado entre grandes potências e pequenas potências rivais como resultado do vácuo de poder criado pelo unipolo desengajado. Regiões nas quais o unipolo apresente conduta de desengajamento tenderão a se comportar de forma isolada dos mecanismos de conflito globais constituídos a partir da estrutura unipolar. Podendo ser tratadas como quase-sistemas em si mesmo, tais regiões respeitarão as mesmas dinâmicas que regulam as interações entre grandes potências em concordância com a sua estrutura de poder correspondente – unipolar, bipolar ou multipolar (MONTEIRO, 2011/12).

---

<sup>11</sup> “In addition, wars pitting a recalcitrant minor power against a unipole implementing a strategy of offensive dominance have two effects common to defensive dominance. First, they encourage other recalcitrant minor powers to redouble their balancing efforts. Second, they may make room for wars among major and minor powers”. Tradução nossa.

A unipolaridade em outras regiões deve ser encarada como pouco provável, visto que a emergência de uma hegemonia regional em outra região do globo provavelmente será encarada como uma grande ameaça, mesmo para um unipolo desengajado – significaria a ascensão de um possível rival na balança de poder global, pondo fim à estrutura unipolar. Contudo, para Monteiro (2011/12), é possível que em áreas periféricas o surgimento de estruturas regionais unipolares não incomode o polo desengajado: o autor chama estas situações de “unipolaridade aninhada”<sup>12</sup>, em tradução livre (p. 33, tradução nossa). Estas regiões seguiriam as mesmas dinâmicas previamente apresentadas e associadas a sistemas unipolares.

Nas regiões configuradas sob estrutura bipolar, duas questões podem levar ao conflito: i) a dissuasão torna-se menos provável no caso de um desequilíbrio regional de poder, tendo em vistas a existência de apenas duas potências regionais que não tem acesso ao mecanismo de balanceamento extrarregional; ii) o fato de as duas grandes potências estarem focadas uma na outra pode aumentar as tensões e, conseqüentemente, as chances de conflito.

Enfim, quatro causas para conflitos na multipolaridade comumente trabalhadas pela literatura podem, segundo Monteiro (2011/12), ser adaptadas às regiões configuradas sob estrutura semelhante: i) a maior probabilidade de competição pode encorajar ainda mais os conflitos; ii) é menos provável que a distribuição regional de poder seja equilibrada antes das alianças serem feitas - desequilíbrios de poder são mais propensos à conflitos de caráter predatório, com dois ou mais Estados conspirando contra outro; iii) sob a multipolaridade, as chances de erros de cálculo sobre o poder relativo são aumentadas, encorajando conflitos; iv) e, por fim, regiões multipolares apresentam oportunidades ampliadas de transferência de custos, tornando o equilíbrio mais difícil.

Importante ressaltar que um desengajamento global incompleto por parte do unipolo, ao aumentar as incertezas quanto ao comportamento do mesmo, incentivará pequenas potências recalcitrantes a comportarem-se como se o unipolo permanecesse engajado – o engajamento da única superpotência em uma região pode alertar pequenas potências localizadas em outras regiões quanto aos riscos inerentes ao sistema de auto-ajuda imposto a elas pela estrutura unipolar. Nesse sentido, comportamentos de desengajamento seletivo ou limitado incentivarão conflitos envolvendo o unipolo semelhantes aos desencadeados por estratégias de dominância defensiva e ofensiva.

Para Monteiro (2011/12), Washington nunca buscou uma estratégia de desengajamento global desde o fim da Guerra Fria, em 1989. Nesse sentido, o debate acerca das possíveis

---

<sup>12</sup> “Nested unipolarity”.

consequências sistêmicas de um unipolo desengajado tem apresentado considerações muitas vezes contrárias e opostas. Para o autor aqui trabalhado, a aplicação de tal estratégia por parte dos Estados Unidos motivaria países como Japão, Coreia do Sul e Taiwan a buscarem armas nucleares – em resposta às ameaças advindas de uma China e de uma Coreia do Norte nuclearizadas. Instabilidades e competições em outras partes do mundo também tenderia a se acentuar – não apenas entre Índia e Paquistão, mas também no sudeste asiático, entre países como Vietnã, Tailândia, Indonésia e Filipinas. No que concerne ao Oriente Médio em específico, os riscos de confronto regional também tenderiam a aumentar, sobretudo por parte de países do Golfo (Irã, Arábia Saudita e Iraque) e também Egito, Síria e Israel: “Grandes guerras regionais, eventualmente envolvendo o uso de armas de destruição em massa além de sofrimento humano em grande escala, fluxos de refugiados, interrupção econômica e riscos para o fornecimento de petróleo são facilmente concebíveis”<sup>13</sup> (MONTEIRO, 2011/12, p. 36, tradução nossa). Seria do interesse dos EUA, nesse sentido, manter forças estacionadas por todo o globo com vias à manutenção da segurança tanto da Ásia, quanto da Europa e do Oriente Médio (MONTEIRO, 2011/12).

Em suma, duas são as opções no que diz respeito à grande estratégia do unipolo: i) o comportamento de dominância, que inevitavelmente arrastará a única superpotência para inúmeros conflitos; e ii) o desengajamento, que encorajaria um aumento considerável de conflitos entre outros Estados. Desde o fim da Guerra Fria os Estados Unidos nunca buscaram o desengajamento global completo – situação que exigiria inclusive a retirada do unipolo de todas as alianças militares nas quais participa, por exemplo -, entretanto, ressalta Monteiro (2011/12), esta seria a melhor estratégia para o unipolo se o objetivo fosse evitar o seu envolvimento em guerras.

#### 2.4. MEARSHEIMER E O REALISMO OFENSIVO: UM COMPLEMENTO À TEORIA DA UNIPOLARIDADE

Finalmente, para enriquecer ainda mais a caracterização dos principais incentivos e constrangimentos ao comportamento dos Estados sob estrutura constituída no pós-Guerra Fria, especialmente no que se relaciona aos Estados Unidos da América, uma abordagem sistêmica a partir das esferas regionais é de extrema relevância. Nesse sentido, a sólida argumentação

---

<sup>13</sup> “Major regional wars, eventually involving the use of weapons of mass destruction plus human suffering on a vast scale, floods of refugees, economic disruption, and risks to oil supplies are all readily conceivable”.

construída pelo professor John F. Mearsheimer em seu livro *The Tragedy of the Great Power Politics* (2001) tem muito a contribuir.

A abordagem do autor segue, em grande parte, pressupostos estruturais waltzianos previamente apresentados e discutidos. Assim como Waltz (1979), Mearsheimer (2001) apresenta o jogo de poder internacional como reflexo, sobretudo, das ações das grandes potências, grandes determinantes das principais dinâmicas sistêmicas. À exceção da quantidade de recursos detida por cada unidade do sistema, o “realismo ofensivo” – denominação dada ao arcabouço teórico meticulosamente edificado por Mearsheimer – aborda tanto as grandes quanto as pequenas potências da mesma forma que Waltz o faz. A diferença fundamental entre as duas teorias reside nas principais dinâmicas e incentivos relacionados aos processos de maximização do poder por parte das potências do sistema.

Sob ponto de vista waltziano, os Estados tenderão a buscar a maximização do seu poder relativo apenas de forma suficiente a manter o equilíbrio da balança de poder. Tal comportamento respeita a premissa de que o poder se constitui meramente enquanto elemento-meio, sendo a questão da sobrevivência o grande fim direcionador de todas as atividades das unidades no sistema (WALTZ 1979). A despeito de Mearsheimer (2001) concordar com a relação meio-fim proposta por Waltz, apresenta objeções contundentes quanto à questão da busca pela maximização do poder. Para o autor, o processo de maximização do poder não se daria somente com vias à manutenção do equilíbrio de poder vigente – leia-se *status quo*. As grandes potências, estimuladas pelo princípio geral do dilema de segurança, estariam, ao contrário, ininterruptamente procurando oportunidades para ganhar poder sobre seus rivais, tendo a hegemonia do sistema como objetivo final (MEARSHEIMER, 2011). Esta estratégia de maximização constante do poder relativo seria justamente, na concepção do autor, o método ótimo de maximização da segurança dos Estados inseridos sob ambiente anárquico incerto (DINIZ, 2006).

O incentivo para esse tipo de comportamento, essencialmente ofensivo e de caráter revisionista – potências satisfeitas com sua posição relativa de poder são raras -, fundamenta-se em cinco pressupostos que, por sua vez, dialogam com várias premissas waltzianas: i) o princípio ordenador do sistema internacional é a anarquia, que direciona à competição por segurança; ii) as grandes potências possuem alguma capacidade militar ofensiva, o que lhes permite ferir ou destruir umas às outras; iii) as intenções alheias são sempre incertas, o que significa dizer que nenhum Estado pode ter certeza se outro usará de sua capacidade militar ofensiva para atacá-lo; iv) a sobrevivência é o objetivo primário das grandes potências; v) grandes potências são atores racionais (MEARSHEIMER, 2011).

Assim, motivadas pela estrutura incerta, pelo medo frente ao comportamento dos outros Estados, e pelo sistema de auto-ajuda, em paralelo às dificuldades na determinação da quantia de poder necessária no presente e no futuro com vias a garantir a sua sobrevivência, as grandes potências reconhecem que a melhor estratégia de segurança a ser seguida reside na busca constante pela hegemonia do sistema, situação que eliminaria qualquer possibilidade de ameaça por parte de outra grande potência. Mesmo que tal processo desencadeie a desconfiança das outras unidades, os Estados preocupados com a balança de poder se utilizarão de todos os métodos – sejam estes econômicos, diplomáticos ou militares – para a criação de balanças mais favoráveis sob seu ponto de vista. Nessa lógica, a busca pela maximização do poder só cessaria quando o Estado atingisse a posição hegemônica (MEARSHEIMER, 2011).

Mearsheimer (2001) ressalta, no entanto, o fato de que tal comportamento agressivo será sempre calculado. Estados detentores de um poder relativo maior tenderão a comportamentos mais agressivos, visto que Estados com menor capacidade ofensiva se preocupam, sobretudo, com a sua defesa frente aos possíveis ataques dos mais poderosos. Medidas agressivas, contudo, só serão empregadas após análises de ganhos e riscos, tendo como base expectativas tanto próprias quanto alheias, subsidiados no elemento da racionalidade. Nesse sentido, Estados mais fracos tenderão a comportamentos mais semelhantes aos apresentados pelo “Realismo Defensivo” de Waltz (1979).

Diante do imperativo estrutural da maximização do poder, oito estratégias fundamentais são mapeadas pelo autor, todas focadas no ganho de poder relativo sobre rivais: i) a guerra; ii) *blackmail*, espécie de chantagem que funciona melhor contra potências mais fracas; iii) *bait and bleed*, que envolve basicamente a provocação e o prolongamento de um conflito entre rivais; iv) *blodletting*, relacionada ao prolongamento do conflito entre rivais tanto quanto possível; v) balanceamento, sob dinâmicas já apresentadas; vi) *buckpassing*, que envolve a “terceirização” do processo de balanceamento; vii) *appeasement*, caracterizada pelo cumprimento das demandas do agressor na esperança de que isso o satisfaça; viii) *bandwagoning*, também já discutida. Importante destacar que para Mearsheimer (2011), estas duas últimas estratégias devem ser utilizadas somente quando as outras não forem possíveis.

Em acordo com a distribuição de poder no sistema e subsequente quantificação de polos, Mearsheimer (2001) caracteriza quatro possíveis estruturas do sistema internacional. Primeiramente, tem-se a multipolaridade desequilibrada – quando as grandes potências dominam diferentes elementos de poder de forma desigual -, mais tendente ao conflito devido

a existência de um hegemonia<sup>14</sup> regional revisionista. Em seguida, é apresentada a multipolaridade equilibrada – situação na qual as grandes potências apresentam dotações semelhantes de elementos de poder -, com maior potencial para a cooperação e a formação de alianças balanceadoras, dada a inexistência de um hegemonia global em potencial. A bipolaridade para Mearsheimer segue uma caracterização semelhante à proposta por Waltz (1979). Por fim, o autor caracteriza a hegemonia regional, estrutura na qual um Estado torna-se poderoso o suficiente para dominar o sistema regional, mas não para ocupar a posição de hegemonia global – o mais estável dos sistemas possíveis.

Para Mearsheimer (2001), importante destacar, historicamente nunca houve uma hegemonia global – contexto em que um Estado seria tão poderoso que dominaria todos os outros Estados no sistema por ocupar, isoladamente, a posição de grande potência do sistema. Esta só seria possível se um Estado atingisse maciça superioridade nuclear ante seus rivais, o que é, na opinião do autor, deveras improvável frente à atual configuração global de poder. Outro obstáculo estaria relacionado ao fenômeno denominado poder parador da água<sup>15</sup>: grandes porções de água dificultariam a conquista e manutenção de territórios além-mar. O grande esforço envolvendo a transposição de suas forças armadas para tais localidade também poderia enfraquecer a própria defesa doméstica do hipotético hegemonia global, o que acabaria por limitar a capacidade de projeção de poder do mesmo. Nesse sentido, uma vez que um país atinja a forma de poder máxima possível - leia-se posição de hegemonia regional -, este fará de tudo para que não surjam outros Estados com o mesmo *status* em outras regiões.

É na caracterização desse último tipo de estrutura que reside a grande contribuição de Mearsheimer (2001) para os fins do presente trabalho, uma vez que o autor consegue transpor com sucesso a abordagem teórica sistêmica para o plano regional, ampliando a importância da análise das balanças de poder em termos regionais. Uma vez que em cada região inexistente o impedimento do poder parador da água, o único obstáculo à consolidação de uma hegemonia regional é a própria balança de poder regional. Nesse sentido, potências regionais tendem a ser mais importantes para os Estados do que potências extrarregionais, segundo a abordagem de Mearsheimer (2001).

Ao discorrer sobre a atual configuração sistêmica internacional, Mearsheimer (2001) dá destaque para a posição privilegiada ocupada pelos Estados Unidos, único hegemonia regional consolidado. Uma vez que as outras grandes potências estão focadas, prioritariamente, nas suas respectivas dinâmicas de poder regional, é praticamente impossível que estas venham a ameaçar

---

<sup>14</sup> Optou-se pela manutenção do termo “hegemonia” tal como apresentado por Diniz (2006).

<sup>15</sup> “*Stopping Power of Water*”. Tradução livre.

os Estados Unidos em sua própria região. Esta situação garante máxima segurança possível ao país que, interessado na manutenção desse *status* diferenciado, trabalhará sobretudo com vias a evitar a ascensão de hegemônias em outras regiões – na eliminação de competidores regionais, este novo hegemônio regional hipotético poderia canalizar seus esforços para além-mar, configurando ameaça ao Estado norte-americano.

Tem-se, portanto, que o comportamento do único hegemônio regional será sempre em favor da preservação e manutenção das balanças de poder regionais em outras regiões (MEARSHEIMER, 2001). Estas balanças regionais, por sua vez, apresentarão configurações e dinâmicas semelhantes às estruturas previamente citadas, sejam estas, da mais estável para a mais instável: bipolaridade, multipolaridade equilibrada e multipolaridade desequilibrada (DINIZ, 2006).

Caberia aos Estados Unidos, nesse sentido, afastar-se das demais regiões tanto quanto possível, intervindo somente quando a competição regional desse sinais de falha no sentido de impedir o surgimento de um hegemônio (MEARSHEIMER, 2001). Nas palavras de Diniz, com base em Mearsheimer (2001): “(...) [E]ssa atitude de balanceador externo (*offshore balancer*) lhes permitiria transferir (*buckpass*) os custos e riscos do balanceamento para as potências regionais e, no mínimo, preservar mais facilmente seu poder (concreto e potencial) relativamente àquelas potências regionais” (2006, p. 514).

Para Mearsheimer (2001), duas regiões se configurariam como de extrema importância para os Estados Unidos, sob abordagem estratégica sistêmica, justamente por apresentarem hegemônias regionais em potencial: a Europa e o Nordeste da Ásia. Na primeira, no caso se um possível ressurgimento russo ou de uma possível ascensão alemã, o autor argumenta em favor da ideia de que as demais potências regionais seriam capazes de, sozinhas, conter os interesses hegemônicos uma da outra. Na segunda, por outro lado, o crescimento econômico chinês somado a sua superioridade em termos de forças terrestres pode acabar impossibilitando o balanceamento por parte de outras potências regionais, como Rússia e Japão. Desprende-se disso que a maior ameaça em potencial à atual posição exclusiva dos Estados Unidos estaria, para Mearsheimer (2001), localizada nessa região.

No que tange à análise da estrutura global de poder, Mearsheimer brevemente defende que somente a presença de um hegemônio global poderia configurar um sistema unipolar global. Uma vez que os Estados Unidos não ocupam essa posição – tanto Rússia quanto China teriam capacidade de impedir uma tentativa de invasão de seus respectivos territórios por parte de Washington -, o sistema contemporâneo não poderia ser caracterizado como unipolar (MEARSHEIMER, 2001, p. 381). Essa lógica, à primeira vista, se contrapõe às conclusões de

Wohlforth (1999). Contudo, apesar de denominarem o atual *status* norte-americano de forma diferenciada – *único hegemôna regional* para Mearsheimer e *potência unipolar* para Wohlforth -, Diniz (2006) demonstra que as duas visões são, em verdade, complementares: Wohlforth (1999) descreve uma balança de poder regional à medida que Mearsheimer (2001) tem como foco de análise as balanças de poder regionais.

Segundo Diniz (2006), as duas visões apresentam praticamente as mesmas expectativas sistêmicas. Apesar disso, algumas divergências são dignas de nota. A primeira refere-se aos critérios distintos adotados pelos atores para os conceitos de hegemonia e unipolaridade. Enquanto Mearsheimer (2001) caracteriza um sistema hegemônico, ou unipolar, como aquele em que há apenas uma única potência ou aquele em que uma potência detém maciça superioridade nuclear sobre as demais, Wohlforth (1999) admite que a unipolaridade passa a existir quando um Estado concentra tamanho poder de forma que o contrabalanceamento por parte de outros países é impedido. Nesse sentido, para Wohlforth, o *unipolo* não equivale a um *hegemôna global*. Mais correto, segundo Diniz (2006), seria dizer que, na concepção de Wohlforth, o unipolo seria um *aspirante a hegemôna*.

É notável, portanto, a grande distinção entre o conceito de *hegemonia*, construído por Mearsheimer, e de *unipolaridade*, desenvolvido por Wohlforth. Diante do exposto, também fica clara a equivalência entre a descrição do sistema unipolar feita pelo segundo e a caracterização do sistema internacional contemporâneo feita pelo primeiro, essencialmente distintas tanto de uma configuração hegemônica quanto de uma multipolaridade desequilibrada, mas afins no que tange à ausência de um rival com capacidade de apresentar ameaças à posição privilegiada e isolada dos Estados Unidos (DINIZ, 2006).

Outro ponto de divergência que merece destaque relaciona-se às expectativas sistêmicas de comportamento da principal potência do sistema, variável fundamental para as próprias dinâmicas do sistema em si. A primeira, segundo Diniz (2006), diz respeito à atuação do único polo do sistema<sup>16</sup>, ou potência unipolar, nas balanças de poder regionais. Wohlforth (1999), no que tange à essa questão, argumenta em favor de um comportamento estadunidense de caráter mais ativo em prol da preservação do seu *status* diferenciado (DINIZ, 2006). Dialogando diretamente com as estratégias de dominância defensiva e ofensiva descritas por Monteiro

---

<sup>16</sup> Diante do exposto, visto que as expectativas sistêmicas – incentivos e constrangimentos – previstos por Wohlforth (1999) e por Mearsheimer (2001) são praticamente as mesmas, o presente trabalho utilizará, a partir daqui, o termo *potência unipolar* como sinônimo tanto da condição de *único hegemom regional* quanto de *único polo do sistema*.

(2011/12), o intervencionismo norte-americano é visto por Wohlforth (1999) como necessário e desejável à manutenção do sistema. Na ausência de uma ação efetiva por parte do unipolo, focos de conflito entre outros Estados – incentivados pela estrutura a aumentar o seu poder relativo - se ampliariam, com potencial de alteração das balanças de poder regionais em favor de um país, configurando ameaça à posição privilegiada dos Estados Unidos. Nesse sentido, para o autor, o maior equívoco estratégico a ser possivelmente cometido por Washington seria o de relutar em bancar os custos financeiros e militares inerentes ao *status* de unipolo (WOHLFORTH, 1999).

Mearsheimer (2001), ao contrário, reclama um papel menos ativo por parte da única potência polar, condensado sobretudo no comportamento de balanceador externo (*offshore balancer*), tal qual previamente discutido. Tal expectativa, importante notar, relaciona-se diretamente com o a estratégia de desengajamento apresentada por Monteiro (2011/12), que eleva a importância das balanças de poder regionais mesmo sob estrutura unipolar.

Para Diniz (2006, p. 526), “essa incongruência decorre de uma avaliação distinta de dois riscos contrários: o da superextensão (*overstretching*) da potência unipolar e o da rápida transformação das balanças regionais”. O primeiro diz respeito ao risco que uma postura excessivamente intervencionista pode ter no que tange ao nível de recursos dispendidos pelo unipolo: o exorbitante gasto de recursos “poderia levar a uma deterioração do seu poder relativo em face das demais potências e, no limite, à transformação do sistema, fazendo com que ele deixe de ser unipolar” (DINIZ, 2006, p. 525). Para evitar tal risco, a potência unipolar privilegiaria a estratégia defendida por Mearsheimer.

No entanto, a postura de *offshore balancer* também apresenta perigos importantes. Uma vez que o poder parador da água, apresentado pelo próprio Mearsheimer (2001), pode atrasar uma intervenção do unipolo em outra região, é possível que

(...) uma investida rumo à hegemonia por uma potência de outra região seja razoavelmente bem-sucedida antes que a potência unipolar possa efetivamente intervir a ponto de evitá-la. Nesse caso, um competidor terá surgido, e a posição da potência unipolar se terá deteriorado dramaticamente e subitamente. Afinal, não se tratará mais de apenas impedir o surgimento de um competidor: tratar-se-á de confrontar-se com ele, ou então de conviver com o fato de que um competidor existe – e o sistema não é mais unipolar, ou a posição da outrora principal potência do sistema já não é mais tão confortável. Evitar que isso ocorra exige, portanto, uma postura bem mais ativa da principal potência do sistema, levando-a à um intervencionismo bem mais permanente em outras regiões críticas, de modo a diminuir o risco de uma rápida transformação de suas balanças de poder – o que implicaria, portanto, um maior dispêndio de recursos e, conseqüentemente, um aumento do risco de superextensão. (DINIZ, 2006, p. 525-526).

Eis aqui, portanto, um dilema que, para Diniz (2006), não parece ter solução teórica do ponto de vista estrutural. Esta, na verdade, parece estar localizada na esfera dos processos

políticos, entendida aqui como a distribuição de recursos, ou balança de poder, em dado momento. Nesse sentido, Diniz ressalta em seu trabalho a importância de possíveis ferramentas - com enfoque nos mecanismos multilaterais - que permitam à potência unipolar tanto minimizar quanto distribuir os custos de manutenção de sua posição:

Se esses custos forem baixos ou puderem ser distribuídos, aumentam as chances de uma postura ativa e intervencionista por parte da potência unipolar; se forem altos ou não puderem ser distribuídos, aumenta a probabilidade de um comportamento menos ativo da potência unipolar, ou seja, ela provavelmente atuará mais freqüentemente como um balanceador externo (DINIZ, 2006, p. 528).

Conclui-se, a partir do exposto por Diniz (2006), que os possíveis resultados decorrentes de tais mecanismos de divisão de competências seriam tanto positivos para a manutenção da ordem vigente quanto para a preservação posição privilegiada do unipolo. Tal entendimento será de extrema importância para os próximos capítulos deste trabalho.

## 2.5. CONCLUSÕES PARCIAIS

A primeira parte deste capítulo buscou, primeiramente, apresentar as bases epistemológicas do Realismo Estrutural waltziano (WALTZ, 1959). Na sequência, foram analisadas duas importantes contribuições da teoria supracitada para o entendimento das relações internacionais sob abordagem sistêmica, sejam estas i) a caracterização da estrutura do Sistema Internacional, associada diretamente à noção de balança de poder; e ii) a questão dos métodos para mensuração do poder e posterior contagem de polos em um sistema (WALTZ, 1979).

A segunda seção, por sua vez, almejou caracterizar o atual sistema internacional frente aos questionamentos levantados à teoria waltziana após o colapso do gigante soviético. Tendo como base os estudos de Wohlforth (1999), concluiu-se que, dada a impossibilidade de balanceamento por parte dos outros Estados do sistema frente à única superpotência, i) o sistema é, de fato, unipolar, tendo em vista a preponderância tanto absoluta quanto relativa dos Estados Unidos em todos os componentes do poder; ii) a unipolaridade é pacífica, uma vez que tanto elimina do sistema a disputa pela balança de poder global quanto constrange possíveis conflitos entre grandes potências; e iii) que o sistema unipolar vigente tende à alta durabilidade, posto que muito tempo será necessário para que outro Estado alcance os requisitos mínimos exigidos para, em um segundo momento, rivalizar com o poder norte-americano.

Posteriormente, foram expostas as contribuições de Monteiro (2011/12) às assertivas defendidas por Wohlforth, especialmente no que concerne à pacificidade do sistema unipolar vigente. Como visto, apesar da Unipolaridade impossibilitar as guerras entre superpotências –

na unipolaridade, apenas uma superpotência se faz presente – quanto entre a única superpotência e as grandes potências – devido à inexistência de rivalidades hegemônicas sob estrutura unipolar -, dois novos tipos de conflito são encorajados por esta estrutura: i) conflitos envolvendo a potência unipolar e outro Estado; e ii) conflitos envolvendo exclusivamente outros Estados. Estes, por sua vez, estariam diretamente associados ao comportamento do unipolo: dominância defensiva e ofensiva – que levariam aos conflitos do primeiro tipo -, e desengajamento – que incitaria conflitos do segundo grupo. A chave para a distinção destas estratégias residiria na atitude do polo frente ao *status quo* global, definido por Monteiro a partir de três componentes: arranjos territoriais, alinhamentos políticos internacionais e distribuição global de poder.

A quarta seção, por seu turno, buscou enriquecer a caracterização dos principais incentivos e constrangimentos sistêmicos ao comportamento dos Estados sob estrutura constituída no pós-Guerra Fria, especialmente no que se relaciona aos Estados Unidos da América, por meio do arcabouço teórico do Realismo Ofensivo, construído por Mearsheimer (2001). Em um primeiro momento, foram apresentados os principais pontos de convergência e divergência entre esta abordagem e a abordagem waltziana, dando especial enfoque para às diferentes expectativas estruturais apontadas por ambas as teorias no que se relaciona aos processos de maximização do poder por parte das potências do sistema.

O segundo passo foi a apresentação da abordagem sistêmica a partir das balanças regionais de poder. Nesse momento, buscou-se, por meio da cuidadosa análise de Diniz (2006), relacionar as conclusões de Mearsheimer (2001) às assertivas defendidas por Wohlforth (1999): apesar de denominarem o atual *status* norte-americano de forma diferenciada – *único hegemôna regional* para Mearsheimer e *potência unipolar* para Wohlforth -, Diniz demonstra que as duas visões são, na verdade, complementares.

Wohlforth descreve uma balança de poder regional à medida que Mearsheimer tem como foco de análise as balanças de poder regionais. As duas abordagens, apesar de ostentarem divergências no que tange ao comportamento esperado do unipolo – aqui compreendido tanto como único hegemôna regional quanto como única potência unipolar -, prescrevem praticamente as mesmas expectativas sistêmicas: uma vez confirmada a posição diferenciada e exclusiva dos Estados Unidos da América frente às outras unidades do sistema, o principal objetivo deste será a manutenção do seu *status quo* privilegiado.

Nesse sentido, finalmente, ressaltou-se, por meio de Diniz (2006), a importância de mecanismos alternativos que permitam à potência unipolar tanto minimizar quanto distribuir os custos de manutenção da sua posição. O comportamento mais ativo ou menos ativo do unipolo

*vis-à-vis* o seu papel sistêmico, desencadeará diferentes reações no sistema. É a partir dessa máxima que os próximos capítulos serão desenvolvidos. No entanto, antes de discutir as implicações de uma possível mudança de postura por parte de Washington inclinada à uma maior divisão de competências, faz-se necessário constatar – ou não – a existência desse redirecionamento estratégico. Nesse contexto, após a caracterização teórica dos principais condicionantes estruturais ao comportamento do Estados Unidos – tanto global quanto em relação a diferentes regiões do mundo -, buscar-se-á, na próxima parte deste trabalho, discutir empiricamente as alterações estratégicas de segurança estadunidense durante o Governo Obama para uma das mais complexas regiões do mundo: o Oriente Médio.

### 3. ALTERAÇÕES NA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ESTADUNIDENSE PARA O ORIENTE MÉDIO NO GOVERNO OBAMA

O presente capítulo almeja apresentar a nova estratégia de segurança estadunidense para o Oriente Médio no Governo Obama (2009-2017). Entender o redirecionamento estabelecido pela Gestão Obama, no entanto, exige exposição prévia de uma variável específica da região: o petróleo – recurso chave na construção e manutenção das capacidades econômicas e militares tanto dos EUA quanto de seus aliados mais próximos, como Japão e países europeus. Após breve discussão acerca do tema, o foco de análise será o *National Security Strategy* (NSS) de 2002, correspondente à Estratégia Bush, e os NSS-2010 e NSS-2015, formulados durante o governo Obama.

Após mapeamento das principais alterações, tendo como base os documentos oficiais supramencionados, dar-se-á início à construção de uma interpretação do redirecionamento estratégico da potência unipolar - tanto por meio da exposição de argumentos de autores específicos, quanto por meio da análise a partir dos condicionantes estruturais apresentados no primeiro capítulo, levando também em consideração a questão do petróleo como variável específica do Oriente Médio.

#### 3.1. ESPECIFICIDADE ESTRATÉGICA DO ORIENTE MÉDIO PARA O UNIPOLO: O PETRÓLEO

Antes de analisar as principais alterações na estratégia de segurança norte-americana para o Oriente Médio durante o Governo Obama, faz-se necessário apresentar o ambiente, à época de sua eleição, de outra variável geoestratégica relevante na região do ponto de vista da potência unipolar: o petróleo. De acordo com Diniz (2006), uma notável – e importante – omissão se faz presente tanto no trabalho de Wohlforth (1999) quanto de Mearsheimer (2001), discutidos no capítulo anterior.

Embora ambos manifestem a consciência da necessidade de dispor dos recursos que permitam a sustentação da posição privilegiada da principal potência no tempo, nenhum deles explora as consequências políticas dessa necessidade. Por exemplo, Mearsheimer, ao analisar as regiões críticas para o único hegêmona regional, cita apenas aquelas em que um possível competidor poderia surgir, mas não aquelas cuja balança de poder é vital para a prosperidade daquele único hegêmona regional. Não por acaso, é notória a ausência, em sua análise, da importância da balança de poder do Oriente Médio para os EUA (DINIZ, 2006, p. 527).

A importância dada à balança de poder do Oriente Médio por Washington pode, nesse sentido, ser compreendida a partir da significante – e até então indispensável - participação do

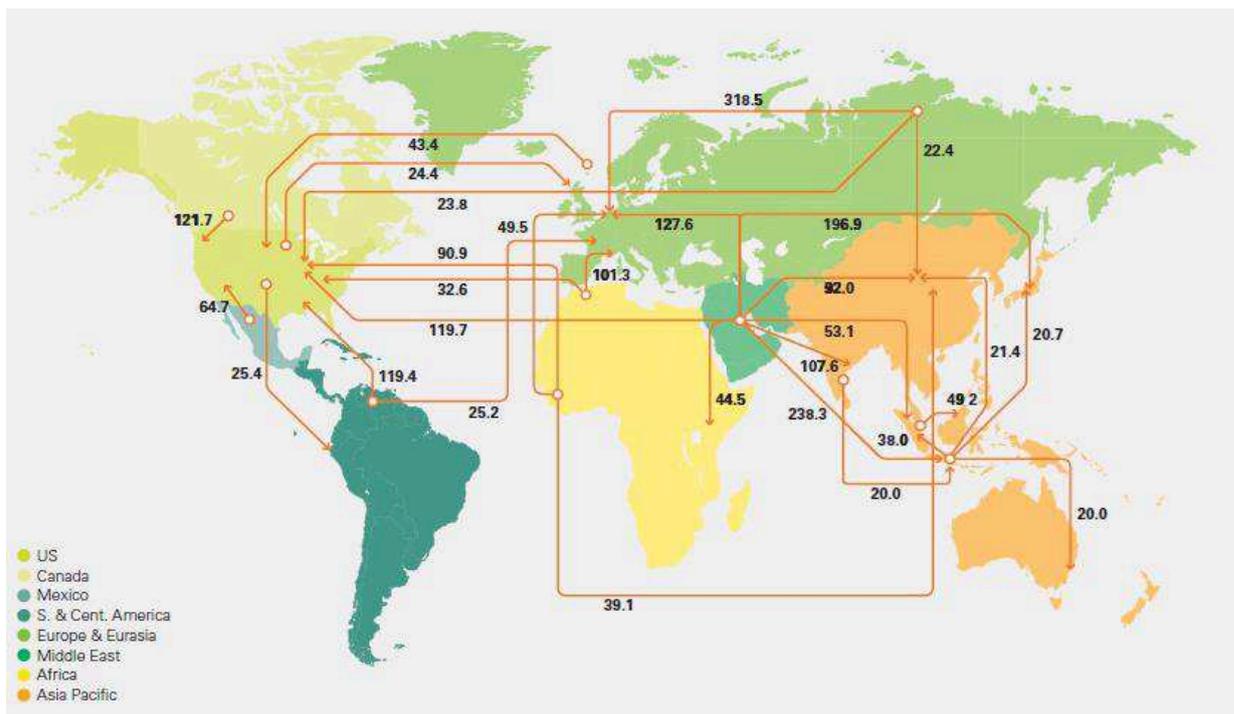
petróleo na matriz energética global: em 2007, ano anterior ao processo eleitoral que garantiu à presidência a Obama, o recurso era responsável por aproximadamente 34% do suprimento de energia primária ao mundo – superando todas as outras fontes de energia, como carvão (26,5%), gás (20,9%) e nuclear (5,9%), por exemplo (IEA, 2009).

No mesmo ano, O Oriente Médio era responsável por mais de 30% da produção mundial, superando todas as outras regiões: 13% da produção se dava na América do Norte, 12,8% na África, 12,6% na América Latina, 12,3% no Leste Europeu, 9,7% na Ásia e no Pacífico, 6,1% na Europa Central e Ocidental e 3,1% na Ásia Central (ENI, 2008). No que tange às reservas globais de petróleo, a região tem ainda mais destaque: em 2008, 64,2% das mesmas estavam localizadas no Oriente Médio, 10,4% na América Latina, 9,8% na África, 5,2% no Leste Europeu, 3,3% na Ásia Central, 2,9 % na Ásia e no Pacífico, 2,9% na América do Norte e 1,2% na Europa Central e Ocidental (ENI, 2008).

O quadro, no entanto, se inverte quando a questão do consumo mundial é analisada: a região que mais consumia petróleo era a Ásia e o Pacífico (29,2%), seguida da América do Norte (27,4%), Europa Central e Ocidental (18,9%), América Latina (8,8%), Oriente Médio (7,7%), Leste Europeu (3,8%), África (3,6%) e Ásia Central (0,7%) (ENI, 2008). Diante desse contexto e objetivando entender a importância dos fluxos globais de petróleo para a potência unipolar - sobretudo sob os anos da Gestão Obama - é importante ressaltar que, no ano de 2006, os Estados Unidos era o maior importador do recurso no mundo – em outras palavras, o maior demandante no mercado global. Aliados chave, como o Japão, a Alemanha, a Coreia do Sul e a França também estavam, à época, entre os dez maiores importadores, ocupando, respectivamente, a segunda, a quarta, a quinta e a oitava posição no ranking. No que tange aos maiores exportadores – e, portanto, os grandes supridores da demanda internacional -, o Oriente Médio despontava, sem grandes espantos, como a região fornecedora mais importante: o ranking era liderado pela Arábia Saudita, com outros países da região, como o Irã, os Emirados Árabes Unidos, e o Kuwait ocupando, respectivamente, a terceira, a quarta e a sexta posições (ENI, 2008).

O mapa a seguir, referente aos fluxos mundiais de petróleo em 2008 (em milhões de toneladas), reforça ainda mais a importância estratégica do Oriente Médio no fornecimento de petróleo tanto para os Estados Unidos quanto para parceiros regionais extremamente relevantes, como países europeus e o Japão:

Figura 1 - Fluxos Mundiais de Petróleo em milhões de toneladas (2008)



Fonte: British Petroleum - BP (2009).

Diante de tal conjuntura, Baumann (2008) defende que “como a Europa – e os EUA também – dependem do contínuo fluxo de petróleo e gás para alimentar suas economias para o transporte e para a vida cotidiana, eles não podem ignorar as crescentes ameaças iminentes sobre o seu abastecimento”<sup>17</sup> (p. 9, tradução nossa). O autor, nesse sentido, argumenta em favor da centralidade do fornecimento estável e suficiente de energia na garantia do desenvolvimento econômico, da segurança individual e da estabilidade política – bases da prosperidade de qualquer país. Em outras palavras, a segurança energética – entendida como “suprimentos confiáveis a um preço razoável”<sup>18</sup> (BAUMANN, 2008, p. 4, tradução nossa) -, se configuraria, na atualidade, como uma pré-condição basilar do crescimento econômico e também da legitimidade das entidades políticas.

No que tange ao Oriente Médio, em específico, esta noção já parece ter sido absorvida pelos Estados Unidos há décadas:

Desde pelo menos a década de 1970, os principais interesses estratégicos na região [Oriente Médio] envolveram não apenas garantir um acesso fácil para si, mas também garantir um mercado aberto e seguro para o Japão e a Europa. Os países do Oriente Médio, especialmente os Estados do Golfo Pérsico, são os principais produtores de petróleo<sup>19</sup> (BYMAN; MOLLER, 2016, p.7, tradução nossa).

<sup>17</sup> “As Europe - and the USA as well - dependent on the continuous flow of oil and gas to fuel their economies for transportation and everyday-life, they can not ignore the rising imminent threats on their supply”.

<sup>18</sup> “Reliable supplies at a reasonable price”.

<sup>19</sup> “Since at least the 1970s, America’s key strategic interests in the region have involved not only securing easy access for itself but also guaranteeing an open and secure market for Japan and Europe. Middle East countries, especially the states of the Persian Gulf, are key oil producers”.

O diálogo com as abordagens sistêmicas apresentadas no capítulo anterior, assim, se viabiliza: dada a grande importância estratégica do petróleo à prosperidade dos países no século XXI, a manutenção dos fluxos sob condições favoráveis tanto aos Estados Unidos quanto aos seus aliados significa também a manutenção das bases de sustentação da posição do unipolo no Sistema Internacional. O acesso ao recurso, nesse sentido, não seria um fim em si mesmo, mas sim um meio à consecução dos interesses e objetivos da única superpotência tendo em vista a indispensabilidade do subsídio à consolidação das capacidades econômicas e militares tanto suas quanto de seus aliados, fundamentais na manutenção da ordem vigente. Constatar-se-ia, assim, a subordinação da questão do petróleo ao objetivo primário apresentado à potência unipolar pela estrutura internacional: o da busca pela perpetuação da sua condição extremamente privilegiada. Qualquer alteração – e subsequente instabilidade - na balança de poder da região com potencial de ameaçar a manutenção destes fluxos seria fortemente combatida pelo unipolo.

Tal argumento, importante destacar brevemente, vai ao encontro da abordagem de Mearsheimer e Walt (2016) no que tange às regiões estratégicas, sob abordagem sistêmica, para os Estados Unidos. Além do Hemisfério Ocidental, a Europa, o Nordeste Asiático e o Golfo Pérsico – não o Oriente Médio como um todo - mereceriam atenção redobrada do único hegemon regional – ou potência unipolar -: as duas primeiras por apresentarem hegemonias regionais em potencial – como a Rússia e a China -, e a última justamente pela questão do petróleo. Assim, o interesse norte-americano no que tange ao Oriente Médio seria fundamentalmente o de evitar a ascensão de um hegemon na região que pudesse interferir nos fluxos e nos preços do petróleo de forma decisiva.

Diante de todo o exposto, um último ponto merece destaque: os *chokepoints* do petróleo localizados no Oriente Médio. Segundo a Energy Information Administration (EIA), fonte oficial de estatísticas sobre energia do governo estadunidense, os *chokepoints* do petróleo são definidos como

(...) canais estreitos ao longo de rotas marítimas globais amplamente utilizadas, algumas tão estreitas que as restrições são colocadas no tamanho do navio que pode navegar por elas (...). São uma parte crítica da segurança energética global devido ao alto volume de petróleo e outros líquidos transportados por limitados estreitos<sup>20</sup> (EIA, 2017, s.p., tradução nossa).

No ano de 2015, segundo o mesmo órgão, cerca de 61% da produção de petróleo foi transportada por meio de rotas marítimas. Nesse sentido, o bloqueio mesmo que temporário

---

<sup>20</sup> “(...) narrow channels along widely used global sea routes, some so narrow that restrictions are placed on the size of the vessel that can navigate through them. Chokepoints are a critical part of global energy security because of the high volume of petroleum and other liquids transported through their narrow strait”.

destes *chokepoints*, poderia afetar instantaneamente o preço do petróleo causando um aumento substancial nos custos mundiais de energia. A especificidade geoestratégica de tais pontos deixaria, dessa forma, petroleiros vulneráveis ao roubo de piratas, agitações políticas – como, por exemplo, guerras ou hostilidades -, ataques terroristas e acidentes de transporte que poderiam resultar no desastroso derramamento de petróleo. A interrupção dos mesmos acarretaria num acréscimo considerável de percurso, tendo em vista a busca por rotas alternativas. Nesse contexto, sete são os principais *chokepoints* existentes no que concerne aos fluxos globais de petróleo – três no Oriente Médio.

O mais importante deles, devido ao volume de trânsito do recurso seria, segundo a EIA (2016), o Estreito de Ormuz, na saída do Golfo Pérsico: responsável por aproximadamente 30% do comércio mundial de petróleo, conecta o Golfo Pérsico ao Golfo de Omã e ao Mar da Arábia, e localiza-se entre o Irã e Omã (EIA, 2016). O Canal de Suez, localizado no Egito, configuraria-se como outro importante *chokepoint* localizado no Oriente Médio. O canal conecta o Mar Vermelho e o Golfo de Suez ao Mar Mediterrâneo – 17% das cargas que transitam pelo local correspondem ao transporte de petróleo; destas, 84% são originárias de países do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Iraque, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Irã, Omã, Qatar e Bahrein). O terceiro e último *chokepoint* na região seria o Estreito de Bab el-Mandeb, entre o Chifre da África e o Oriente Médio: localizado entre o Iêmen, Djibouti e a Eritreia, conecta o Mar Vermelho com o Golfo de Aden e o Mar da Arábia e é responsável pelo transporte da maior parte do petróleo exportado por países do Golfo Pérsico que transitam também pelo Canal de Suez.

Figura 2 - Chokepoints do Petróleo no Oriente Médio



Fonte: Google Maps (2017). Elaborado pelo autor.

### 3.2. DE BUSH À OBAMA: ALTERAÇÕES NA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ESTADUNIDENSE PARA O ORIENTE MÉDIO

Após o estabelecimento dos principais incentivos e constrangimentos estruturais à potência unipolar, bem como a apresentação prévia do petróleo como variável específica do Oriente Médio, o presente trabalho dará início ao processo de caracterização da nova estratégia de segurança protagonizada pelo Governo Obama para a região. Nesse sentido, a análise primária tanto do *National Security Strategy* (NSS) de 2002, elaborado sob Gestão Bush (2001-2009), quanto dos NSS-2010 e NSS-2015, formulados na Gestão Obama (2009-2017), constituirão o primeiro passo na consecução deste objetivo.

O NSS, segundo o site do próprio Governo Norte-Americano, é publicado pelo Poder Executivo do governo dos Estados Unidos da América e

(...) pretende ser uma declaração abrangente que articule os interesse, metas e objetivos mundiais dos Estados Unidos que são importantes para a sua segurança. Entre os requisitos dos relatórios estão as ações necessárias para dissuadir a agressão e para a implementação da estratégia de segurança nacional<sup>21</sup> (UNITED STATES, 2017, tradução nossa).

Os documentos são publicados periodicamente e, posteriormente, apresentados ao Congresso norte-americano. Como exposto acima, delineiam as maiores preocupações no que tange à segurança nacional estadunidense, ao mesmo tempo em que demonstram como a administração pública planeja lidar com as mesmas. É importante também destacar, novamente, que é a partir das suas diretrizes gerais que outros documentos de segurança e defesa dos Estados Unidos são elaborados – como o *National Defense Strategy* e o *National Military Strategy* -, com o papel de orientar a implementação dos *National Security Strategies* (UNITED STATES, 2017).

#### 3.2.1. A ESTRATÉGIA BUSH A PARTIR DO NATIONAL SECURITY STRATEGY DE 2002

É notável a influência dos atentados do 11 de setembro na formulação da *National Security Strategy* de 2002 (NSS-2002), uma vez que todo o documento é permeado pelo antagonismo entre o terrorismo e o autoritarismo de um lado, e a defesa do, assim denominado, mundo livre de outro. A estratégia de segurança do Governo Bush para o Oriente Médio, nesse

---

<sup>21</sup> “(...) it is intended to be a comprehensive statement articulating the worldwide interests, goals, and objectives of the United States that are important to its security. Among the reporting requirements are those actions needed to deter aggression and to implement the national security strategy”.

sentido, se insere em uma estrutura de princípios e valores muito mais ampla que, por sua vez, configura as bases do comportamento estratégico global estadunidense há décadas. Compreender a estratégia direcionada àquela região em específico exige, portanto, conhecimento prévio destas diretrizes universais.

Nesse sentido, os grandes alicerces para um modelo único sustentável com vias tanto ao sucesso nacional norte-americano quanto à consolidação de uma ordem global segura, estável e favorável à liberdade humana, seriam, de acordo com o NSS-2002, a promoção da democracia, o incentivo ao livre-comércio e aos livres mercados, e, por fim, a garantia dos Direitos Humanos (o termo “dignidade humana”<sup>22</sup> é comumente utilizado). Em outras palavras, a liberdade política somada à liberdade econômica se qualificariam como os melhores fundamentos para a estabilidade doméstica dos diferentes países e, conseqüentemente, para o mundo como um todo. O foco estratégico primário, portanto, seria o de garantir uma balança de poder favorável à liberdade humana e contrária às mais diversas forças que se opõem a esta (WHITE HOUSE, 2002).

A manutenção e dispersão pelo globo dos valores acima expostos seria de primordial importância também para o cumprimento do principal compromisso do Governo Federal - a defesa dos direitos e interesses da nação e dos cidadãos norte-americanos, tanto em território nacional quanto no exterior, contra seus inimigos -, uma vez que, em um mundo globalizado e interconectado, a segurança internacional estaria diretamente associada à segurança do próprio país (WHITE HOUSE, 2002). Assegurar a prosperidade e a estabilidade internacionais significaria, assim, a garantia da prosperidade do próprio Estados Unidos.

Diante do exposto, a estratégia mais eficiente com vias à eliminação de ameaças e subsequente manutenção da segurança tanto global quanto nacional seria marcada por seis diretrizes basilares: i) a luta pela dignidade humana, ii) o fortalecimento de alianças contra o terrorismo global e o trabalho na prevenção de ataques tanto contra Estados Unidos quanto contra seus aliados, iii) a busca pela neutralização de conflitos regionais, iv) a prevenção de possíveis ameaças contra o país e seus aliados advindas de armas de destruição em massa nas mãos de inimigos, v) o encorajamento de uma nova era de crescimento econômico mundial por meio dos livres mercados e do livre-comércio, vi) a expansão do desenvolvimento a partir da abertura das sociedades e da construção de regimes democráticos, vii) o desenvolvimento de agendas de cooperação com outros centros de poder global, e viii) a transformação das

---

<sup>22</sup> “Human dignity”, no original.

instituições nacionais de segurança estadunidenses frente aos novos desafios e oportunidades apresentadas pelo século XXI (WHITE HOUSE, 2002).

É importante ressaltar aqui a constante reafirmação da liderança e da importância de uma postura ativa dos Estados Unidos na manutenção da paz e ordem globais sob a égide dos princípios e valores já apresentados. A sua grande influência política e econômica, bem como sua superioridade militar sem precedentes<sup>23</sup> traria consigo um rol ampliado de deveres com a comunidade internacional. Nesse sentido, o documento ratifica, em diversos momentos, o interesse e o comprometimento norte-americano no preenchimento deste papel diferenciado:

A força incomparável das forças armadas dos Estados Unidos, e sua avançada presença, mantiveram a paz em algumas das regiões mais estrategicamente vitais do mundo (...). A presença das forças americanas no exterior é um dos símbolos mais profundos dos compromissos dos EUA em relação a aliados e amigos. Através da nossa vontade de usar a força em nossa própria defesa e em defesa dos outros, os Estados Unidos demonstram sua determinação em manter um equilíbrio de poder que favorece a liberdade. Para lidar com a incerteza e para enfrentar os muitos desafios de segurança que enfrentamos, os Estados Unidos precisarão de bases e estações dentro e fora da Europa Ocidental e do Nordeste da Ásia, bem como acordos de acesso temporário para o desdobramento de longa distância das forças dos EUA<sup>24</sup> (WHITE HOUSE, 2002, p. 29, tradução nossa).

Apesar de defender este compromisso norte-americano com o mundo, o NSS-2002 argumenta também em favor das alianças e das instituições internacionais, sob liderança norte-americana. Uma vez que nenhuma nação sozinha teria condições de garantir a estabilidade da ordem internacional – nem mesmo os Estados Unidos –, tais mecanismos seriam de extrema importância. No que tange às alianças, o documento reconhece que o início do século XXI caracterizaria o melhor momento desde a consolidação do Estado-nação moderno para a construção de uma ordem onde as grandes potências poderiam competir pacificamente em vez de prepararem-se constantemente para a guerra. Isso, por sua vez, viabilizaria a união global contra a violência e o caos gerado por ameaças comuns. Assim, a Guerra ao Terror se qualificaria como um dos grandes catalizadores de cooperação entre os Estados, unindo aliados históricos nas mais diversas regiões – como Canadá, Europa, Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia, Cingapura, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia e Israel, por exemplo – e

---

<sup>23</sup> Segundo o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), em 2016 os gastos estadunidenses correspondiam a 36% do total de gastos mundiais militares, seguido de China (13%), Rússia (4,1%), Arábia Saudita (3,8%), Índia (3,3%), França (3,3%) e Reino Unido (2,9%). O Brasil ocupava a 13ª posição, à época (SIPRI, 2017).

<sup>24</sup> “The unparalleled strength of the United States armed forces, and their forward presence, have maintained the peace in some of the world’s most strategically vital regions (...). The presence of American forces overseas is one of the most profound symbols of the U.S. commitments to allies and friends. Through our willingness to use force in our own defense and in defense of others, the United States demonstrates its resolve to maintain a balance of power that favors freedom. To contend with uncertainty and to meet the many security challenges we face, the United States will require bases and stations within and beyond Western Europe and Northeast Asia, as well as temporary access arrangements for the long-distance deployment of U.S. forces”.

encorajando o aprofundamento da cooperação com novos parceiros em ascensão e com valores cada vez mais similares aos estadunidenses – como a Rússia em processo de consolidação democrática, a China em movimento de crescente abertura econômica, e a Índia, a maior democracia do mundo (WHITE HOUSE, 2002).

As instituições multilaterais – tais quais a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) -, por sua vez, seriam essenciais no fortalecimento dos Estados-livres e na consecução da missão destes no que concerne à dispersão por todo o globo dos valores por eles compartilhados. Ademais, instituições regionais seriam também úteis na promoção da liberdade e na contenção do terrorismo (WHITE HOUSE, 2002).

Uma vez que a Guerra ao Terror se apresenta como prioridade estratégica dos Estados Unidos na NSS-2002, a estratégia de segurança do país para o Oriente Médio sob a Gestão Bush por vezes se confunde com a própria estratégia global descrita pelo documento. A Guerra do Afeganistão, iniciada um ano antes, reflete exatamente essa questão: o combate à regimes que apoiem, abriguem, financiem e usem do terrorismo para atingir seus objetivos políticos é descrito como fundamental aos interesses norte-americanos – “Nós não fazemos distinção entre os terroristas e aqueles que conscientemente abrigam ou fornecem ajuda para eles”<sup>25</sup> (WHITE HOUSE, 2002, p. 5, tradução nossa). Com foco sobretudo na *al-Qaeda*, o NSS-2002 prescreve um comportamento norte-americano visando o desmantelamento e a destruição de organizações terroristas de alcance global, atacando sua liderança, comando, controle, comunicações, e suporte material e financeiro, com apoio de parceiros regionais.

Nesse sentido, tanto os Estados Unidos quanto a comunidade internacional deveriam estar em estado de prontidão para outros possíveis desdobramentos similares aos aplicados em território afegão. De acordo com o documento, os atentados de 11 de setembro deixaram claro o perigo em potencial advindo de Estados fracos, bem como o papel da pobreza no enfraquecimento das instituições e da autoridade estatal, privilegiando as atividades das redes terroristas e de carteis de drogas, por exemplo. A intervenção no Afeganistão, portanto, reforçaria a necessidade de posturas ativas conjuntas frente às novas ameaças do novo século – neste caso em específico, o Regime Talibã e o seu suporte à *al-Qaeda* haviam sido minados justamente por meio de uma coalizão internacional e da reconstrução de uma autoridade estatal afegã democrática, direcionada ao desenvolvimento (WHITE HOUSE, 2002).

---

<sup>25</sup> “We make no distinction between terrorists and those who knowingly harbor or provide aid to them”.

O único caminho em direção à manutenção da ordem e da paz frente à grande ameaça do terrorismo, portanto, seria o da ação, inclusive de forma unilateral e preventiva, se necessário: “não hesitaremos em agir sozinhos, se necessário, para exercer nosso direito de autodefesa, agindo de forma preventiva contra tais terroristas, para evitar que eles prejudiquem o nosso povo e o nosso país”<sup>26</sup> (WHITE HOUSE, 2002, p. 6, tradução nossa). Visto que a melhor defesa frente ao terrorismo seria o comportamento ofensivo, o NSS-2002 prescreve que “Onde os governos perceberem a luta contra o terrorismo além de suas capacidades, [os Estados Unidos] combinarão sua força de vontade e seus recursos com qualquer ajuda que nós e nossos aliados possam fornecer”<sup>27</sup> (WHITE HOUSE, 2002, p. 7, tradução nossa). Em paralelo à isso, afirma que “Os Estados Unidos devem ser realistas quanto à sua capacidade de ajudar aqueles que não estão dispostos ou não estão preparados a se ajudar”<sup>28</sup> (WHITE HOUSE, 2002, p. 9, tradução nossa).

Lançam-se, nesse contexto, as bases do argumento da Guerra Preventiva, estratégia descrita pelo NSS-2002 como fundamental no combate ao terrorismo:

Estudantes jurídicos e juristas internacionais muitas vezes condicionaram a legitimidade da prevenção na existência de uma ameaça iminente - na maioria das vezes, uma mobilização visível de exércitos, marinhas e forças aéreas que se preparam para atacar. Devemos adaptar o conceito de ameaça iminente às capacidades e objetivos dos adversários de hoje. Os Estados mal-intencionados e os terroristas não procuram nos atacar usando meios convencionais. Eles sabem que esses ataques falhariam. Em vez disso, eles contam com atos de terror e, potencialmente, o uso de armas de destruição em massa (...). Quanto maior a ameaça, maior é o risco de inatividade - e mais convincente é o caso de tomar medidas antecipadas para se defender, mesmo que permaneça a incerteza quanto ao tempo e ao lugar do ataque do inimigo. Para evitar ou prevenir tais atos hostis pelos nossos adversários, os Estados Unidos, se necessário, agirão de forma preventiva<sup>29</sup> (WHITE HOUSE, 2002, p. 15, tradução nossa).

Tendo em vista o exercício da liderança norte-americana, o documento prescreve o respeito por parte dos Estados Unidos dos valores, julgamentos e interesses dos seus aliados. No entanto, diante de um inimigo que não pode ser dissuadido – a complexidade dos métodos diferenciados utilizados pelo terrorismo ultrapassa as noções clássicas das guerras

---

<sup>26</sup> “(...) we will not hesitate to act alone, if necessary, to exercise our right of self-defense by acting preemptively against such terrorists, to prevent them from doing harm against our people and our country”.

<sup>27</sup> “Where governments find the fight against terrorism beyond their capacities, [the United States] will match their willpower and their resources with whatever help we and our allies can provide”.

<sup>28</sup> “The United States should be realistic about its ability to help those who are unwilling or unready to help themselves”.

<sup>29</sup> “Legal scholars and international jurists often conditioned the legitimacy of preemption on the existence of an imminent threat—most often a visible mobilization of armies, navies, and air forces preparing to attack. We must adapt the concept of imminent threat to the capabilities and objectives of today’s adversaries. Rogue states and terrorists do not seek to attack us using conventional means. They know such attacks would fail. Instead, they rely on acts of terror and, potentially, the use of weapons of mass destruction (...). The greater the threat, the greater is the risk of inaction—and the more compelling the case for taking anticipatory action to defend ourselves, even if uncertainty remains as to the time and place of the enemy’s attack. To forestall or prevent such hostile acts by our adversaries, the United States will, if necessary, act preemptively”.

convencionais -, também determina que, quando os interesses e responsabilidades únicas do país requeressem, estes estariam prontos para agir (WHITE HOUSE, 2002).

Outra questão diretamente relacionada à questão do terrorismo e da guerra preventiva, importante na análise da estratégia norte-americana para o Oriente Médio durante o Governo Bush, diz respeito ao perigo apresentado pelas armas de destruição em massa à comunidade internacional. Seria do mais alto interesse para os Estados Unidos, nesse sentido, impedir que tanto grupos terroristas quanto Estados perturbadores da ordem internacional e descumpridores das leis internacionais, tivessem acesso a estas. O Iraque, aqui, é apresentado como foco de grande preocupação: “Na época da Guerra do Golfo, adquirimos uma prova irrefutável de que os projetos do Iraque não se limitavam às armas químicas que usara contra o Irã e seus próprios habitantes, mas também se estendiam à aquisição de armas nucleares e agentes biológicos”<sup>30</sup> (WHITE HOUSE, 2002, p. 14, tradução nossa).

Diante dessa ameaça, o NSS-2002 afirma: “Nós devemos estar preparados para parar os Estados mal-intencionados e seus clientes terroristas antes que eles as alcancem”<sup>31</sup> (WHITE HOUSE, 2002, p. 14, tradução nossa). Ademais, visto que para o terrorismo global o uso de tais armamentos ultrapassaria a clássica estratégia de dissuasão – o uso seria provavelmente imediato -, estabelece:

Os Estados Unidos não podem mais depender apenas de uma postura reativa como o fizemos no passado. A incapacidade de deter um potencial atacante, o imediatismo das ameaças de hoje e a magnitude dos danos potenciais que poderiam ser causados pela escolha de armas dos nossos adversários não permitem essa opção. Não podemos deixar nossos inimigos atacarem primeiro.<sup>32</sup> (WHITE HOUSE, 2002, p. 15, tradução nossa)

Por fim, no que concerne ao Oriente Médio, em paralelo às preocupações relacionadas ao terrorismo global, ao Afeganistão, ao Iraque e às armas de destruição em massa, o documento reafirma a aliança estratégica com Israel, bem como o interesse norte-americano na resolução do conflito deste país com os palestinos e, em última instância, com o mundo árabe:

O conflito israelo-palestino é crítico por causa do sofrimento humano, devido à estreita relação dos Estados Unidos com o estado de Israel e com os principais Estados árabes, e por causa da importância dessa região para outras prioridades globais dos Estados Unidos. Não pode haver paz para ambos os lados sem liberdade para ambos os lados. A América está comprometida com uma Palestina independente e

---

<sup>30</sup> “At the time of the Gulf War, we acquired irrefutable proof that Iraq’s designs were not limited to the chemical weapons it had used against Iran and its own people, but also extended to the acquisition of nuclear weapons and biological agents”.

<sup>31</sup> “We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they achieve it”.

<sup>32</sup> “The United States can no longer solely rely on a reactive posture as we have in the past. The inability to deter a potential attacker, the immediacy of today’s threats, and the magnitude of potential harm that could be caused by our adversaries’ choice of weapons, do not permit that option. We cannot let our enemies strike first”.

democrática, vivendo junto a Israel em paz e segurança<sup>33</sup> (WHITE HOUSE, 2002. p. 9, tradução nossa).

Visto que a ocupação permanente israelense ameaçaria tanto a identidade quanto os valores democráticos defendidos por Tel Aviv, o NSS-2002 argumenta em favor de uma retirada completa das posições ocupadas por Israel após 28 de setembro de 2000 bem como da paralisação imediata das atividades de assentamento por parte deste país nestes mesmos territórios (WHITE HOUSE, 2002). Por fim, aponta condições necessárias para o apoio estadunidense ao Estado Palestino: “Se os palestinos abraçarem a democracia e o Estado de direito, enfrentarem a corrupção e rejeitarem firmemente o terror, eles podem contar com o apoio americano para a criação de um estado palestino”<sup>34</sup> (WHITE HOUSE, 2002. p. 9, tradução nossa).

Alguns elementos-chave da Estratégia Bush para o Oriente Médio – e também para o mundo no que tange à guerra ao terrorismo global – foram, no entanto, fundamentalmente abandonados, alterados ou modificados durante o Governo Obama. A exposição deste redirecionamento será o foco da próxima seção.

### 3.2.2. O REDIRECIONAMENTO DA ESTRATÉGIA OBAMA: NSS-2010 E NSS-2015

Os valores e princípios basilares da estratégia de segurança norte-americana se mantêm. Tanto no NSS-2010 quanto no NSS-2015, a defesa da liberdade política, econômica e civil, bem como da dignidade humana, da democracia, da justiça e das leis internacionais, apresentam-se como diretrizes essenciais à postura dos Estados Unidos no cenário internacional contemporâneo. Ademais, em ambos, a incontestável, insubstituível e indispensável liderança do país – bem como a sua vontade de liderar – é reafirmada como fonte fundamental de força para o mundo: “Nós temos uma oportunidade - e obrigação - de liderar o caminho para reforçar, moldar e, quando apropriado, criar as regras, normas e instituições que são a base para a paz, a segurança, a prosperidade e a proteção dos Direitos Humanos no século XXI”<sup>35</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 23, tradução nossa).

---

<sup>33</sup> “The Israeli-Palestinian conflict is critical because of the toll of human suffering, because of America’s close relationship with the state of Israel and key Arab states, and because of that region’s importance to other global priorities of the United States. There can be no peace for either side without freedom for both sides. America stands committed to an independent and democratic Palestine, living beside Israel in peace and security”.

<sup>34</sup> “If Palestinians embrace democracy, and the rule of law, confront corruption, and firmly reject terror, they can count on American support for the creation of a Palestinian state”.

<sup>35</sup> “We have an opportunity—and obligation—to lead the way in reinforcing, shaping, and where appropriate, creating the rules, norms, and institutions that are the foundation for peace, security, prosperity, and the protection of human rights in the 21st century”.

Nesse sentido, novamente noções de estabilidade e segurança internacionais se confundem com a estabilidade e segurança do próprio Estados Unidos da América. O fortalecimento e manutenção dessa liderança, no entanto, exigiria métodos e comportamentos renovados, mais condizentes com as oportunidades e desafios, bem como ameaças – sobretudo apresentadas pelo terrorismo –, impostos pela realidade do século XXI (WHITE HOUSE, 2010 e 2015). Como reflexo disso, duas novas questões comuns a ambos os documentos da Gestão Obama merecem destaque: o forte argumento em favor da importância do fortalecimento interno do país e da melhor utilização dos seus recursos, e a repetida defesa de uma melhor distribuição entre os mais diversos países dos pesados encargos da manutenção da ordem internacional.

Nossa estratégia de segurança nacional está, portanto, focada em renovar a liderança americana para que possamos avançar de forma mais efetiva nossos interesses no século XXI. Vamos fazê-lo a partir das fontes de nossa força em casa, ao moldar uma ordem internacional que possa enfrentar os desafios do nosso tempo. Esta estratégia reconhece a conexão fundamental entre nossa segurança nacional, nossa competitividade nacional, resiliência e exemplo moral. E reafirma o compromisso dos Estados Unidos de perseguir nossos interesses através de um sistema internacional no qual todas as nações têm certos direitos e responsabilidades<sup>36</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p. 1, tradução nossa).

O grande redirecionamento durante a gestão Obama, portanto, diz respeito principalmente ao estabelecimento de métodos e estratégias mais eficientes no combate de ameaças que, em vários aspectos, mantiveram sua essência desde o Governo Bush e que não podem ser eliminadas somente a partir do engajamento militar:

No entanto, essas guerras [Guerra do Iraque e Guerra no Afeganistão] - e nossos esforços globais para combater com sucesso o extremismo violento - são apenas um elemento do nosso ambiente estratégico e não podem definir o envolvimento dos Estados Unidos com o mundo. O terrorismo é uma das muitas ameaças que são mais consequenciais em uma era global. O perigo mais grave para o povo americano e a segurança global continua a ser proveniente de armas de destruição em massa, particularmente armas nucleares (...). Os Estados falidos criam conflitos e colocam em perigo a segurança regional e global. As redes criminosas globais fomentam a insegurança no exterior e trazem pessoas e bens através de nossas próprias fronteiras que ameaçam nosso povo<sup>37</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p. 8, tradução nossa).

---

<sup>36</sup> “Our national security strategy is, therefore, focused on renewing American leadership so that we can more effectively advance our interests in the 21st century. We will do so by building upon the sources of our strength at home, while shaping an international order that can meet the challenges of our time. This strategy recognizes the fundamental connection between our national security, our national competitiveness, resilience, and moral example. And it reaffirms America’s commitment to pursue our interests through an international system in which all nations have certain rights and responsibilities”.

<sup>37</sup> “Yet these wars [Iraq War and Afghanistan War] — and our global efforts to successfully counter violent extremism — are only one element of our strategic environment and cannot define America’s engagement with the world. Terrorism is one of many threats that are more consequential in a global age. The gravest danger to the American people and global security continues to come from weapons of mass destruction, particularly nuclear weapons (...). Failing states breed conflict and endanger regional and global security. Global criminal networks foment insecurity abroad and bring people and goods across our own borders that threaten our people”.

Nesse contexto, um dos grandes alicerces da estratégia Obama, apresentado na NSS-2010 e reforçado na NSS-2015, se relaciona à estabilização e ao fortalecimento interno – especialmente das bases econômicas em um contexto pós-Crise de 2008 - do próprio país, com vias a manter a sua posição privilegiada e a sua superioridade de recursos no Sistema Internacional, elementos estes fundamentais ao cumprimento dos grandes compromissos estadunidenses assumidos com a comunidade internacional (WHITE HOUSE, 2010 e 2015). A responsabilidade fiscal e o consciente direcionamento dos finitos recursos do país são, dessa forma, apresentados como tópicos de extrema relevância:

Um orçamento responsável envolve fazer escolhas difíceis para viver dentro de nossos meios (...). Um orçamento responsável também depende de trabalhar com nossos parceiros e instituições globais para compartilhar encargos e alavancar os investimentos dos EUA para atingir metas globais. Nossos objetivos de segurança nacional só podem ser alcançados se fizermos escolhas difíceis e trabalharmos com parceiros internacionais para compartilhar encargos<sup>38</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p. 34, tradução nossa)

Diretamente associada à questão econômica, o NSS-2010 também prescreve o desenvolvimento de novas fontes de energia, mais eficientes, mais limpas e mais renováveis, que tanto reduzam a dependência estadunidense do petróleo estrangeiro quanto auxiliem na redução da emissão de gases do efeito estufa. A alta dependência de combustíveis fósseis por parte dos Estados Unidos elevaria a vulnerabilidade do país frente a possíveis rupturas e manipulações no fornecimento de petróleo, minando a segurança e a prosperidade do país à longo prazo. Nesse sentido, o documento de 2010 determina: “Enquanto dependermos de combustíveis fósseis, precisamos garantir a segurança e o livre fluxo de recursos energéticos globais”<sup>39</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p. 30, tradução nossa). Em paralelo a isso, Washington também se compromete a salvaguardar o acesso compartilhado e sustentável de domínios comuns - como o ar, o mar e o espaço – daqueles que poderiam negar, por motivações hostis, o uso dos mesmos.

Alguns resultados destas diretrizes são apresentados no NSS-2015: o país já havia se recuperado, em grande parte, das mazelas advindas da Crise Econômica de 2008 e já era, à época, o maior produtor mundial de petróleo<sup>40</sup> (WHITE HOUSE, 2015). No entanto, a grande

---

<sup>38</sup> “A responsible budget involves making tough choices to live within our means (...). A responsible budget also depends upon working with our global partners and institutions to share burdens and leverage U.S. investments to achieve global goals. Our national security goals can only be reached if we make hard choices and work with international partners to share burdens”.

<sup>39</sup> “As long as we are dependent on fossil fuels, we need to ensure the security and free flow of global energy resources”.

<sup>40</sup> Segundo a companhia de petróleo britânica British Petroleum (BP), os EUA tornaram-se o maior produtor de petróleo mundial em 2015 graças ao óleo de xisto – um substituto do petróleo, cuja técnica não convencional envolve a injeção de água sob alta pressão (fraturação hidráulica) em rochas localizadas entre 1500 e 2400 metros de profundidade (PRESSE, 2015).

dependência das importações de petróleo – especialmente proveniente do Oriente Médio – para a estabilidade de aliados e parceiros ainda era uma realidade:

A produção de petróleo americana aumentou dramaticamente, impactando os mercados globais. As importações diminuíram substancialmente, reduzindo os fundos que enviamos para o exterior. O consumo diminuiu, reduzindo a nossa vulnerabilidade às perturbações globais do aprovisionamento e aos choques de preços. No entanto, ainda temos uma participação significativa na segurança energética de nossos aliados na Europa e em outros lugares. Mudanças sísmicas na oferta e na demanda estão em andamento em todo o mundo. O aumento do acesso global a energia confiável e acessível é uma das maneiras mais poderosas para apoiar o desenvolvimento social e econômico e para ajudar a construir novos mercados para a tecnologia e o investimento dos EUA (...). Portanto, devemos promover a diversificação de combustíveis, fontes e rotas de energia (...). Continuaremos a desenvolver recursos fósseis americanos enquanto nos tornamos um país mais eficiente que desenvolva combustíveis e veículos mais limpos e alternativos<sup>41</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 16, tradução nossa).

Os encargos do novo século, por sua vez, não podem, segundo os documentos, cair somente sobre ombros norte-americanos. Uma estratégia que desconsidere ou negligencie o grande valor da ação coletiva e dos atalhos apresentados por mecanismos multilaterais já existentes no atual sistema internacional – como a OTAN, a ONU e organismos regionais – poderia levar à superextensão das capacidades norte-americanas. Nesse sentido, apesar dos documentos garantirem a defesa dos aliados estadunidenses contra velhas e novas ameaças, prescrevem que o maior engajamento das instituições e, sobretudo, de parceiros regionais é de fundamental importância para a consolidação de uma ordem mais sólida e sustentável, em paralelo a um engajamento estadunidense mais eficiente – no que tange a custos e benefícios, de acordo com as prioridades e objetivos estratégicos do país -, que utilize de forma mais integrada os diferentes elementos de poder dos Estados Unidos, como a diplomacia, recursos dissuasórios, sanções econômicas, força militar e inteligência: “Embora o uso da força às vezes seja necessário, esgotaremos outras opções antes da guerra sempre que pudermos e pesaremos cuidadosamente os custos e os riscos da ação contra os custos e os riscos da inação”<sup>42</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p.22, tradução nossa).

Diante disso, os documentos também defendem a importância da construção e fortalecimento de capacidades dos aliados para que estes possam preencher de forma mais

---

<sup>41</sup> “American oil production has increased dramatically, impacting global markets. Imports have decreased substantially, reducing the funds we send overseas. Consumption has declined, reducing our vulnerability to global supply disruption and price shocks. However, we still have a significant stake in the energy security of our allies in Europe and elsewhere. Seismic shifts in supply and demand are underway across the globe. Increasing global access to reliable and affordable energy is one of the most powerful ways to support social and economic development and to help build new markets for U.S. technology and investment (...). Therefore, we must promote diversification of energy fuels, sources, and routes (...). We will continue to develop American fossil resources while becoming a more efficient country that develops cleaner, alternative fuels and vehicles”.

<sup>42</sup> “While the use of force is sometimes necessary, we will exhaust other options before war whenever we can, and carefully weigh the costs and risks of action against the costs and risks of inaction”.

apropriada as suas responsabilidades com a segurança global e regional, com apoio, suporte e assistência dos Estados Unidos por meio de programas de cooperação, exercícios militares conjuntos, auxílio financeiro e operacional, e treinamento, por exemplo. O foco na divisão de encargos, assim, qualifica-se como outra pedra basilar da estratégia norte-americana durante a Gestão Obama, tanto para o mundo quanto para o Oriente Médio em si:

No entanto, expandiremos continuamente o escopo de cooperação para abranger outros parceiros estatais, atores não estatais e atores privados, e instituições internacionais - particularmente as Nações Unidas (NU), as instituições financeiras internacionais e as principais organizações regionais. Essas parcerias podem oferecer uma capacidade essencial para compartilhar os encargos de manter a segurança e a prosperidade globais e defender as normas que regem o comportamento internacional responsável<sup>43</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 3, tradução nossa).

Em últimos casos, no entanto, os documentos determinam que as Forças Armadas do país estarão sempre de prontidão para utilizar dos seus recursos, inclusive unilateralmente se necessário, com vias à projeção de poder global nos mais diversos teatros do globo, objetivando o cumprimento das normas internacionais, a segurança global e a estabilidade nas diferentes regiões: “Embora a nossa presença militar seja menor, deve permanecer dominante em todos os domínios”<sup>44</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 7, tradução nossa). Em outras palavras, a estratégia formulada pela gestão Obama não prescreve comportamentos isolacionistas que, inevitavelmente, negariam ao país a capacidade de influenciar a construção da realidade mundial de acordo com seus interesses, mas sim um engajamento sob bases mais compreensíveis e sustentáveis (WHITE HOUSE, 2010). Uma vez que o uso da força será seletivo, os parceiros regionais serão os responsáveis por tomar as medidas necessárias nos casos em que os interesses vitais norte-americanos não estejam diretamente sob ameaça:

Seremos principados e seletivos no uso da força. O uso da força não deve ser a nossa primeira escolha, mas às vezes será a escolha necessária. Os Estados Unidos usarão força militar, unilateralmente, se necessário, quando nossos interesses duradouros exigirem: quando nosso povo estiver ameaçado; quando nossos meios de subsistência estiverem em jogo; e quando a segurança de nossos aliados estiver em perigo. Nessas circunstâncias, nós preferimos agir com aliados e parceiros. A resistência à ação militar é maior quando nossos interesses não estão diretamente ameaçados. Nesses casos, procuraremos mobilizar aliados e parceiros para compartilhar os encargos e alcançar resultados duradouros<sup>45</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 8, grifo nosso, tradução nossa).

---

<sup>43</sup> “Yet, we will continuously expand the scope of cooperation to encompass other state partners, non-state and private actors, and international institutions—particularly the United Nations (U.N.), international financial institutions, and key regional organizations. These partnerships can deliver essential capacity to share the burdens of maintaining global security and prosperity and to uphold the norms that govern responsible international behavior”.

<sup>44</sup> “Although our military will be smaller, it must remain dominant in every domain”.

<sup>45</sup> “We will be principled and selective in the use of force. The use of force should not be our first choice, but it will sometimes be the necessary choice. The United States will use military force, unilaterally if necessary, when our enduring interests demand it: when our people are threatened; when our livelihoods are at stake; and when the security of our allies is in danger. In these circumstances, we prefer to act with allies and partners. The threshold

Por fim, tanto o NSS-2010 quanto o NSS-2015 endossam o apoio dos Estados Unidos e de todos os membros da ONU ao conceito de “Responsabilidade de Proteger”. Ao fazerem isso, determinam que a responsabilidade na prevenção de genocídios e atrocidades em massa passa à comunidade internacional tão logo os governos soberanos se provem incapazes ou pouco interessados no combate de tais crimes em seus territórios – ou nos casos em que eles mesmos são os responsáveis por tais violações (WHITE HOUSE, 2010 e 2015).

No que concerne ao Oriente Médio de forma específica, os documentos da Gestão Obama reproduzem tanto semelhanças – especialmente no que tange aos valores e princípios da estratégia - quanto diferenças de prioridade e foco em relação ao NSS-2002, sobretudo como reflexo dos eventos decorrentes da Primavera Árabe, que inflamaram ainda mais diversas rivalidades históricas da região:

(...) [A] a luta por poder está em andamento entre e dentro de muitos Estados do Oriente Médio e do Norte da África. Esta é uma luta geracional na sequência da guerra do Iraque de 2003 e os levantes árabes de 2011, que irão redefinir a região, bem como as relações entre as comunidades e entre os cidadãos e os seus governos. Este processo continuará a ser explosivo, especialmente em sociedades onde os extremistas religiosos se arraigam, ou os governantes rejeitam reformas democráticas, exploram suas economias e destroem a sociedade civil<sup>46</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 5, tradução nossa).

A aliança estratégica com Israel, à título de curiosidade, é reafirmada, bem como o posicionamento estadunidense frente ao conflito Israel-Palestina:

Continuamos comprometidos com o fim do conflito israelo-palestino através de uma solução de dois Estados que assegure a segurança de Israel e a viabilidade da Palestina. Vamos apoiar os esforços para desalentar as tensões sectárias e a violência entre as comunidades xiitas e sunitas em toda a região. Ajudaremos os países em transição a fazer reformas políticas e econômicas e a construir a capacidade estatal para manter a segurança, a lei e a ordem, e o respeito pelos direitos universais<sup>47</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 25, tradução nossa).

Além dessa questão, outra preocupação comum aos dois documentos diz respeito ao Programa Nuclear Iraniano. O NSS-2010 afirma que os Estados Unidos se utilizaria de múltiplos mecanismos para assegurar o crescente isolamento internacional do Irã se este viesse a ignorar as obrigações internacionais por ele assumidas no Tratado de Não-Proliferação Nuclear: “Além do seu programa nuclear ilícito, [o Irã] continua a apoiar o terrorismo, a minar

---

for military action is higher when our interests are not directly threatened. In such cases, we will seek to mobilize allies and partners to share the burden and achieve lasting outcomes”.

<sup>46</sup> “(...) [A] struggle for power is underway among and within many states of the Middle East and North Africa. This is a generational struggle in the aftermath of the 2003 Iraq war and 2011 Arab uprisings, which will redefine the region as well as relationships among communities and between citizens and their governments. This process will continue to be combustible, especially in societies where religious extremists take root, or rulers reject democratic reforms, exploit their economies, and crush civil society”.

<sup>47</sup> “We remain committed to ending the Israeli-Palestinian conflict through a two-state solution that ensures Israel’s security and Palestine’s viability. We will support efforts to deescalate sectarian tensions and violence between Shi’a and Sunni communities throughout the region. We will help countries in transition make political and economic reforms and build state capacity to maintain security, law and order, and respect for universal rights”.

a paz entre israelenses e palestinos e a negar ao seu povo seus direitos universais”<sup>48</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p. 26). No NSS-2015 o país argumenta em favor das fortes sanções aplicadas contra o Irã e determina a utilização de quaisquer meios disponíveis com vias a impedir que Teerã produza armas nucleares. Todavia, demonstra também o interesse estadunidense na resolução da questão por canais diplomáticos: “Tendo chegado a um primeiro passo que impede o progresso do programa nuclear do Irã em troca de alívio limitado, nossa preferência é alcançar um acordo abrangente e verificável que assegure que o programa nuclear do Irã seja unicamente para fins pacíficos”<sup>49</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 11, tradução nossa).

Este receio, importante destacar, está intimamente relacionado com a questão da dispersão das armas de destruição em massa, presente também na NSS-2002. Evitar que armamentos nucleares, biológicos e químicos - assim como os materiais necessários para construí-los -, cheguem às mãos tanto de grupos terroristas quanto de Estados perturbadores da ordem internacional se mantém, ainda, como uma das grandes prioridades estratégicas norte-americanas. Os esforços empreendidos na destruição do arsenal de armas químicas na Líbia e na Síria, nesse sentido, refletiriam também a liderança estadunidense na implementação e no progresso em direção à universalização da Convenção para Armas Químicas (WHITE HOUSE, 2015).

Ademais, mesmo que os documentos da Gestão Obama defendam que a ameaça de ataques terroristas em solo norte-americano tenha diminuído - como reflexo principalmente de políticas domésticas de defesa bem-sucedidas -, reendossam o comprometimento do país na campanha global em favor do desmantelamento e eliminação de grupos terroristas, seus aliados e seus afiliados. Os dois documentos - NSS-2010 e NSS-2015 -, no entanto, divergem no que concerne aos focos de combate ao terrorismo no Oriente Médio - ainda o grande epicentro do extremismo violento praticado por estas organizações (WHITE HOUSE, 2010 e 2015).

No NSS-2010, o grande *front* ainda é o Afeganistão e o Paquistão, mantendo a *al-Qaeda* como inimigo prioritário - mesmo que o termo “Guerra ao Terror”, tão característico da gestão Bush, não seja mais empregado -: “A linha de frente desta luta é o Afeganistão e o Paquistão, onde estamos aplicando pressão implacável sobre a *al-Qaeda*, rompendo o *momentum* do Talibã e fortalecendo a segurança e a capacidade de nossos parceiros”<sup>50</sup> (WHITE HOUSE,

<sup>48</sup> “In addition to its illicit nuclear program, it continues to support terrorism, undermine peace between Israelis and Palestinians, and deny its people their universal rights”.

<sup>49</sup> “Having reached a first step arrangement that stops the progress of Iran’s nuclear program in exchange for limited relief, our preference is to achieve a comprehensive and verifiable deal that assures Iran’s nuclear program is solely for peaceful purposes”.

<sup>50</sup> “The frontline of this fight is Afghanistan and Pakistan, where we are applying relentless pressure on al-Qaeda, breaking the Taliban’s momentum, and strengthening the security and capacity of our partners”.

2010, p. 4, tradução nossa). Ademais, prescreve: “No Afeganistão, devemos negar a *Al-Qaeda* um refúgio seguro, negar ao Talibã a capacidade de derrubar o governo e fortalecer a capacidade das forças de segurança e do governo do Afeganistão para que eles possam assumir a responsabilidade pelo futuro do Afeganistão”<sup>51</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p. 20, tradução nossa). No Paquistão, o caminho seria semelhante: “Para derrotar os extremistas violentos que ameaçam os dois países, fortaleceremos a capacidade do Paquistão de atacar os extremistas violentos dentro das suas fronteiras e continuaremos a fornecer assistência de segurança para apoiar esses esforços”<sup>52</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p. 21, tradução nossa).

No Iraque, por sua vez, o grande objetivo, após desmantelamento do hostil Regime Hussein, também diz respeito ao processo de reconstrução e estabilização do país, por meio do suporte ao processo de transição democrática, da assistência e aconselhamento militar e do apoio civil estadunidenses. Esse redirecionamento estratégico mais focado na construção de capacidades em diferentes países – Afeganistão, Paquistão e Iraque -, reflete um dos cerne da estratégia empreendida durante o Governo Obama: o da busca pela segurança internacional e da consecução dos objetivos norte-americanos por meios alternativos ao oneroso emprego das forças militares do país (WHITE HOUSE, 2010). Tal posicionamento conecta-se diretamente à questão do comprometimento dos Estados Unidos com a retirada de suas tropas tanto do Afeganistão quanto do Iraque. No que tange ao primeiro, o NSS-2010 determina: “Em julho de 2011, começaremos a reduzir nossas tropas de forma responsável, levando em consideração as condições no terreno. Nós continuaremos a assessorar e auxiliar as Forças de Segurança do Afeganistão para que possam ter sucesso a longo prazo”<sup>53</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p. 21, tradução nossa). Para o Iraque, por sua vez, o documento afirma:

[N]ós estamos transferindo a segurança para a plena responsabilidade iraquiana. Terminaremos a missão de combate no Iraque no final de agosto de 2010. Continuaremos a treinar, capacitar e assessorar as Forças de Segurança Iraquianas; realizar missões específicas de combate ao terrorismo; e proteger os esforços civis e militares em curso no Iraque. E, de acordo com nossos compromissos com o governo iraquiano, incluindo o Acordo de Segurança EUA-Iraque, removeremos todas as nossas tropas do Iraque até o final de 2011<sup>54</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p. 24, tradução nossa)

<sup>51</sup> “In Afghanistan, we must deny al-Qa`ida a safe haven, deny the Taliban the ability to overthrow the government, and strengthen the capacity of Afghanistan’s security forces and government so that they can take lead responsibility for Afghanistan’s future”.

<sup>52</sup> “To defeat violent extremists who threaten both of our countries, we will strengthen Pakistan’s capacity to target violent extremists within its borders, and continue to provide security assistance to support those efforts”.

<sup>53</sup> “In July 2011, we will begin reducing our troops responsibly, taking into account conditions on the ground. We will continue to advise and assist Afghanistan’s Security Forces so that they can succeed over the long term”.

<sup>54</sup> “We are transitioning security to full Iraqi responsibility. We will end the combat mission in Iraq by the end of August 2010. We will continue to train, equip, and advise Iraqi Security Forces; conduct targeted counterterrorism missions; and protect ongoing civilian and military efforts in Iraq. And, consistent with our commitments to the Iraqi Government, including the U.S.-Iraq Security Agreement, we will remove all of our troops from Iraq by the end of 2011”.

Finalmente, diante de todo o exposto e em respeito às principais diretrizes estratégicas formuladas durante a gestão Obama, a manutenção e aprofundamento das parcerias regionais, bem como o maior engajamento de aliados – como Israel, Egito, Jordânia, Arábia Saudita e outros países-membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), e Turquia – frente aos desafios regionais de segurança, também seria de extrema importância do ponto de vista norte-americano: “Resolver esses conflitos conectados e permitir a estabilidade à longo prazo na região exige mais do que o uso e presença de forças militares americanas (...). Exige parceiros que possam se defender”<sup>55</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 8, tradução nossa). O documento de 2015, importante destacar, mantém, para o Oriente Médio, tais fundamentos estratégicos formulados pelo Governo Obama:

Mais especificamente, nós nos afastamos de um modelo de guerras terrestres dispendiosas e em larga escala no Iraque e no Afeganistão, nos quais os Estados Unidos - particularmente nossos militares - carregavam um enorme fardo. Em vez disso, agora estamos buscando uma abordagem mais sustentável que priorize operações direcionadas de combate ao terrorismo, ação conjunta com parceiros responsáveis e esforços maiores para prevenir o crescimento do extremismo violento e da radicalização que impulsionam maiores ameaças. Nossa liderança permanecerá essencial para interromper o fluxo sem precedentes de combatentes terroristas estrangeiros de e para as zonas de conflito (...). Treinaremos e equiparemos parceiros locais e providenciaremos apoio operacional para ganhar terreno contra grupos terroristas<sup>56</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 9, tradução nossa)

Ainda em diálogo direto com o NSS-2010, o NSS-2015 demonstra o respeito aos compromissos assumidos pelos Estados Unidos no que diz respeito ao combate da *al-Qaeda* – a morte de Osama Bin Laden teria minado fortemente as bases de liderança do grupo – e à retirada de tropas da região: o número de soldados estadunidenses no Afeganistão e no Iraque tinha passado de aproximadamente 180 mil para cerca de 15 mil (WHITE HOUSE, 2015).

A grande diferença entre os dois documentos construídos sob o Governo Obama, como exposto previamente, está relacionada sobretudo à nova prioridade estratégica do país no Oriente Médio. Mesmo que o NSS-2015 reafirme a importância da manutenção do apoio e assistência estadunidense à Cabul e às Forças de Segurança Nacionais Afegãs no combate ao Talibã e à *al-Qaeda*, é necessário notar que o foco estratégico dos Estados Unidos na região foi transferido para o Iraque e para a Síria, justamente como reflexo da ascensão e fortalecimento, tanto em território sírio quanto iraquiano, do grupo terrorista autointitulado Estado Islâmico:

<sup>55</sup> “Resolving these connected conflicts, and enabling long-term stability in the region, requires more than the use and presence of American military forces (...). It requires partners who can defend themselves”.

<sup>56</sup> “Specifically, we shifted away from a model of fighting costly, large-scale ground wars in Iraq and Afghanistan in which the United States—particularly our military—bore an enormous burden. Instead, we are now pursuing a more sustainable approach that prioritizes targeted counterterrorism operations, collective action with responsible partners, and increased efforts to prevent the growth of violent extremism and radicalization that drives increased threats. Our leadership will remain essential to disrupting the unprecedented flow of foreign terrorist fighters to and from conflict zones (...). We will train and equip local partners and provide operational support to gain ground against terrorist groups”.

“(…) em nenhum lugar a violência é mais trágica e desestabilizadora do que no conflito sectário de Beirute à Bagdá, que deu origem a novos grupos terroristas, como o ISIS”<sup>57</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 25, tradução nossa). A derrota do grupo apresenta-se, dessa forma, como prioridade para Washington:

Nós empreendemos um esforço abrangente para degradar e, finalmente, derrotar o ISIS. Continuaremos a apoiar o Iraque à medida que o país procura libertar-se do conflito sectário e do flagelo dos extremistas (...) vinculado à vontade do governo de governar de forma efetiva e inclusiva e garantir que o ISIS não possa manter um porto seguro no território iraquiano. Isso requer Forças de Segurança Iraquianas profissionais e responsáveis que possam superar divisões sectárias e proteger todos os cidadãos iraquianos. Também requer apoio internacional, e é por isso que lideramos uma coalizão internacional sem precedentes para trabalhar com o governo iraquiano e fortalecer seus militares para recuperar a sua soberania. Juntamente com nossos aliados e parceiros, incluindo vários países da região, nós empregamos nossas capacidades militares únicas para conter o avanço do ISIS e degradar suas capacidades tanto no Iraque como na Síria<sup>58</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 10, tradução nossa).

Em relação direta com as graves ameaças apresentadas pelo *Islamic State of Iraq and Levant* (ISIS), o NSS-2015 demonstra fortes preocupações com a Guerra da Síria, iniciada em 2011. A grande saída para o fim do conflito, do ponto de vista estadunidense, seria a abertura de um processo de transição política que refletisse de forma mais democrática as demandas do povo sírio. O apoio dos Estados Unidos e de seus aliados aos grupos de oposição sírios seria, nesse sentido, fundamental diante das brutalidades do Regime Assad e do próprio ISIS:

Ao mesmo tempo, estamos trabalhando com nossos parceiros para treinar e equipar uma oposição moderada da Síria para fornecer um contrapeso aos terroristas e à brutalidade do regime de Assad. No entanto, a única solução duradoura para a guerra civil da Síria permanece política - uma transição política inclusiva que responda às aspirações legítimas de todos os cidadãos sírios<sup>59</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 10, tradução nossa).

Nesse contexto, o documento de 2015 também argumenta em favor da coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos na eliminação do ISIS, em paralelo aos processos de construção de capacidades tanto do Iraque quanto de outros aliados regionais, e de fortalecimento da oposição síria:

Somos mais fortes quando mobilizamos ações conjuntas. É por isso que lidamos com coalizões internacionais para enfrentar os agudos desafios colocados pela agressão,

<sup>57</sup> “(…)nowhere is the violence more tragic and destabilizing than in the sectarian conflict from Beirut to Baghdad, which has given rise to new terrorist groups such as ISIL”.

<sup>58</sup> “We have undertaken a comprehensive effort to degrade and ultimately defeat ISIL. We will continue to support Iraq as it seeks to free itself from sectarian conflict and the scourge of extremists (...) tied to the government’s willingness to govern effectively and inclusively and to ensure ISIL cannot sustain a safe haven on Iraqi territory. This requires professional and accountable Iraqi Security Forces that can overcome sectarian divides and protect all Iraqi citizens. It also requires international support, which is why we are leading an unprecedented international coalition to work with the Iraqi government and strengthen its military to regain sovereignty. Joined by our allies and partners, including multiple countries in the region, we employed our unique military capabilities to arrest ISIL’s advance and to degrade their capabilities in both Iraq and Syria”.

<sup>59</sup> “At the same time, we are working with our partners to train and equip a moderate Syrian opposition to provide a counterweight to the terrorists and the brutality of the Assad regime. Yet, the only lasting solution to Syria’s civil war remains political—an inclusive political transition that responds to the legitimate aspirations of all Syrian citizens”.

terrorismo e doenças. Estamos liderando mais de 60 parceiros em uma campanha global para degradar e, finalmente, derrotar o Estado Islâmico do Iraque e o Levante (ISIL) no Iraque e na Síria, inclusive trabalhando para interromper o fluxo de combatentes estrangeiros para esses países, enquanto mantemos pressão sobre a *Al-Qaeda*<sup>60</sup> (WHITE HOUSE, 2015, p. 8, tradução nossa).

Por fim, dado o direto envolvimento da Rússia no conflito sírio, deve-se ressaltar que para os Estados Unidos, apesar da existência de discordâncias elementares entre os dois países no que tange a diversas questões internacionais – como a anexação da Crimeia por Moscou, por exemplo -, as portas sempre estarão abertas para o aprofundamento da colaboração e da cooperação em áreas de interesses comuns (WHITE HOUSE, 2015).

### 3.3. INTERPRETANDO O REDIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

Mesmo que o termo “unipolo” não apareça nem na NSS-2010 nem na NSS-2015, é possível constatar, sem grandes dificuldades, a importância da posição privilegiada ocupada pelos Estados Unidos na definição tanto dos interesses vitais do país quanto, por consequência, dos seus objetivos estratégicos e dos meios para atingi-los. A sua condição de único polo do sistema (WOHLFORTH, 1999 e MONTEIRO, 2011/12) – ou de único hegemôna regional, na abordagem de Mearsheimer (2001) – se configuraria, nesse sentido, como elemento-chave na compreensão de importantes fundamentos da nova estratégia de segurança – existentes desde o colapso da União Soviética.

A reafirmação da preponderância norte-americana em todos os elementos de poder - militares, econômicos e tecnológicos - permeia todos os documentos de segurança trabalhados – inclusive o NSS-2002. Na defesa da ordem e da segurança internacional – ou seja, de balanças de poder favoráveis à manutenção do *status quo* privilegiado do país, sob abordagem sistêmica – o país argumenta em favor da sua incontestável, insubstituível e indispensável liderança frente à ordem global. Em outras palavras, sustentado na sua inédita superioridade de capacidades e no seu isolamento geográfico, os Estados Unidos mantêm para si, como objetivo basilar, a tarefa de perpetuação do sistema sob moldes que o favoreçam. Tal prerrogativa dialoga diretamente com o arcabouço teórico discutido no primeiro capítulo (WOHLFORTH, 1999; MONTEIRO, 2011/12; MEARSHEIMER, 2001 e DINIZ, 2006): uma vez que já atingiu a condição excepcional de único polo do sistema, Washington se utilizará de todos os meios disponíveis

---

<sup>60</sup> “We are stronger when we mobilize collective action. That is why we are leading international coalitions to confront the acute challenges posed by aggression, terrorism, and disease. We are leading over 60 partners in a global campaign to degrade and ultimately defeat the Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL) in Iraq and Syria, including by working to disrupt the flow of foreign fighters to those countries, while keeping pressure on al-Qaeda”.

necessários para mantê-la, sejam estes institucionais, econômicos, tecnológicos, diplomáticos e/ou militares – um importante foco dos documentos elaborados pela gestão Obama, em verdade, diz respeito justamente à busca por uma estratégia mais eficiente com vias à manutenção da posição privilegiada do país.

A apresentação recorrente da importância dos aliados regionais – países europeus, Japão e Coreia do Sul na Ásia, e Israel, Turquia, Arábia Saudita e países do Golfo Pérsico no Oriente Médio - na busca por balanças regionais equilibradas e seguras, por sua vez, faz jus ao argumento defendido por Wohlfoth (1999), Monteiro (2011/12) e Mearsheimer (2001) no que tange à maior relevância das estruturas de poder regional sob a Unipolaridade. Visto que, como apresentado, o principal incentivo estrutural aos Estados Unidos é justamente a manutenção do seu status de única superpotência, evitar a ascensão de outros hegemônias regionais – como Rússia, China e, hipoteticamente, o Irã, por exemplo - configura-se como objetivo estratégico elementar para o país: na eliminação de competidores regionais, este novo hegemônia regional poderia canalizar seus esforços para além-mar, configurando ameaça à posição sistêmica privilegiada do Estado norte-americano.

Tanto a NSS-2010 quanto a NSS-2015 parecem respeitar essa premissa essencial - o comportamento do unipolo será sempre direcionado à preservação e à manutenção das balanças de poder regionais em outras regiões - ao defenderem a participação de aliados regionais, sob liderança estadunidense, na busca por balanças de poder favoráveis aos valores e princípios estabelecidos por Washington - como liberdade política, econômica e civil, e dignidade humana, da democracia, da justiça e das leis internacionais -, subsídios ditos necessários à perpetuação da ordem vigente. Em paralelo a isso, é importante ressaltar que a construção de ordens regionais que privilegiem seus aliados também se constitui como fator necessário à consecução dos objetivos estratégicos dos Estados Unidos nas mais diversas regiões, uma vez que estes tendem a se comportar como plataformas tanto dos interesses quanto da atuação estadunidense nos diferentes teatros do globo. Tem fundamento, nesse contexto, a interpretação de que uma das estratégias fundamentais do unipolo seria justamente a de manipulação e exploração das balanças de poder regionais, seguindo sobretudo a lógica de “dividir e conquistar”, dificultando a formação de alianças contra-hegemônicas e o fortalecimento de Estados revisionistas (MEARSHEIMER, 2001 e MONTEIRO, 2011/12).

No que concerne ao Oriente Médio, em concomitância a estas dinâmicas estruturais e dadas as suas condições geopolíticas e naturais específicas, depreende-se, como apresentado no início deste capítulo, um segundo interesse vital para Washington, confirmado a partir dos documentos de segurança da Gestão Obama: a manutenção dos fluxos de petróleo a preços

estáveis e acessíveis. Os desafios relacionados à segurança energética do país e de seus aliados são apresentados já na NSS-2010 (WHITE HOUSE, 2010). Nesse contexto, a busca por uma maior independência e, conseqüentemente, uma menor vulnerabilidade, frente ao petróleo do Oriente Médio, parece direcionar também a atuação da administração Obama: a prioridade na busca por fontes alternativas e sustentáveis, bem como os altos investimentos na produção doméstica tanto de gás quanto de petróleo, permitiram que o país atingisse o posto de maior produtor de ambos os insumos já em 2015, ano do segundo documento (WHITE HOUSE, 2015).

A questão da preservação dos fluxos advindos do Oriente Médio, contudo, mantém-se como prioridade estratégica estadunidense diante da continuidade da dependência de aliados fundamentais – como a Europa e o Japão - em relação a esta fonte. Qualquer movimento na balança de poder da região com potencial de ameaçar a manutenção destes fluxos continuará, portanto, sendo fortemente combatida pela única superpotência (WALT; MEARSHEIMER, 2016) – daqui se depreende a importância dada por Washington a Estados revisionistas, às armas de destruição em massa e aos grupos terroristas, sobretudo o ISIS, por exemplo

Diante de todo o exposto, nota-se que o grande ponto de inflexão da estratégia de segurança para o Oriente Médio durante a Gestão Obama diz respeito, sobretudo, a um redirecionamento no que tange aos métodos e comportamentos necessários ao fortalecimento e à manutenção da condição de potência unipolar – bem como ao uso dessa posição na consecução dos objetivos e interesses estadunidenses - frente às oportunidades e desafios apresentados pela realidade do século XXI. Nesse sentido, como apresentado na seção anterior, dois pontos complementares da estratégia Obama merecem destaque: i) a defesa do fortalecimento econômico do país e de uma alocação mais eficiente e seletiva dos seus finitos recursos, especialmente os militares, por meio da avaliação cautelosa de custos e benefícios e, ii) a forte e constante argumentação em favor de uma melhor divisão de fardos na manutenção da segurança e da ordem globais.

Outro novo foco seria, assim, a reavaliação dos interesses vitais dos Estados Unidos na região em paralelo a um processo de busca por meios alternativos mais eficientes na garantia dos mesmos, com vias a evitar a superextensão das capacidades norte-americanas devido ao uso desenfreado e muitas vezes ineficaz do seu poderio militar – o que poderia colocar em risco a sua condição de unipolo do Sistema. A crítica ao intervencionismo característico da Gestão Bush, nesse sentido, é facilmente notada. Evitar desdobramentos tais quais os ocorridos no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003) apresenta-se, sob o Governo Obama, uma prioridade

para o país, tendo em vista a percepção de que nem sempre o oneroso engajamento militar será o caminho mais apropriado na eliminação de ameaças e na consecução de objetivos.

Diante disso e frente à questão da divisão de encargos, o uso da ação conjunta e de mecanismos multilaterais já existentes no atual Sistema Internacional – como a OTAN, a ONU e organismos regionais –, bem como de recursos econômicos e diplomáticos de poder, têm valor redobrado na estratégia de segurança preconizada pela gestão Obama. Em outras palavras, a busca por um maior engajamento das instituições e, sobretudo, de parceiros regionais capazes e responsáveis qualifica-se como importante fundamento da nova estratégia, uma vez que, como defendido por Diniz (2006), permite à potência unipolar tanto a distribuição quanto a minimização dos custos de manutenção da sua posição privilegiada. Tudo isso em paralelo a um engajamento estadunidense mais eficiente – em acordo com prioridades e objetivos estratégicos cuidadosamente estabelecidos -, que utilize de forma mais integrada os diferentes elementos de poder dos Estados Unidos, como a diplomacia, recursos dissuasórios, sanções econômicas, força militar e inteligência.

Apesar de muitos relacionarem esse redirecionamento com a ideia de um processo de desengajamento – comportamento no qual o unipolo evita interferir na balança regional de poder (MONTEIRO, 2011/12) - e retração por parte da única superpotência, essa compreensão não parece estar correta. De acordo com o próprio NSS-2010:

O engajamento é a participação ativa dos Estados Unidos em relacionamentos além de nossas fronteiras. É simplesmente o oposto de um isolamento auto-imposto que nos nega a capacidade de moldar resultados. Na verdade, a América nunca foi bem-sucedida através do isolacionismo. Como a nação que ajudou a construir o nosso sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial e a promover a globalização que veio com o fim da Guerra Fria, devemos reengajar o mundo de forma abrangente e sustentada. O engajamento começa com nossos amigos e aliados mais próximos - da Europa à Ásia; da América do Norte ao Oriente Médio<sup>61</sup> (WHITE HOUSE, 2010, p. 11, tradução nossa).

Nesse contexto, Derek Chollet (2016), Subsecretário de Defesa dos Assuntos Internacionais de Segurança dos Estados Unidos no Governo Obama entre os anos de 2012 e 2015, caracteriza o desengajamento estadunidense como um mito. Para o autor, a liderança e a presença de Washington ainda se apresentam como elementos fundamentais para o sucesso global:

Como Obama gosta de salientar, é difícil pensar em uma única grande reunião internacional que ocorra na qual os Estados Unidos não sejam os que definem a

---

<sup>61</sup> “Engagement is the active participation of the United States in relationships beyond our borders. It is quite simply the opposite of a self-imposed isolation that denies us the ability to shape outcomes. Indeed, America has never succeeded through isolationism. As the nation that helped to build our international system after World War II and to bring about the globalization that came with the end of the Cold War, we must reengage the world on a comprehensive and sustained basis. Engagement begins with our closest friends and allies—from Europe to Asia; from North America to the Middle East”.

agenda, enquadrando a questão ou liderando a cobrança. Nesses locais, ninguém olha para Moscou ou para Pequim por orientação<sup>62</sup> (CHOLLET, 2016, s.p.).

Ademais, Chollet (2016) ressalta que, no Oriente Médio, a presença militar norte-americana no último ano da gestão Obama ainda era muito superior se comparada com o período que antecede o 11 de setembro, incluindo mais de 35 mil soldados, centenas de aviões e navios de combate, bem como as armas mais sofisticadas do planeta. Em perceptível diálogo com a prioridade dada à construção de capacidades de aliados tanto pelo NSS-2010 quanto pelo NSS-2015 – encorajada pela já discutida busca de uma maior divisão dos fardos da manutenção da ordem regional *vis-à-vis* os interesses norte-americanos -, o autor demonstra o fortalecimento das parcerias regionais estadunidenses sob Gestão Obama. Nesse sentido, os Estados Unidos sob estratégia Obama concluíram várias das maiores vendas de armas da história, além de aprofundarem a cooperação militar e de inteligência com os países membros do Conselho de Cooperação do Golfo, melhorando tanto suas capacidades individuais quanto a capacidade de operação conjunta com Washington. Por fim, a manutenção da aliança histórica com Israel também é apresentada, com destaque ao contínuo fornecimento de equipamentos militares altamente sofisticados, bem como de uma assistência financeira generosa por parte dos Estados Unidos (CHOLLET, 2016).

Na luta contra o ISIS, os Estados Unidos tinham, à época, mais de 5 mil tropas posicionadas no Iraque e várias forças de operações especiais em solo sírio. Centenas de toneladas de munição e de equipamentos militares haviam sido entregues ao Governo de Bagdá e aos curdos, além do treinamento e assistência de grupos sírios. Segundo Chollet (2016), desde setembro de 2014 Washington já havia lançado mais de 11 mil ataques aéreos no Iraque e na Síria, resultando na morte de aproximadamente 25 mil combatentes do auto-intitulado Estado Islâmico. Diante de todo o exposto, a manutenção do engajamento estadunidense na região, mesmo que sob moldes mais sustentáveis e seletivos, seria incontestável.

Duas seriam, portanto, as razões para a sustentação equivocada do mito do desengajamento: uma vinda sobretudo de fora e a outra do próprio ambiente doméstico do país. A primeira estaria diretamente relacionada aos receios por parte dos aliados regionais diante da mudança de postura dos Estados Unidos: frente aos desafios apresentados por países como a China, a Rússia e o Irã, era de se esperar um posicionamento generalizado exigindo uma participação mais ativa de Washington. No entanto, visto que o país tem interesses vitais

---

<sup>62</sup> “In fact, Washington’s leadership was the indispensable ingredient for success. As Obama likes to point out, it is hard to think of a single major international meeting that occurs in which the United States is not the one setting the agenda, framing the issue, or leading the charge. In these venues, no one looks to Moscow or Beijing for guidance”.

específicos no Oriente Médio, Chollet (2016) afirma que os Estados Unidos estão impossibilitados de solucionar todas as questões regionais. Novamente o apoio, suporte e assistência norte-americana na construção de capacidades de parceiros se apresenta como uma das pedras-fundamentais do engajamento na região, sob gestão Obama: visto que o uso do poder militar estadunidense será seletivo, em respeito às prioridades do país na região, os aliados regionais seriam os grandes responsáveis por tomar as medidas necessárias nos casos em que nenhum interesse vital dos Estados Unidos esteja sendo diretamente ameaçado.

A segunda razão, por sua vez, estaria associada à pressão apresentada por grupos conservadores estadunidense à Estratégia de Segurança do Governo Obama. Para estes, segundo Chollet (2016), o grande garantidor do poder dos Estados Unidos seria o intervencionismo e o uso da força: “Parece que para muitos no debate sobre a política externa, a ideia de “engajamento” é realmente apenas uma palavra de código para o tipo de liderança em que os EUA estão no *front*, em grande parte sozinhos, e explodindo ainda mais coisas”<sup>63</sup> (CHOLLET, 2016, s.p., tradução nossa). Para o autor, em oposição, a grande garantia da manutenção da posição privilegiada do país, bem como da sua liderança no futuro, viria por meio do estabelecimento e perpetuação de uma política de segurança mais coerente, sustentável e proporcional – mais uma vez percebe-se um diálogo direto com os princípios estabelecidos por Obama na NSS-2010 e na NSS-2015. O que se teve durante os seus mandatos, nesse sentido, não foi o abandono do poder militar, mas sim o seu uso mais eficiente e eficaz, sempre considerando a viabilidade da utilização de outros elementos de poder – a revolução no uso de *drones*, de forças de operações especiais e de armas cibernéticas, por exemplo, também denunciariam a indispensabilidade dos recursos militares por parte dos Estados Unidos durante o Governo Obama, tanto quanto os documentos de segurança apresentados na seção anterior o fizeram.

Marc Lynch e Colin H. Kahl também tecem argumentos em oposição à ideia de desengajamento estadunidense no Oriente Médio. Para os autores, a lógica preconizada por Obama – justificável sob o ponto de vista das realidades estruturais da região - estaria, sobretudo, sustentada na ideia de “correto dimensionamento”<sup>64</sup> dos meios de atuação do país na região, caracterizada por uma mudança sistemática de expectativas e de realidade no que concerne ao papel político e militar dos Estados Unidos no Oriente Médio, e pela busca da construção de uma nova arquitetura regional alicerçada em aliados-chave mais independentes

---

<sup>63</sup> “It seems that for too many in the foreign policy debate, the idea of “engagement” is really just a code word for the kind of leadership in which the U.S. is out front, largely alone, and blowing up even more things.

<sup>64</sup> “Right-sizing”, no original.

– ou seja, mais capazes e responsáveis –, mais fortes, mais estáveis e mais democráticos, mas sem desconsiderar o emprego da força quando algum interesse vital estiver sob ameaça. A configuração dessa estratégia, por sua vez, teve como motivações tanto as contradições da Estratégia Bush, mais assertiva e militarizada, quanto a escala e a velocidade das turbulências políticas que acometeram a região como consequência da, posteriormente denominada, Primavera Árabe. Frente a estes desafios, a administração Obama teria buscado, compreensivelmente, adotar uma abordagem mais cautelosa com vistas a ajustar suas políticas à um ambiente em processo de rápida – e incerta – transformação (KAHL; LYNCH, 2013).

Apesar de apresentarem críticas contundentes à ausência de uma agenda mais coerente e sólida para o Oriente Médio, que estabeleça de forma mais específica tanto os interesses vitais nacionais na região quanto os recursos aos quais os Estados Unidos estejam comprometidos em utilizar com vistas a garanti-los - além de resolver contradições essenciais entre alguns objetivos, que ainda dificultariam a resolução de alguns tópicos fundamentais, como a questão Israel-Palestina e o combate ao ISIS -, os autores encaram com entusiasmo as diretrizes responsáveis pela retirada de tropas do Afeganistão e do Iraque, pelo engajamento diplomático com Teerã – em paralelo ao sistema de sanções – e pela recusa de uma intervenção na Síria ao modo Bush:

A combinação dos constrangimentos fiscais dos Estados Unidos e do esgotamento público após uma década de guerra faz um esforço renovado para impor um império americano no Oriente Médio insustentável. De fato, a tentativa de superar uma política externa "declinista" ao reafirmar o domínio contribuiria para o excesso militar e fiscal, ameaçando a sustentabilidade à longo prazo do poder americano. Além disso, mesmo que Washington tivesse recursos e resistência pública para uma política mais assertiva e militarizada, a guerra do Iraque demonstrou as limitações inerentes ao hard power dos Estados Unidos na configuração de eventos regionais – e isso foi antes da complexidade adicional introduzida pela Primavera Árabe<sup>65</sup> (KAHL; LYNCH, 2013, p. 52, tradução nossa).

Williams (2016), por sua vez, caracteriza a Estratégia Obama como uma doutrina favorável à ideia de “Ausência Estratégica”<sup>66</sup>. O termo seria “(...) usado para descrever o comportamento político que surge a partir da crença de que às vezes, na política externa, é melhor estar ausente do que presente”<sup>67</sup> (WILLIAMS, 2016, p. 85, tradução nossa), e seria constituído a partir de cinco elementos centrais: i) estreitamento da definição dos interesses

---

<sup>65</sup> “The combination of U.S. fiscal constraints and public exhaustion after a decade of war make a renewed effort to impose an American imperium in the Middle East untenable. Indeed, the attempt to overcome a “declinist” foreign policy by reasserting dominance would contribute to the very military and fiscal overstretch threatening the longterm sustainability of American power. Moreover, even if Washington had the resources and public stamina for a more assertive and militarized policy, the Iraq war demonstrated the inherent limitations of U.S. hard power to shape regional events - and that was before the added complexity introduced by the Arab Spring”.

<sup>66</sup> “Strategic Absense”, no original.

<sup>67</sup> “(...) used to describe political behavior that arises from a belief that sometimes, in foreign affairs, it is better to be absent rather than present”.

estratégicos norte-americanos; ii) evitar se seduzir por políticas e ações direcionadas pelos Direitos Humanos; iii) deslocamento da responsabilidade de gerenciamento de conflitos internacionais para parceiros regionais, com a manutenção de uma assistência mais “leve” por parte de Washington; iv) minimizar o envolvimento militar estadunidense além-mar em paralelo à maximização do uso de aeronaves não tripuladas; v) e a acomodação como base viável na consecução dos interesses estratégicos dos Estados Unidos (WILLIAMS, 2016). Entretanto, como apresentado por Chollet (2016), a questão fundamental não diria respeito a “ausentar-se” - ou não - das questões regionais do Oriente Médio, mas sim à forma com que o país atua e se faz presente na busca por interesses vitais.

Diante disso, Denise Natali classifica a estratégia Obama como uma estratégia de “engajamento seletivo”<sup>68</sup>, em oposição ao “intervencionismo liberal”<sup>69</sup> do Governo Bush, alicerçado sobretudo na Teoria da Paz Democrática – democracias não guerreiam com democracias. A retirada de tropas do Afeganistão e do Iraque teria sido, nesse sentido, o primeiro passo na busca por uma política de segurança que contasse mais com parceiros regionais na consecução de interesses externos. Em contrapartida, a pesquisadora dá destaque à liderança dos Estados Unidos na coalizão internacional formada contra o ISIS, bem como o apoio regular às Forças de Segurança Iraquianas e às forças curdas. Isso teria deixado bem claro o fato de que a intervenção ainda se mantém como ferramenta indispensável, mesmo que com mais seletividade e sutileza. O grande problema deste tipo de estratégia, na concepção da autora, seria a - nem sempre correta - suposição de que os parceiros regionais estariam sempre perseguindo os mesmos interesses e objetivos que os Estados Unidos. O aprofundamento do pragmatismo e da neutralidade, característicos do engajamento seletivo, no entanto, é defendido como a melhor alternativa para a estabilização das parcerias na região, especialmente em um cenário pós-ISIS (NATALI, 2016).

Ainda no que tange à essa caracterização, nas palavras de Walt (2005), atualmente um crítico deste tipo de estratégia – na concepção do autor a dificuldade estaria no estabelecimento dos critérios da seletividade, com possíveis erros de cálculo desastrosos -, no engajamento seletivo:

(...) os Estados Unidos mantêm grandes forças militares implantadas na Europa, Ásia e Oriente Médio (incluindo o Golfo Pérsico) no contexto de alianças bilaterais ou multilaterais e com o objetivo de reduzir a concorrência de segurança nessas regiões. O engajamento seletivo, como a hegemonia global, enfatiza a necessidade de controlar a disseminação de Armas de Destruição em Massa, mas não prescreve uma política

---

<sup>68</sup> “Selective Engagement”, no original.

<sup>69</sup> “Liberal Interventionism”, no original.

de guerra preventiva ou convida a cruzadas idealistas para espalhar a democracia ou os valores americanos<sup>70</sup> (WALT, 2005, s.p., tradução nossa).

Este tipo de política, por sua vez, corresponderia fortemente às estratégias empregadas por Bush pai e pelo presidente Clinton na última década do século XX: o poder militar norte-americano se fazia presente pelo mundo – inclusive no Oriente Médio - principalmente com propósitos defensivos tendo em vista a clara relutância e o constrangimento ao uso da força militar – esta era conduzida, sobretudo, por meio de instituições multilaterais (WALT, 2005). O comportamento dos Estados Unidos para o Oriente Médio durante os anos 1990, importante lembrar, foi caracterizado por Monteiro (2011/12) como condicionado, sobretudo, à uma estratégia de dominância defensiva - situação na qual o unipolo age buscando manter os componentes do *status quo* regional. Em oposição à estratégia de dominância ofensiva protagonizada por Bush a partir das intervenções no Iraque (MONTEIRO, 2011/12) – situação em que o unipolo atua buscando revisar o *status quo* -, a postura estadunidense na região sob Gestão Obama poderia, dessa forma, também ser compreendida como um princípio de retorno à uma estratégia tal qual a empregada pelo Estados Unidos nos anos 1990, ou seja, de dominância defensiva, sob os moldes discutidos no primeiro capítulo.

Diante de todo o exposto, é perceptível a existência de vários pontos em comum entre as interpretações acima apresentadas. Apesar de abordarem a questão de forma diferenciada<sup>71</sup>, o argumento central de todas dialoga diretamente com os dois pontos previamente estabelecidos de redirecionamento da estratégia de segurança estadunidense para o Oriente Médio – e , de forma mais ampla, para o mundo – sob Gestão Obama: i) a defesa do fortalecimento econômico do país e de uma alocação mais eficiente e seletiva dos seus finitos recursos, especialmente os militares, por meio da avaliação cautelosa de custos e benefícios e, ii) a forte e constante argumentação em favor de uma melhor divisão de fardos na manutenção da segurança e da ordem globais. A partir disso, nota-se que o redirecionamento preconizado por Obama não configura um desengajamento estadunidense, mas sim uma tentativa por parte da potência unipolar de construção de uma nova forma de engajamento, com vias à manutenção da sua posição sistêmica privilegiada bem como de interesses ditos vitais.

---

<sup>70</sup> “(...) the United States keeps large military forces deployed in Europe, Asia, and the Middle East (including the Persian Gulf) in the context of bilateral or multilateral alliances and for the purpose of dampening security competition in these regions. Selective engagement, like global hegemony, emphasizes the need to control the spread of WMDs, but it does not prescribe a policy of preventive war or call for idealistic crusades to spread democracy or other American values”.

<sup>71</sup> Principalmente no que tange às contradições, efetividade e eficiência da nova estratégia, tópicos que, por fugirem do escopo deste trabalho, não foram aprofundados.

### 3.4. CONCLUSÕES PARCIAIS

O principal objetivo deste capítulo foi o de apresentar a nova estratégia de segurança estadunidense para o Oriente Médio protagonizada pela Gestão Obama. Com base nisso, a primeira seção do presente capítulo buscou posicionar o petróleo como variável específica do Oriente Médio do ponto de vista da potência unipolar. A partir da exposição de dados quantitativos e qualitativos – como o fato de três dos sete mais importantes *chokepoints* do comércio mundial de petróleo estarem localizados na região -, almejou-se certificar que, em paralelo aos condicionantes estruturais apresentados no primeiro capítulo, o petróleo se qualifica como recurso indispensável à prosperidade e, conseqüentemente, à manutenção e fortalecimento das capacidades tanto do unipolo quanto de seus aliados.

Dessa forma a manutenção dos fluxos sob condições favoráveis tanto aos Estados Unidos quanto aos seus aliados significa também a manutenção das bases de sustentação da posição do unipolo no Sistema Internacional, constatando-se assim a subordinação da questão do petróleo ao objetivo primário apresentado à potência unipolar pela estrutura internacional: o da busca pela perpetuação da sua condição extremamente privilegiada. Qualquer alteração – e subsequente instabilidade - na balança de poder da região com potencial de ameaçar a manutenção destes fluxos será fortemente combatida pelo unipolo – o que se comprova também por meio da leitura dos *National Security Strategies* (NSS).

Após o estabelecimento dos principais incentivos e constrangimentos estruturais à única superpotência – por meio, sobretudo, do primeiro capítulo -, bem como argumentação prévia em favor do petróleo como variável específica do Oriente Médio, iniciou-se, na segunda seção, o processo de caracterização da nova estratégia de segurança protagonizada pelo Governo Obama para a região, via análise primária tanto do NSS-2002, correspondente à estratégia da Gestão Bush, quanto dos NSS-2010 e 2015, elaborados durante o Governo Obama. A partir disso, observou-se na Estratégia Obama a manutenção de princípios e valores estadunidenses históricos – como a promoção da democracia, o incentivo ao livre-comércio e aos livres mercados, e, por fim, a garantia dos Direitos Humanos -, bem como uma percepção semelhante no que tange às principais ameaças à ordem e à estabilidade mundial e, conseqüentemente, à segurança do próprio país – nesse rol, incluem-se questões relacionadas ao terrorismo, às armas de destruição em massa e aos fluxos internacionais de petróleo, por exemplo.

Dois redirecionamentos fundamentais para o Oriente Médio, no entanto, merecem destaque, com base nos mesmos documentos de segurança da Gestão Obama: um de foco e outro de meios. No que tange à última questão, é tangível a busca por métodos e

comportamentos renovados com vias ao fortalecimento e manutenção da liderança norte-americana frente às oportunidades, desafios e ameaças apresentadas pela realidade do século XXI. Nesse contexto, tem-se o surgimento de dois novos pontos complementares - em oposição à estratégia mais militarizada e assertiva da Gestão Bush, condicionada por termos como “Guerra ao Terror” e “Guerra Preventiva”, e responsável pelo envolvimento militar estadunidense na Guerra do Afeganistão (2001) e na Guerra do Iraque (2003) -: i) a defesa do fortalecimento econômico do país e de uma alocação mais eficiente, integrada e seletiva dos seus finitos recursos, especialmente os militares, por meio da avaliação cautelosa de custos e benefícios, e das prioridades estratégicas do país, e, ii) a forte e constante argumentação em favor de uma melhor divisão de fardos na manutenção da segurança e da ordem globais, com a participação mais ativa de instituições internacionais e, principalmente, de aliados regionais.

No que tange ao redirecionamento de foco, por sua vez, nota-se que, sob Gestão Obama, a principal preocupação passou do Afeganistão, do Paquistão e da *al-Qaeda*, para o combate ao ISIS no Iraque e na Síria – sem, entretanto, representar um abandono da primeira questão -, em paralelo à busca previamente apresentada de utilização mais eficiente dos diversos recursos de poder estadunidenses e da construção de capacidades de parceiros regionais que possam, de forma responsável e com apoio norte-americano, participar mais ativamente na resolução de focos de instabilidade regionais.

A terceira seção do presente capítulo, nesse sentido, buscou apresentar uma interpretação a este redirecionamento em oposição à ideia de desengajamento por parte da única superpotência no Oriente Médio sob Gestão Obama. A partir dos condicionantes estruturais apresentados no primeiro capítulo, do petróleo como variável específica e de argumentos de autores específicos, conclui-se que o redirecionamento protagonizado por Obama não configura um desengajamento estadunidense, mas sim uma tentativa por parte do unipolo de construção de uma nova forma de engajamento, mais sustentável e eficiente, com vias à manutenção da sua posição sistêmica privilegiada - bem como do uso mais integrado da sua superioridade de recursos na garantia de interesses e objetivos ditos vitais.

Por fim, é importante ressaltar que não existe uma grande estratégia “correta”. Cada uma tem seus pontos fortes e fracos, bem como suas próprias contradições. É nesse sentido que o presente trabalho agora se direciona ao seu último tópico: com base nessa apresentação da nova estratégia de segurança do Governo Obama para o Oriente Médio, almejar-se-á, no próximo capítulo, a identificação das possíveis implicações geopolíticas do comportamento estadunidense - pautado na nova estratégia - para a Guerra da Síria, o novo grande foco da atenção de Washington para a região durante a Gestão Obama.

#### **4. IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS NA GUERRA DA SÍRIA A PARTIR DA ESTRATÉGIA OBAMA**

O terceiro – e último – capítulo do presente trabalho buscará identificar as possíveis implicações geopolíticas das ações estadunidenses, pautadas na nova Estratégia de Segurança protagonizada pelo Governo Obama, para a Guerra da Síria. Com vias ao cumprimento deste objetivo, o capítulo se dividirá em três partes.

A primeira será responsável pela apresentação geral do surgimento da Guerra da Síria no contexto das manifestações populares que caracterizaram a Primavera Árabe, bem como pelo mapeamento geopolítico dos principais atores – estatais e não-estatais – e seus respectivos interesses envolvidos no conflito. A segunda seção, por sua vez, será dedicada à exposição da postura estadunidense no decorrer da guerra durante a Gestão Obama, com base no redirecionamento estratégico apresentado no capítulo anterior e alicerçado nos pressupostos teóricos discutidos até então. Por fim, à terceira seção será atribuída a tarefa de identificar as implicações geopolíticas desse comportamento para as dinâmicas geopolíticas da Guerra da Síria. Nesse sentido, é importante destacar que o foco, nesse momento, é o de apresentar os principais reflexos da Estratégia Obama no que tange a como tem se configurado o conflito em solo sírio – e, em menor grau, também em território iraquiano no que concerne ao combate ao ISIS.

##### **4.1. MAPEANDO O CONFLITO NA SÍRIA**

Compreender o surgimento da Guerra da Síria com vias ao mapeamento geopolítico dos principais atores envolvidos – bem como dos seus respectivos interesses no conflito – exige breve apresentação do movimento conhecido como Primavera Árabe. Caracterizado por uma onda revolucionária de protestos e manifestações populares, o fenômeno teve início em dezembro de 2010 e atingiu seu ápice em 2011. Sob uma dinâmica de efeito-dominó, a Primavera Árabe tem seu marco inicial comumente estabelecido na Tunísia, após o jovem tunisiano Mohamed Buazizi atear fogo em seu próprio corpo publicamente, no dia 18 de dezembro de 2010, em sinal de revolta às condições socioeconômicas e políticas do país, encorajando mais protestos que se alastraram para outros Estados do Mundo Árabe – localizados no Oriente Médio e no Norte da África. Como consequência, desencadearam-se revoluções na Tunísia e no Egito, de guerras civis na Líbia e na Síria, de grandes protestos na

Argélia, Bahrein, Djibouti, Iraque, Jordânia, Omã e Iêmen, e de protestos em menor escala – porém notáveis - no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental: “Observados desequilíbrios políticos e econômicos em todos — ou quase todos — os países do MENA<sup>72</sup>, a sucessão de êxitos de manifestações populares a partir da Tunísia passa a funcionar como estopim para manifestações em outros países, verdadeiros ‘gatilhos externos’” (RAMOS, 2015, p. 26).

É importante, no entanto, destacar o caráter heterogêneo do movimento tanto no que concerne aos manifestantes, advindos das mais diversas classes sociais, quanto à diversidade das demandas, compreendendo desde questões relacionadas à maior justiça social e estabilização econômica, até tópicos como combate a regimes corruptos e autoritários, e busca por mais democracia e maior liberdade de expressão (DALACOURA, 2012). Diante disso, apesar do sentimento comum e compartilhado de insatisfação por parte das massas se qualificar com um importante elemento-chave no desencadeamento do evento – superando, em vários momentos, as históricas divisões tribais na Líbia e religiosas no Egito, por exemplo - (BIJOS; SILVA, 2013), a Primavera Árabe acabou por assumir nuances específicas e diferenciadas em cada Estado, em respeito, sobretudo, às singularidades e contradições políticas, econômicas e sociais de cada unidade política. As reações dos governos – desde as reformas políticas e sociais no Marrocos e na Jordânia, até a repressão violenta no Iêmen, Bahrein, Líbia e Síria, por exemplo -, bem como as conquistas e derrotas dos movimentos, portanto, variaram de país para país, apresentando resultados controversos que, por sua vez, são foco de amplo debate e estudo até os dias atuais (DALACOURA, 2012).

Iniciada, como previamente exposto, a partir da Revolução de Jasmim na Tunísia, a Primavera Árabe – em alusão à “Primavera de Praga” da Tchecoslováquia comunista - teve como resultados quase imediatos a deposição dos ditadores Ben Ali na Tunísia, Hosni Mubarak no Egito, Saleh no Iêmen e, sob métodos mais violentos, Muammar Kadafi na Líbia - há quase 24, 30, 34 e 42 anos no poder, respectivamente (BIJOS; SILVA, 2013). Configurado inicialmente a partir de greves, manifestações, comícios e passeatas, o evento teve na ampla utilização das mídias sociais – como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube* – um dos seus mais importantes meios para a organização, comunicação e sensibilização das massas:

É razoavelmente seguro compreendermos os meios de comunicação como verdadeiros elementos condicionantes à viabilização da Primavera Árabe enquanto fenômeno de manifestações regionais, não a causando ou necessariamente impulsionando, mas provendo os meios para que se propagasse (RAMOS, 2015, p. 26).

---

<sup>72</sup> Sigla em inglês para “Oriente Médio e Norte da África” (Middle East and North Africa, no original).

É nesse contexto de reorganização das forças da região – sejam estas internas, regionais e até mesmo globais, no que tange ao posicionamento das potências estrangeiras, como os Estados Unidos, frente aos desafios apresentados pela Primavera Árabe (LAGRENZI; CALCULLI, 2013) – que o conflito sírio emerge. Inserido na dinâmica de protestos previamente apresentada, em março de 2011 adolescentes pintam mensagens revolucionárias nos muros de uma escola em Deraa, cidade localizada no sul da Síria. Segundo Jones (2017), a subsequente prisão – e tortura - dos mesmos desencadeia protestos por todo o país que são violentamente reprimidos pelo Governo de Bashar Al-Assad, presidente sírio. As manifestações a favor da saída de Assad do poder, bem como a resposta violenta do regime frente a isso, se intensificam. Grupos antigoverno começam a organizar-se em centenas de brigadas para combater as forças oficiais, levando os combates armados até a capital, Damasco, e à Aleppo – a maior cidade do país - em 2012.

O conflito motivado inicialmente por questões seculares passa a assumir contornos de guerra sectária entre a maioria sunita e os xiitas alauítas, ramo do Islamismo ao qual pertence o presidente. Somado a isso, o número de membros da oposição moderada secular passa a ser superado pelo de radicais islâmicos e *jihadistas*: fortalece-se nesse contexto a Frente *Nusra*, antiga afiliada da *al-Qaeda*, e o autointitulado “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”, que viria a declarar seu califado em 2014 abrangendo tanto territórios sírios quanto iraquianos, aproveitando-se do vácuo de poder governamental sobre várias regiões dos respectivos países (MERELES, 2016).

Desde 2014 os Estados Unidos, por meio de uma coalizão internacional com aliados ocidentais e árabes – compreendendo mais de 60 países -, têm lançado diversos ataques aéreos sobre a Síria em apoio à oposição moderada, na busca pela eliminação de tais grupos terroristas da região – Austrália, Bahrein, Canadá, França, Jordânia, Arábia Saudita, Turquia, Emirados Árabes Unidos e Reino Unido, por exemplo, participam diretamente nas operações militares (SANCHA, 2016). Em 2015, a Rússia inicia também uma campanha aérea em apoio ao Governo Assad, aliado de Moscou. A guerra, a princípio civil, passa então a envolver tanto potências extrarregionais – como Estados Unidos e Rússia -, quanto outros atores regionais relevantes, por motivações distintas (MERELES, 2016). Diante da complexidade de interesses, de alianças e de capacidades dos diferentes combatentes, é notável a presença de alguns atores-chave na Guerra da Síria, segundo Laub (2017), de acordo com a relevância geopolítica dos mesmos: i) o Regime Sírio, encabeçado pelo presidente Bashar al-Assad; ii) o *Hezbollah* e milícias xiitas estrangeiras; iii) a República Islâmica do Irã; iv) a Federação Russa; v) grupos sírios de oposição ao Regime Assad vi) países árabes de maioria sunita (como Arábia Saudita,

Qatar, Jordânia e Kuwait); vii) a República da Turquia; viii) os curdos; ix) o Estado Islâmico; e x) os Estados Unidos da América. Os próximos parágrafos serão destinados à apresentação destes, bem como dos seus principais interesses na guerra supracitada, com o objetivo de subsidiar as considerações compreendidas nas próximas seções do presente trabalho.

Diante do exposto, como ator central de todo o conflito, tem-se o Regime encabeçado pelo presidente sírio Bashar al-Assad – no poder desde 2000 em sucessão ao seu pai, Hafez al-Assad, que governou a Síria por mais de 30 anos até a sua morte -, de origem xiita alauíta, grupo minoritário frente à uma população síria composta majoritariamente por muçulmanos sunitas (cerca de 70%) (LAUB, 2017). O principal interesse do presidente frente às instabilidades da Guerra da Síria diz respeito ao restabelecimento da autoridade estatal centralizada em Damasco sobre toda a Síria, com a sua manutenção no poder. Diante das baixas decorrentes do conflito, bem como de movimentos de deserção do Exército Árabe Sírio, sob controle direto do presidente, Assad se viu forçado a depender cada vez mais das forças militares compostas por milícias sob controle de regimes pró-governo, como o grupo *Shabeeha* (derivado da palavra em inglês correspondente à “fantasma”) e a Força Nacional de Defesa, composta sobretudo por militares reservistas. O principal foco de combate de Assad e seus aliados internos tem sido, sobretudo, os grupos rebeldes e de oposição de maioria sunita. Como principais aliados externos do Governo, por sua vez, tem-se o *Hezbollah*, o Irã, milícias xiitas estrangeiras e a Rússia (LAUB, 2017).

No que concerne ao *Hezbollah* – ou “Partido de Deus” -, partido xiita libanês formado durante a Guerra Civil Libanesa (1975-1990) e fortalecido por meio da resistência – sob formato de guerrilha - contra Israel nos anos subsequentes, o apoio em favor da manutenção do Regime Assad alicerça-se na importância da Síria tanto como canal para as armas provenientes do Irã, quanto como área de treinamento para o movimento: a possível ascensão de um governo sunita hostil no país vizinho comprometeria fundamentalmente as bases de sustentação do grupo. Para a oposição sunita síria, importante destacar, o *Hezbollah* é visto como um agente sectário xiita, além de uma ferramenta de controle iraniano sobre a região. A participação do movimento na Guerra da Síria, por sua vez, tem se dado por meio do envio de conselheiros militares e de combatentes em favor do Regime Assad – com um total estimado entre 4 e 8 mil tropas, em 2016 -, sobretudo para a região da fronteira com o Líbano (LAUB, 2017).

Em suporte às forças do *Hezbollah*, considerado uma organização terrorista por países como os Estados Unidos, tem-se no conflito sírio, segundo Laub (2017), a importante participação de outros grupos xiitas estrangeiros vindos principalmente do Afeganistão, do Iraque e do Paquistão, e formados por milícias das Frentes Populares Iraquianas – responsáveis

pela reconquista de territórios ocupados pelo Estado Islâmico em solo iraquiano – e por refugiados afegãos recrutados pelo Corpo da Guarda Revolucionária do Irã em troca de ofertas de cidadania e outras recompensas. O foco inicial de tais grupos teria sido a garantia da segurança de sítios xiitas sagrados, como o túmulo de Sayyda Zainab – neta do profeta Maomé – localizado em Damasco. Entretanto, diante das baixas supramencionadas do Exército Árabe Sírio, o objetivo acabou se ampliando com vias a defesa dos interesses do Regime Assad, sobretudo no que tange ao combate aos grupos de oposição apoiados pelos Estados Unidos na região ocidental síria, considerada a mais importante e populosa região do país.

O principal aliado regional da Síria, no entanto, continua sendo o Irã xiita, país que, desde o início do conflito, tem apoiado Assad diante do medo de ascensão de um regime sunita em Damasco aliado ao principal adversário iraniano na região - a Arábia Saudita -, bem como do possível fortalecimento de grupos extremistas sunitas. Tal aliança estratégica – útil contra inimigos comuns, como Israel e grupos fundamentalistas sunitas – e ideológica – ambos os países são governados por xiitas (a vertente alauíta de Assad é uma ramificação xiita) - entre Teerã e Damasco, no entanto, remonta ao suporte diplomático e militar dado pelo segundo ao primeiro no contexto da invasão iraquiana ao Irã que desencadeou a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) (JONES, 2017).

Ademais, como já mencionado, a manutenção da Síria como rota de apoio ao *Hezbollah* como grupo assimétrico de contenção contra Israel é de extrema importância estratégica para o Irã. Nesse contexto, a maior parte dos esforços iranianos em apoio à Assad tem se dado por meio do suporte econômico – mesmo diante das sanções impostas por diversos países contra o regime dos aiatolás tendo como principal motivação o Programa Nuclear Iraniano – e do envio de armas sobretudo por meio do espaço aéreo iraquiano – o Primeiro Ministro do Iraque, al-Maliki, tem mantido relações cada vez mais próximas com o regime de Teerã -, além de conselheiros militares, combatentes da Guarda Revolucionária Iraniana e das forças de elite iranianas *Quds* (HUGHES, 2017). Segundo Laub (2017), o envolvimento militar iraniano no conflito havia sido ocultado, em grande parte, devido a participação do Hezbollah. No entanto, de acordo com o mesmo autor, o número de soldados iranianos em solo sírio no começo de 2016 já ultrapassava os dois mil.

Como último grande aliado do Regime Assad, segundo Jones (2017), tem-se Moscou - parceria estratégica histórica que remonta ao tratado de “Amizade e Cooperação” assinado pela URSS e pelo Governo Sírio. Os interesses da Rússia na Síria alicerçam-se, principalmente, na proteção de Assad no poder com vias à manutenção do acesso à base aérea de Lataquia, cedido pelo Governo de Damasco, e da sua base militar na costa do Mediterrâneo – a única não

localizada em território russo -, estabelecida em solo sírio: o Porto de Tartus, nesse sentido, oferece à Moscou um importante acesso à região para os seus navios de guerra e submarinos sem a necessidade de trânsito pelo Canal de Bósforo, controlado pela Turquia - um membro da Otan (LAUB, 2017). Ademais, além de agir com vias ao balanceamento do poder estadunidense sobre o Oriente Médio – comportamento alicerçado na busca russa pela consolidação de uma ordem multipolar na qual o país se configure como um dos polos -, a Rússia tem especial interesse no controle e influência sobre as reservas de gás natural recém descobertas na costa israelense e no Chipre, uma vez que as mesmas poderiam diminuir a dependência da União Europeia (UE) em relação ao gás russo, reduzindo assim o poder de Moscou sobre a Europa (HUGHES, 2014).

Diante disso, além de portar-se como escudo diplomático da Síria, sobretudo por meio do veto de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS-ONU), também intervém militarmente no conflito desde dezembro de 2015, por meio de ataques aéreos e de forças terrestres. Apesar de afirmar estar lutando especialmente contra o Estado Islâmico, analistas argumentam em favor de uma postura direcionada principalmente ao combate de grupos anti-governo. Com a oposição debilitada, a Rússia deu início no fim de 2016 a um processo diplomático no Cazaquistão com vias ao estabelecimento de um cessar-fogo na busca por um acordo político de âmbito nacional. O apoio ao Governo Assad por parte de Moscou é indiscutível: funcionários do Governo Russo frequentemente citam os fracassos da intervenção da Otan na Líbia como motivação para opor-se ao apoio de países ocidentais a grupos rebeldes (LAUB, 2017).

No que tange às forças de oposição ao Governo Sírio, formadas em sua maioria por grupos sunitas heterogêneos, três movimentos são destacados por Laub (2017): o Exército Livre da Síria (ELS) – defensor de uma Síria democrática e pluralista -, os *jihadistas* nacionalistas e o *Jabhat Fatah al-Sham* – anteriormente conhecido como *Jabhat al-Nusra*, grupo responsável por um programa político extremista islâmico, semelhante em vários sentidos aos princípios defendidos pelo Estado Islâmico. O primeiro, encabeçado por oficiais rebeldes do Exército Sírio, configurou-se, desde o início da guerra civil, como o principal grupo de oposição ao Regime Assad. Mesmo com o apoio bélico e militar de parceiros regionais – sobretudo dos Estados do Golfo Pérsico – além do suporte estadunidense – apesar da relutância de Washington em armar grupos insurgentes devido ao medo de que armas pesadas pudessem cair nas mãos de grupos islâmicos extremistas -, o grupo tem encontrado grandes dificuldades na centralização do controle e do comando sobre as inúmeras milícias afiliadas e ele. Com forte presença no sul do país, o ELS conta com aproximadamente 30 mil combatentes. No norte, por sua vez, grupos

afiliados tendem a se subordinar a grupos *jihadistas* detentores de maiores recursos, entrando em confronto principalmente com forças do Regime Assad, mas também com o Estado Islâmico e com as Unidades de Proteção Popular do povo curdo, em curdo *Yekîbeyên Parastina Gel* (YPG) – no que concerne ao último, por vezes em parceria com as forças militares turcas (LAUB, 2017).

O segundo grupo de oposição ao Regime Assad, por sua vez, é caracterizado por Laub (2017) pela contrariedade aos valores diplomáticos e pluralistas defendidos pelo Exército Livre da Síria e pelo argumento em favor de um Estado e sociedade constituídos a partir de princípios fundamentalistas islâmicos. O fortalecimento destes grupos *jihadistas* – que ao contrário da *al-Qaeda* e do Estado Islâmico não apresentam ambições transnacionais – se deu principalmente a partir de ex-combatentes do ELS, como resultado do fracasso deste na busca por recursos e apoio internacional, e de insurgentes que haviam lutado no Iraque libertados por Assad em 2011. Dois grupos dessa natureza merecem destaque: o *Jaish al-Islam* (Exército do Islã), com forte presença em Damasco; e o *Ahrar al-Sham*, no norte do país. Países como o Qatar, a Arábia Saudita e a Turquia subsidiaram as ações de tais grupos e, em vários momentos, alinhamentos temporários com o terceiro grupo de oposição acima citado, a *al-Nusra* – após a ruptura com a *al-Qaeda*, o nome foi alterado para Frente para a Conquista do Levante, *Jabhat Fateh al-Sham* (JFS).

Ao contrário do Estado Islâmico, a JFS abrange principalmente combatentes sírios. Ademais, apesar de terem posteriormente rejeitado qualquer ambição transnacional, a organização ainda é vista pelos Estados Unidos como uma forte ameaça tendo em vista a crença por parte de Washington de que o grupo poderia abrigar terroristas nos territórios que controla, à exemplo do Talibã no Afeganistão da década de 1990. Reunindo cerca de 7 mil combatentes concentrados principalmente no norte da Síria próximo à fronteira com a Turquia, a JFS ganhou experiência sobretudo a partir de movimentos de insurgência contra a ocupação estadunidense nos anos da Guerra do Iraque (2003-2011) e fortaleceu-se via apoio oficial e privado de países do Golfo. O principal adversário do grupo é o Regime Assad e seus aliados, lutando também, no entanto, contra o até então nomeado Estado Islâmico do Iraque em 2013 após tentativa por parte do último de reivindicar a *al-Nusra* como um de seus subordinados (LAUB, 2017).

Como exposto em alguns momentos, os principais parceiros regionais dos grupos de oposição supracitados são os Estados sunitas do Golfo – sobretudo a Arábia Saudita, maior adversário regional de Teerã na região - e a Jordânia, incentivados pelo receio de um possível expansionismo do Irã xiita sobre o Mundo Árabe a partir da Guerra da Síria. Nesse sentido, o foco de países como Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e de outros Estados-membros do Conselho

de Cooperação do Golfo (CCG), seria tanto a derrubada do Regime Assad – que ao lado do Irã e do *Hezbollah* no Líbano constituiriam o eixo xiita do Oriente Médio – quanto, em menor grau, a derrota do ISIS, responsável por vários ataques terroristas em solo saudita e contrários ao controle da família real saudita sobre as cidades sagradas de Meca e Medina (localizadas na Arábia Saudita). No que tange à Riad, em específico, o foco seria o estabelecimento de um governo pró-saudita em Damasco, à exemplo do que ocorreu no Iêmen pós-Saleh (WAGNER; CAFIERO, 2013). Os meios de atuação no conflito por parte de tais países têm se dado sobretudo via apoio financeiro, treinamento e envio de material bélico – armamentos leves e pesados, como armas antitanque - ao Exército Livre da Síria, a grupos *jihadistas* e ao JFS (HUGHES, 2014). Diante de tal dinâmica, os Estados Unidos têm solicitado aos países do Golfo que reprimam os fluxos financeiros direcionados a grupos extremistas, provenientes de fundos privados (LAUB, 2017).

Outro importante ator estatal na Guerra da Síria é a Turquia: por acreditar na rápida queda do regime Assad, apoiou desde o início forças da oposição por meio do envio de armas e de apoio militar. O principal interesse de Ancara no país, no entanto, diz respeito ao impedimento do surgimento de uma região autônoma curda no norte da Síria. A consolidação de territórios por parte dos curdos – etnia que historicamente reivindica a criação de um Estado Curdo independente (o Curdistão) em territórios que atualmente compreendem partes da Síria, do Iraque, do Irã e, sobretudo, da Turquia - em solo sírio, diante dos avanços contra o Estado Islâmico, poderia, por sua vez, encorajar sentimentos nacionalistas na minoria curda sob território turco. Nesse sentido, uma vez constatada a ligação do principal grupo armado curdo na Síria, o YPG, com o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PPK) da Turquia, cuja guerra com o Governo de Ancara foi retomada em 2015 após fracassos nas negociações de paz, a Turquia tem apresentado consistentes receios no que tange aos possíveis resultados da Guerra da Síria (LAUB, 2017).

Um interesse secundário do país na região diz respeito ao combate ao Estado Islâmico, responsável por diversos ataques terroristas em seu território. Apesar disso, demonstra oposição à postura norte-americana de combate ao grupo, vista pela Turquia como dependente das Forças Democráticas Sírias (FDS), as quais o YPG curdo é um importante membro. Em 2015 viu suas tensões com a Rússia escalonarem exponencialmente após a derrubada de um caça russo que aparentemente havia entrado em espaço aéreo turco: a saída diplomática foi o apoio ao processo russo de estabelecimento de um cessar-fogo, situação na qual Ancara se portou como porta-voz de importantes grupos de oposição sírios. Ademais, para evitar a união de duas frentes curdas, deu início a uma operação militar terrestre em território sírio alegando o combate ao ISIS –

apesar de ter declarado o encerramento das operações no começo de 2017, suas tropas ainda não se retiraram. Por fim, no que concerne à Turquia, é importante destacar que em julho de 2015 Erdogan, presidente turco, deu permissão aos Estados Unidos para a utilização da base aérea turca de Incirlik, principal origem dos bombardeios contra o ISIS protagonizados por Washington ao lado do porta aviões USS Harry S. Truman posicionado no Mar Mediterrâneo (LAUB, 2017).

Diante da apresentação dos interesses turcos no conflito, outro ator precisa ser explorado: as Unidades de Proteção Popular do povo curdo (YPG). O YPG, segundo Laub (2017) é a milícia armada do Partido da União Democrática (PYD), partido curdo que *de facto* governa os territórios do norte da Síria ocupados pela etnia – conhecidos como Rojava. A principal reivindicação do partido, por seu turno, diz respeito à busca por uma Rojava autônoma dentro de uma Síria descentralizada. Como previamente apresentado, o PYD mantém vínculos com o PPK turco – considerado um grupo terrorista pelos Estados Unidos da América – e é o principal membro do FDS, grupo apoiado por Washington e que compreende também milícias árabes. Na concepção estadunidense, a Frente Democrática Síria configura-se como o grupo militar mais qualificado no combate terrestre ao Estado Islâmico. Nesse sentido, Washington tem fornecido aconselhamento militar além de apoio aéreo ao FDS mesmo diante das objeções da Turquia, membro da OTAN.

Em 2015, cerca de 50 mil combatentes curdos participavam do conflito em solo Sírio, guerreando principalmente contra o ISIS na região norte do país, próximo à fronteira turca. O objetivo de consolidar a união dos diversos cantões curdos na região, no entanto, acabaram por colocar o YPG em confronto, em vários momentos, com os grupos de oposição árabe. Diante disso, o apoio dado pelos Estados Unidos ao YPG resultou no recuo dos árabes sobre as áreas de maioria curda. Em paralelo, um acordo celebrado por Washington com o FDS fez com que os curdos se comprometessem a abster-se de liberar cidades majoritariamente árabes em suas ofensivas contra o ISIS (LAUB, 2017).

O Estado Islâmico do Iraque e do Levante, também conhecido como Estado Islâmico do Iraque e da Síria – ou ISIS<sup>73</sup>, na sigla em inglês -, por sua vez, é considerado o grupo terrorista sucessor da *al-Qaeda* no Iraque, de origem sunita. Atuando de forma extremamente violenta contra as minorias alauítas, cristãs e drusas – execuções públicas de adversários, incluindo membros de outros grupos rebeldes, além de jornalistas estrangeiros e agentes humanitários, por exemplo, se tornaram recorrentes -, o principal objetivo do mesmo seria o de

---

<sup>73</sup> “Islamic State of Iraq and Syria”.

apagar a fronteira entre o Iraque e a Síria, estabelecendo um Estado próprio, alicerçado em princípios extremistas islâmicos, que compreendesse toda a comunidade muçulmana – a *Ummah*. A declaração em 29 de junho de 2014 de um califado em territórios tanto iraquianos quanto sírios, sob tais moldes, tem atraído milhares de combatentes estrangeiros, principalmente – mas não exclusivamente – do Mundo Árabe. Nesse sentido, importante notar, a maior parte das forças do ISIS é composta por não-locais.

O Estado Islâmico conta com uma grande variedade de armas incluindo artilharia pesada, metralhadoras, lançadores de foguetes, baterias antiaéreas e blindados, capturados principalmente do Exército Iraquiano - enviados em grande pelos Estados Unidos ao Governo de Bagdá com vias a estabilização do país pós-Guerra do Iraque. Suas capacidades estiveram sempre diretamente vinculadas aos seus ganhos e perdas territoriais – sustentadas pelas receitas provenientes do petróleo e da tributação sobre a população. Uma vez que todos os outros atores da região – estatais e não-estatais - combatem o grupo em maior ou menor grau, o ISIS tem sofrido derrotas consideráveis desde meados de 2014, quando tinha atingido seu ápice. Entretanto, cerca de 6 milhões de iraquianos e sírios ainda viviam sob territórios controlados pelo movimento em 2016, que contava, à época, com aproximadamente 20 mil combatentes (em 2014, os números beiravam os 33 mil) (LAUB, 2017).

O ISIS controla, segundo Laub (2017), principalmente áreas das províncias do deserto sírio, localizadas na porção nordeste e leste do país, contíguas à província de Anbar no Iraque. O grupo se configura como o grande inimigo comum de todos as outras forças presentes no conflito sírio previamente apresentadas – *al-Nusra*, grupos de oposição, outros grupos *jihadistas*, países árabes de maioria sunita, o Regime Assad, o Irã e o *Hezbollah*, a Rússia, a Turquia, os curdos, e, por fim, os Estados Unidos. No que concerne aos grupos de oposição ao Regime Assad, em específico, a guerra contra o Estado Islâmico foi declarada em janeiro de 2014, motivada pelas atrocidades cometidas pelo ISIS contra civis, fundamentadas no extremismo religioso. Por fim, é importante destacar que o grupo atualmente opera também em países como Nigéria, Líbia e Malásia e, de forma mais isolada, tem liderado operações e atentados terroristas nos Estados Unidos, na Rússia e em vários países da Europa (KASSAB, 2016).

O último grande ator envolvido no conflito – e o mais importante diante do recorte de pesquisa estipulado pelo presente trabalho – é os Estados Unidos da América. Nesse sentido, a próxima seção será dedicada à exposição da postura estadunidense na Guerra da Síria com base no redirecionamento estratégico discutido no capítulo anterior e alicerçado nos pressupostos teóricos do primeiro capítulo.

#### 4.2. OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NA GUERRA DA SÍRIA: APLICANDO O REDIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO PROTAGONIZADO POR OBAMA

As diretrizes para a postura norte-americana ao longo da Guerra da Síria se inserem no redirecionamento estratégico protagonizado por Obama para o Oriente Médio apresentados previamente. Nesse sentido, entender o comportamento estadunidense no conflito exige compreensão prévia das prioridades estratégicas estabelecidas por Washington.

Segundo Hughes (2014), os Estados Unidos têm vários objetivos estratégicos-chave na Guerra da Síria. Todavia, o fato de muitos de seus interesses serem conflitantes teriam, de acordo com o mesmo autor, resultado em sua inação. Para o autor, quatro seriam os maiores interesses do país no conflito: i) o controle da morte de civis em território sírio; ii) a prevenção do estabelecimento de santuários na Síria e no Iraque, tanto para grupos afiliados à *al-Qaeda* quanto para outros grupos extremistas islâmicos da região; iii) conter a crescente influência de Teerã sobre o Oriente Médio; iv) dissuadir o uso de armas químicas e biológicas; e v) controlar a instabilidade regional (HUGHES, 2014).

Tendo como base as conclusões atingidas no capítulo anterior, no entanto, infere-se que a questão do comportamento estadunidense na Guerra da Síria não deve ser entendida por meio da noção de “inatividade”, mas sim a partir da tentativa de engajamento diferenciado protagonizada por Obama e pautada na cuidadosa análise das prioridades de Washington no conflito, levando em consideração custos e benefícios na escolha dos métodos necessários na garantia das mesmas. Dessa forma, apesar de todas as questões supramencionadas de fato se enquadrarem no rol de interesses estadunidenses no conflito, para entender o posicionamento do país durante o Governo Obama faz-se necessário notar que, diante da nova estratégia – alicerçada na busca por uma utilização mais eficiente e sustentável dos diversos recursos de poder estadunidenses na consecução de objetivos ditos vitais -, alguns destes intentos foram, com o passar do tempo, relegados à segundo plano e/ou subordinaram-se ao que viria a se tornar o principal foco estratégico dos Estados Unidos na região: o combate ao ISIS, tanto em território sírio quanto iraquiano (WHITE HOUSE, 2015).

Como consequência, mesmo em um contexto de contínuas declarações condenando as atitudes do Regime Assad, Obama sempre atuou com vias a evitar que os Estados Unidos acabassem sendo sugados para mais um conflito de larga escala no Oriente Médio – posicionamento mantido mesmo após o início do combate ao Estado Islâmico. Apesar do apoio limitado a grupos específicos da oposição – diante do receio de que, devido à grande fragmentação dos grupos insurgentes sírios, as armas pudessem cair nas mãos de grupos

extremistas, à exemplo do havia ocorrido no Iraque (WILLIANS, 2016) – com vias ao enfraquecimento de Assad, o Governo Obama sempre foi extremamente cauteloso no uso da força militar na Guerra da Síria, tendo como fundamentos os elevados custos, as contradições e, sob muitos aspectos, a ineficiência das intervenções no Afeganistão e Iraque que, como visto, resultaram no abandono da política militarista e assertiva característica do Governo Bush, alicerçada em noções como “Guerra ao Terror” e “Guerra Preventiva”.

As origens de tal postura, nesse sentido, remetem também à primazia dada pela Gestão Obama à defesa mais pragmática de interesses vitais estadunidenses no Oriente Médio em restrição da busca irrestrita pela proteção de valores, como a democracia e os Direitos Humanos – argumento frequentemente utilizado por Bush na justificativa das intervenções acima mencionadas. Diante do redirecionamento estratégico protagonizado por Obama e dos constrangimentos internos do país – sobretudo de caráter econômico e relacionados à opinião pública -, o escalonamento da violência na Guerra da Síria parece nunca ter se qualificado como motivo suficiente – dentro da análise de custos e benefícios – para o início de uma operação militar no país *à la* Bush, uma vez que o conflito, à princípio, não ameaçava diretamente nenhum interesse considerado vital para os Estados Unidos no Oriente Médio.

O caminho escolhido pela Gestão Obama frente à crise humanitária que se alastrou em solo sírio, por exemplo, esteve condicionado, sobretudo, à utilização de mecanismos diplomáticos multilaterais – aqui, o diálogo com o argumento de Diniz (2006) novamente deve ser notado – e ao suporte humanitário: após uma série de declarações do Conselho de Segurança para que se pusesse fim à violência e ao desrespeito aos Direitos Humanos, as primeiras ações práticas da ONU foram tomadas em abril de 2012 - um ano após o início do conflito – com a aprovação, por meio da Resolução 2042, de uma missão de observação composta por 30 militares com o objetivo de monitorar um cessar-fogo e a retirada de armas das áreas civis. Após a constatação dos graves crimes de guerra e humanitários cometidos tanto pelo Governo Sírio quanto pelos grupos de oposição, o Conselho de Segurança aprovou, por meio da Resolução 2043, o estabelecimento de uma nova Missão de Supervisão, composta por até 300 observadores militares com vias à implementação de propostas apresentadas pelo Enviado Especial Conjunto das Nações Unidas<sup>74</sup>. Diante do exponencial aumento do número de refugiados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) passou

---

<sup>74</sup> Além de determinar a retirada de armas pesadas e de tropas dos centros populacionais, também previa o fim de toda forma de violência armada sob supervisão da ONU, o acesso livre de assistência humanitária a todas as zonas afetadas pelo conflito, a libertação de pessoas detidas arbitrariamente, e a liberdade de entrada e saída de jornalistas, além da livre circulação dos mesmos em território sírio (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2016).

também a distribuir, no mesmo ano, ajuda humanitária à população síria e a países vizinhos, como Líbano, Iraque, Jordânia e Turquia, sobrecarregados com o contínuo e ascendente fluxo de sírios em direção aos seus territórios (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2016).

Tal comportamento, no entanto, não deve ser traduzido como desinteresse por parte de Washington na queda de Assad. Em verdade, os Estados Unidos se posicionaram em vários momentos em favor do afastamento do presidente sírio, processo este considerado como um pré-requisito fundamental à estabilização síria - o que se comprova tanto por meio dos discursos públicos de Obama (WHITE HOUSE, 2011) quanto pelo próprio NSS-2015 (WHITE HOUSE, 2015). O interesse norte-americano no fim do Regime Assad é justificado a partir da importância dada pelos Estados Unidos à manutenção de uma balança de poder regional estável e segura, além de favorável aos seus aliados – sobretudo Israel, adversário histórico do grupo de aliados composto pelo Regime Assad, pelo *Hezbollah* no Líbano e pelo Irã – objetivando a facilitação da consecução dos interesses estadunidenses na região, principalmente relacionados à preservação dos fluxos de petróleo e ao impedimento da ascensão de um hegemôna regional (WALT; MEARSHEIMER, 2016).

No entanto, visto que nenhum interesse considerado vital pela administração Obama se encontrava ameaçado pelo presidente sírio – a Síria não é uma grande produtora de petróleo; o conflito estava até então circunscrito ao território sírio; e o envolvimento de outras potências regionais se dava sobretudo a partir do mecanismo de *proxy war*<sup>75</sup>, sem confronto direto -, prevaleceu o entendimento desde o início de que a estabilidade síria à longo prazo só poderia ser garantida pelos próprios sírios, cabendo aos Estados Unidos apenas a aplicação de sanções econômicas contra o Regime, o fechamento da sua embaixada em Damasco, a manutenção da retórica em oposição à Assad e o apoio a parceiros regionais e - de forma mais limitada e restrita - às forças de oposição síria, com vias ao enfraquecimento gradual do Governo Sírio (WHITE HOUSE, 2011). Em discurso proferido em 2011, Obama declara:

O futuro da Síria deve ser determinado pelo seu povo, mas o presidente Bashar al-Assad continua no caminho deles (...). Para o bem do povo sírio, é chegada a hora do presidente Assad se afastar (...). Os Estados Unidos não podem e não vão impor essa transição à Síria. Cabe ao povo sírio escolher seus próprios líderes (...). O que os Estados Unidos apoiarão é um esforço para produzir uma Síria democrática, justa e inclusiva para todos os sírios<sup>76</sup> (WHITE HOUSE, 2011, s.p., tradução nossa).

<sup>75</sup> “Guerras de Procuração”, em tradução livre – Uma guerra instigada e apoiada por uma potência maior sem o direto envolvimento da mesma.

<sup>76</sup> “The future of Syria must be determined by its people, but President Bashar al-Assad is standing in their way (...). For the sake of the Syrian people, the time has come for President Assad to step aside (...). The United States cannot and will not impose this transition upon Syria. It is up to the Syrian people to choose their own leaders (...). What the United States will support is an effort to bring about a Syria that is democratic, just, and inclusive for all Syrians”.

Para Willians (2016), tal retórica em favor da saída de Assad esteve associada sobretudo a esforços por parte de Obama e da sua administração em posicionar-se do “lado certo” da história, visto que a crença inicial em Washington residia na inevitável e rápida queda do governante, sem a necessidade de qualquer tipo de influência externa por parte dos Estados Unidos. À título de ilustração, o país estaria tão convencido da derrocada do Regime Assad que recusou - ao lado da França e do Reino Unido -, uma proposta apresentada pela Rússia em 2012 ao seu embaixador na ONU que, dentre outros pontos, previa a proibição da entrega de armas à oposição, o diálogo entre os grupos de oposição e o Governo Sírio, e a busca por um afastamento “elegante” de Assad (BORGER; INZAURRALDE, 2015).

Diante da continuidade do conflito, em 2012, ano em que Obama foi reeleito, o presidente afirmou que o uso de armas químicas contra civis pelas forças do Governo Sírio violaria a “linha vermelha” traçada pelos Estados Unidos, podendo finalmente levar à uma intervenção militar estadunidense contra Damasco – a Rússia nesse contexto, declarou que agiria em defesa de Assad diante de um ataque estadunidense –, pondo em xeque a postura até então defendida pela Gestão Obama. Em agosto de 2013 um subúrbio de Damasco foi atacado com gás sarin, resultando na morte de mais de 1400 civis: apesar de condenar fortemente o Governo Sírio pelos ataques, Washington recuou da sua ameaça anterior e abandonou a ideia de confronto militar com Assad (BOCK, 2015).

Faz sentido, ante ao exposto, a interpretação dada por Lynch (2015) à ameaça de Obama: a “linha vermelha” norte-americana sobre o uso de armas químicas foi sobretudo um mecanismo retórico vazio visando aparentar dureza que, uma vez articulado, mostrou-se custoso de se abandonar. Contudo, após análise de custos e benefícios, o presidente mostrou-se sábio o suficiente em abandoná-lo, arcando com os custos de reputação subsequentes a tal decisão – em paralelo, Willians (2016) nota que os últimos esforços de Obama na imposição da “linha vermelha” evaporaram definitivamente após a recusa do Parlamento Britânico em apoiar o uso da força na prevenção do uso de armas químicas. Nesse sentido, mesmo diante do desrespeito sírio às exigências estadunidenses, é importante destacar que mais uma vez o Governo Obama resistiu à intervenção militar e optou por caminhos alternativos: neste caso em específico - após o envio de inspetores da ONU que confirmaram a existência de reservas sírias de gás mostarda, sarin e outros agentes nervosos -, apoiou a proposta apresentada pela Rússia de mobilização de uma missão sob a égide da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ) e da ONU com vias à destruição do arsenal químico informado pelo Governo Sírio – os Estados Unidos temiam, sobretudo, que tais armas viessem a cair nas mãos de grupos

*jihadistas* que se fortaleciam a partir do caos gerado pelo conflito sírio (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

No final de setembro de 2013, por meio da Resolução 2118 do Conselho de Segurança, iniciou-se a implementação da retirada e destruição das armas químicas sírias. Como primeiro passo da missão conjunta, teve-se a remoção de máquinas e equipamentos utilizados para a produção de armas e para o abastecimento de mísseis e bombas com gases tóxicos, além da inutilização de instalações e neutralização das reservas de compostos químicos. O segundo objetivo, por sua vez, relacionado à efetiva retirada e destruição do arsenal, foi finalizado e anunciado pela OPAQ em 2014: as 1300 toneladas declaradas por Damasco foram levadas a bordo do navio estadunidense *Cape Ray*, projetado especialmente para a realização da destruição de tais armas (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

Nesse ínterim, fortalecia-se outro ator na região a partir do vácuo de autoridade estatal existente tanto em territórios da Síria quanto do Iraque - ainda desestabilizado pela Guerra do Iraque e pelo persistente conflito interno de caráter sectário entre o Governo xiita de Bagdá e grupos sunitas -: o ISIS. O avanço do grupo terrorista em 2013, que culminou na declaração do Estado Islâmico em 2014, bem como a liberação de vídeos nos quais dois jornalistas estadunidenses são decapitados, alteraram a postura da Gestão Obama frente ao conflito sírio (NELSON, 2016).

Em setembro de 2014, em discurso à nação, o presidente Obama anuncia um plano de enfraquecimento e destruição do ISIS, por meio de uma estratégia contraterrorista sustentável e abrangente (NELSON, 2016). Em 22 de setembro iniciam-se os bombardeios contra alvos específicos do grupo - tanto na Síria quanto no Iraque - por parte da coalizão internacional formada por países ocidentais e por países árabes aliados aos Estados Unidos, sob a liderança de Washington. Como apresentado pela NSS-2015 (WHITE HOUSE, 2015), o foco seria o desmantelamento do Estado Islâmico com vias à uma futura estabilização tanto da Síria quanto do Iraque. Nessa nova configuração, o combate ao ISIS passaria, portanto, a ocupar o topo da agenda de segurança estadunidense para o Oriente Médio (WHITE HOUSE, 2015).

A prioridade dada pelos Estados Unidos à destruição do ISIS, por sua vez, pode ser explicada a partir da crescente preocupação de Washington frente ao potencial de instabilidade apresentado pelo autointitulado Estado Islâmico à balança regional de poder local, tanto pela expansão territorial do grupo sobre regiões produtoras de petróleo – sobretudo em províncias do norte do Iraque – quanto pelo fortalecimento de santuários às atividades terroristas da região – à exemplo do Afeganistão dos anos 1990, durante o Governo Talibã. Nesse sentido, mesmo que a Síria não seja uma grande produtora de petróleo, qualquer avanço do Estado Islâmico sob

seu território corresponderia diretamente ao fortalecimento do grupo no seu projeto de expansão regional<sup>77</sup>. O ISIS - e seu projeto expansionista de caráter fundamentalista islâmico - se configuraria, dessa forma, como uma ameaça à segurança norte-americana sobretudo por desafiar a estabilidade da balança regional de poder e, conseqüentemente, pelo potencial de colocar em risco a manutenção dos fluxos do petróleo à preços estáveis por meio da expansão de suas atividades por todo o MENA, parte da Europa e Ásia Central - o mapa a seguir, disponibilizado em 2014 via *Twitter* pelo Estado Islâmico, representa o projeto territorial à época do califado, previsto para 2019:

Figura 3 - Projeto de Califado do Estado Islâmico para 2019



Fonte: Twitter (2014).

Diante da prioridade estratégica dada pela Gestão Obama ao combate ao ISIS, a questão Assad ficou perceptivelmente relegada à segundo plano. Em diálogo direto com os pressupostos da Estratégia Obama, nota-se ainda a recusa por parte de Washington de ser ver arrastado para uma guerra terrestre, mesmo contra o Estado Islâmico. Nesse sentido, pautado no argumento da divisão de responsabilidades na resolução de desafios regionais e na utilização mais eficiente dos seus diversos recursos de poder – especialmente os militares -, os Estados Unidos conformaram sua estratégia contra o ISIS na Síria a partir de três posturas fundamentais: i)

<sup>77</sup> As ambições territoriais do grupo dizem respeito à consolidação de um Califado – organização política e religiosa governada a partir das leis islâmicas, a *Sharia*, pelo herdeiro legítimo do profeta Maomé, ou califa - sobre toda a região ocupada pela comunidade muçulmana – a *Ummah* muçulmana (REKVIN, 2016).

ataques aéreos regulares por meio da coalizão internacional contra alvos estratégicos específicos do Estado Islâmico, objetivando o enfraquecimento do grupo; ii) suporte e apoio - por meio do envio de armamento e material militar leve, e de um número restrito de forças especiais estadunidenses (cerca de 500 ao final do Governo Obama) com o objetivo exclusivo de treinamento, auxílio e aconselhamento militar – a grupos de oposição considerados “moderados” – não fundamentalistas -, qualificados por Washington como as forças responsáveis pelas operações terrestres contra o ISIS; e iii) trabalho de articulação militar e de inteligência com parceiros regionais, como Países do Golfo, Jordânia e Turquia. Tal estratégia também é percebida – e apoiada - por Byman e Moller (2016, p. 35, tradução nossa):

A capacidade norte-americana de ataque ao Estado Islâmico depende do acesso contínuo a bases regionais e de uma presença naval contínua na região. Derrotar ou desmantelar o EI, no entanto, não exige uma presença pesada de combate dos EUA (...). Em vez disso, os EUA devem encorajar, capacitar e equipar os parceiros regionais para enfrentarem e destruírem a organização e restaurarem a integridade territorial do Iraque e da Síria. Isso pode exigir um número limitado de treinadores e forças de operações especiais, mas não um grande número de tropas de combate convencionais<sup>78</sup>.

O autor continua:

O papel militar mais importante dos EUA é a luta contra o Estado Islâmico. Isso envolve uma combinação de forças para ajudar a armar e treinar aliados locais combinados com ataques aéreos regulares contra forças e líderes do Estado Islâmico. Os Estados Unidos também ajudam a gerenciar a campanha aérea mais ampla de seus muitos aliados, incluindo tanto os Estados árabes quanto os europeus<sup>79</sup> (BYMAN; MOLLER, 2016, p. 37, tradução nossa).

De acordo com Laub (2017), os esforços estadunidenses com vias ao afastamento do presidente sírio foram transferidos, diante das alterações nas dinâmicas geopolíticas da Guerra da Síria, para o fortalecimento da missão contraterrorista na eliminação do Estado Islâmico sob os moldes acima apresentados, ao mesmo tempo em que o país continuava advogando em favor da resolução negociada para o conflito entre os insurgentes e o Governo Assad. Além de lançar ataques aéreos contra o Estado Islâmico a partir do e do porta-aviões USS Harry S. Truman e da base aérea turca de Incirlik – a partir de 2016 -, o país realizou também, unilateralmente, uma campanha aérea separada no norte do país contra combatentes que estariam alinhados com a *al-Qaeda*, intensificada sobretudo nos últimos meses da Gestão Obama. O maior grupo de suporte terrestre à missão norte-americana – considerado por Washington como o mais

<sup>78</sup> “America’s ability to strike at the Islamic State depends on ongoing access to regional bases and a continued naval presence in the region. Defeating or downgrading IS does not require a heavy US combat presence, however. Rather, the US should encourage, empower, and equip regional partners to confront and destroy the organization and restore the territorial integrity of Iraq and Syria. This may require limited numbers of trainers and special operations forces, but not large numbers of conventional combat troops”.

<sup>79</sup> “The most important current US military role is in fighting the Islamic State. This involves a mix of forces to help arm and train local allies combined with regular airstrikes against Islamic State forces and leaders. The United States also helps manage the broader air campaign of its many allies, including both Arab and European states”.

conveniente no combate ao Estado Islâmico -, por sua vez, passou a ser as Forças Democráticas da Síria (SDF) – cerca de 60% dos seus combatentes era composto, em 2016, por forças das Unidades de Proteção Popular do povo curdo (YPD), com crescente participação de voluntários árabes, assírios, armênios, turcos e circassianos –, mesmo sob protestos de Ancara pelos motivos mencionados na seção anterior (LAUB, 2017). É importante destacar, diante do exposto, que mais uma vez o argumento em favor de um desengajamento por parte de Washington parece não se sustentar (CHOLLET, 2016).

Outro ponto diz respeito ao fato de que, mesmo após o início da campanha contra o ISIS, os Estados Unidos deliberadamente evitaram confrontar o Governo Sírio e a Rússia, o que se justifica tanto pela prioridade estratégica dada ao ISIS (WHITE HOUSE, 2015) – pautada na ideia de intervenção proporcional aos interesses vitais estabelecidos (ISSA, 2016) –, quanto pelo fato de que estes dois atores também estão combatendo o Estado Islâmico. A questão Assad, nesse sentido, acabou sendo deixada em segundo plano, relegada a um momento pós-ISIS.

Tal consideração leva a presente discussão ao tópico referente ao posicionamento norte-americano frente à participação russa na Guerra da Síria, iniciada em 2015 e justificada por Moscou por meio do argumento em favor do combate ao ISIS – o que se comprovou posteriormente, no entanto, é que a atuação do Kremlin também estaria direcionada ao fortalecimento e auxílio do Regime Assad frente aos grupos de oposição. A compreensão dessa questão, sob abordagem mais ampla, pode ser viabilizada por meio de trabalho de Mazarr e Brands (2017). De acordo com os autores, o que se tem percebido nos últimos anos, dada as alterações na configuração de poder global – sem, no entanto, significar o fim da estrutura unipolar -, é um aumento da competição e rivalidade entre grandes potências – especialmente entre a Rússia e a China revisionistas de um lado, e os Estados Unidos de outro. Em outras palavras, Moscou e Pequim estariam contestando cada vez mais a primazia estadunidense sobre a ordem internacional. Diante desse novo contexto sistêmico, Mazarr e Brands (2017, s.p., tradução nossa) afirmam:

Se é improvável que tenhamos um “concerto unipolar” em que os valores e prerrogativas dos Estados Unidos e seus aliados liberais são tão dominantes quanto o eram durante os anos 90, o pensamento se direciona para a existência de algum meio de atrair grandes poderes – nomeadamente a Rússia e a China – em um concerto mais justo que satisfaça seus interesses e desejos básicos sem comprometer os interesses fundamentais dos EUA<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> “If we are unlikely to have a “unipolar concert” in which the values and prerogatives of the United States and its liberal allies are as dominant as they were during the 1990s, the thinking goes, might there be some way of drawing competing great powers — namely Russia and China — into a more equitable concert that satisfies their basic interests and desires without compromising fundamental U.S. interests?”.

Seria de grande interesse por parte da potência unipolar, nesse sentido, conformar um novo tipo de estratégia que gere tais dinâmicas, por meio do estabelecimento de regras internacionais que reflitam de forma mais inclusiva os valores chineses e russos – com vias à manutenção da sua posição e dos seus interesses vitais. Tal objetivo seria, segundo os autores acima citados, viabilizado por meio de sete questões a serem analisadas pelos Estados Unidos, tendo em vista o seu - ainda presente - papel fundamental de liderança no gerenciamento das relações entre grandes potências – tal argumento, importante notar, dialoga diretamente com o trabalho de Monteiro (2011/12) no que tange à atuação da potência unipolar frente às rivalidades das grandes potências -: i) seus interesses vitais; ii) sua visão internacional de longo prazo; iii) as particularidades de outras grandes potências (modelo estratégico, governança, interesses e nível de agressividade); iv) intenções das mesmas; v) busca por interesses comuns; vi) escolha entre uma postura mais combativa ou mais cooperativa (tentando engajar Estados revisionistas na busca de interesses comuns); e vii) a postura global estadunidense em apoio à estratégia escolhida (MAZARR; BRANDS, 2017).

No que tange ao conflito sírio, nota-se que o comportamento estadunidense frente à interferência russa se justifica por meio do método acima proposto: i) a prioridade dos Estados Unidos na Guerra da Síria é a destruição do Estado Islâmico; ii) de forma imediata o país almeja a destruição do ISIS e, no longo prazo, o país busca uma solução diplomática entre o Governo Sírio e os grupos de oposição; iii) as particularidades da Rússia e também do comportamento do presidente russo Vladimir Putin são foco de constante análise do Governo Norte-Americano; iv) o principal interesse da Rússia na Síria é a manutenção do Regime Assad e o enfraquecimento dos grupos insurgentes - incluindo-se o Estado Islâmico; v) o interesse do Kremlin no combate ao Estado Islâmico se alinha, nesse sentido, ao interesse de Washington, uma vez que a derrota do grupo se constituiu como prioridade estratégica estadunidense no conflito; vi) Washington, diante da primazia dada ao pragmatismo estratégico, tem mantido uma postura combativa à atuação russa sobretudo no campo da retórica, ao mesmo tempo em que se beneficia da atuação militar russa – realizada inclusive em solo – contra o Estado Islâmico; e vii), diante disso, os Estados Unidos, com base nos pressupostos do redirecionamento estratégico protagonizado por Obama, parecem, de forma geral, também tirar proveito do engajamento de Moscou no conflito – deve-se lembrar que a queda de Assad sempre foi de interesse estadunidense, mas que nunca foi considerada *de facto* uma prioridade estratégica visto que o presidente sírio nunca ameaçou os interesses vitais de Washington na região (o que se confirma, por sua vez, pela recusa da Gestão Obama em agir militarmente contra Damasco).

Diante de todo o exposto, nota-se o benefício gerado aos Estados Unidos por diversos atores estatais e não-estatais no conflito sírio com vias à derrota do Estado Islâmico. A partir de uma estratégia estadunidense que preza, dentre outras coisas, pelo não desdobramento de tropas em combate terrestre – tendo como base experiências contraditórias do passado -, os curdos, aliados regionais e os rebeldes sírios – e, como discutido, também a Rússia e o Governo Sírio – tem se mostrado como importantes “pontas de lança” no combate terrestre ao ISIS e, portanto, na consecução do principal interesse estratégico de Washington na região. Em vez de privilegiar o envio de um grande número de soldados norte-americanos no combate ao Estado Islâmico - com todo o ônus econômico e de vidas inerente à tal atuação -, o país, durante a Gestão Obama, optou pela utilização de recursos de poder alternativos – como a construção de capacidades de parceiros regionais, o uso de mecanismos multilaterais e de instituições internacionais, além de canais diplomáticos, por exemplo – e pelo engajamento militar redimensionado, sob bases sustentáveis e proporcionais, subordinadas, sobretudo, à análise de custos e benefícios e às prioridades estratégicas do país na região – a coalizão internacional, alicerçada em ataques aéreos contra alvos estratégicos do Estado Islâmico, bem como o apoio e assistência militar a aliados estadunidenses no conflito, caracterizam muito bem tal postura.

Nas palavras de Byman e Moller (2016, p. 39, tradução nossa): “Tal estratégia não é apenas prudente e sábia, mas sustentável. Em uma era de recursos restritos, a tarefa para líderes dos Estados Unidos é elaborar uma estratégia de segurança nacional que proteja os interesses dos EUA no Oriente Médio e seja acessível à longo prazo”<sup>81</sup>. Para Lynch (2015), por sua vez, no que tange à Guerra da Síria: “Obama reconhece a ameaça, mas não a exagera, e sempre pesa os custos de ação contra os benefícios (...). Em face de tudo isso, a administração Obama foi sábia em resistir à inclinação escorregadia da intervenção e, em vez disso, tentar encorajar aliados, moldar as condições para as negociações e aliviar o sofrimento humano”<sup>82</sup> (LYNCH, 2015, s.p., tradução nossa). Nesse sentido, para Cassidy (2015), a Estratégia Obama teria se direcionado, também, para a única saída plausível para a resolução do conflito:

Ao repensar sua promessa “sem botas no chão” e impulsionar uma nova iniciativa diplomática, a administração Obama está esperançosamente se engajando mais em resolver o conflito sírio. Nesta fase, de qualquer forma, isso não implica necessariamente envolver mais tropas. O resultado ideal seria um cessar-fogo entre o

---

<sup>81</sup> “Such a strategy is not only prudent and wise, it is sustainable. In an era of constrained resources, the task for America’s leaders is to craft a national security strategy that will protect US interests in the Middle East while being affordable in the long term”.

<sup>82</sup> “Obama recognizes the threat but does not exaggerate it, and he always weighs the costs of action against the benefits (...). In the face of all of this, the Obama administration was wise to resist the slippery slope of intervention and instead to try to corral its allies, shape the conditions for negotiations, and alleviate human suffering”.

governo e as forças rebeldes, eleições livres para um novo governo e a construção de uma frente unida contra o ISIS<sup>83</sup> (CASSIDY, 2015, s.p., tradução nossa).

Apesar do comportamento estadunidense se justificar por meio do redirecionamento estratégico para o Oriente Médio realizado pelo Governo Obama, é importante destacar a existência de diversas contradições e resultados adversos – tal como qualquer estratégia. Com base nisso, a próxima – e última - parte do presente trabalho buscará identificar justamente as principais implicações geopolíticas para a Guerra da Síria decorrentes da postura de Washington, apresentada nesta seção, frente ao conflito.

#### 4.3. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS PARA A GUERRA DA SÍRIA A PARTIR DO COMPORTAMENTO ESTADUNIDENSE DURANTE A GESTÃO OBAMA

O presidente Obama, como visto, redirecionou, sob vários sentidos, o comportamento estadunidense para o Oriente Médio ao defender um esforço global contra ameaças internacionais pautado também em mecanismos de caráter econômico e social – um dos cerne da questão relacionada à construção de capacidades –, e ao condicionar o emprego da força militar, rejeitando noções alarmistas de uma ameaça “existencial” ou uma “guerra global”. Ao mesmo tempo, também autorizou missões antiterroristas em diversos teatros, aumentou a utilização de novas ferramentas militares – como os *drones* – e se utilizou do assassinato de Bin Laden como slogan de campanha, além do combate ao Estado Islâmico como a principal iniciativa do seu segundo mandato (FINER; MALLEY, 2017). A partir do redirecionamento estratégico protagonizado pelo presidente, constatou-se também a existência de uma postura diferenciada - se comparada com as intervenções empreendidas pelo Governo Bush na Guerra do Afeganistão e na Guerra do Iraque - por parte de Washington no que tange ao conflito sírio.

Nesse sentido, a partir de um tipo de engajamento específico - sob os moldes já discutidos anteriormente e apresentados na última seção do capítulo anterior-, os Estados Unidos durante a Gestão Obama parecem ter deixado de lado, em grande parte, a postura de dominância ofensiva característica da era Bush. Ante a isso e utilizando-se do arcabouço teórico de Monteiro (2011/12), a potência unipolar parece estar se voltando, novamente, para uma estratégia moldada principalmente por pressupostos da dominância defensiva, uma vez que, mesmo sob administração Obama, os Estados Unidos mantiveram a intenção de agir com vias

---

<sup>83</sup> “In rethinking its “no boots on the ground” pledge and pushing a new diplomatic initiative, the Obama Administration is hopefully getting more engaged in resolving the Syrian nightmare. At this stage, anyway, that doesn’t necessarily have to involve sending in more troops. The ideal outcome would be a ceasefire between the government and rebel forces, free elections for a new government, and the construction of a united front against ISIS”.

à manutenção do *status quo* da balança regional de poder do Oriente Médio – esta sim um interesse vital do país na região.

No que concerne à Guerra da Síria, o único ator à época com potencial de alterar de forma substancial algum dos três componentes do *status quo* apresentados por Monteiro (2011/12) – arranjos territoriais, alinhamentos políticos internacionais e distribuição de poder – era o autointitulado Estado Islâmico – situação que, talvez em menor grau, persiste até os dias de hoje. Justifica-se, assim, sob postura de dominância defensiva, a prioridade estratégica dada pelo país à destruição do grupo e, à título de ilustração, também os esforços estadunidenses empreendidos em relação ao controle do Programa Nuclear Iraniano – mesmo que principalmente por meio de mecanismos econômicos, como as sanções, ou diplomáticos.

Nesse contexto, é importante destacar que a queda de Assad - apesar de se enquadrar no rol de interesses estadunidenses - nunca pareceu se apresentar como uma necessidade *de facto* vital para o país e, especialmente após a ascensão do Estado Islâmico, ficou relegada à segundo plano. Isso, somado ao fato do ISIS se qualificar no conflito sírio como a grande fonte de ameaça aos interesses do unipolo no Oriente Médio – e, por consequência, como foco prioritário de atuação dos Estados Unidos na região -, fez com que Washington se portasse de forma conscientemente mais comedida e limitada contra o Governo Sírio – agindo sobretudo por meio da assistência aos grupos de oposição do Regime Assad. Diante disso, merecem destaque algumas importantes consequências para as dinâmicas geopolíticas da Guerra da Síria decorrentes deste comportamento diferenciado.

Na ausência de um “fiel da balança” no conflito entre Damasco e os insurgentes – segundo Wohlforth (1999), uma vez que o unipolo tome partido, poucas são as dúvidas no que concerne à qual lado prevalecerá -, encorajam-se competições por poder entre as partes envolvidas. Mesmo que Washington seja favorável ao afastamento do presidente sírio, a atuação com vias à consecução deste objetivo, pelos motivos já apresentados, tem sido deveras limitada. Tal limitação - somada ao relativo vácuo de poder deixado pela ausência de uma postura mais ativa por parte da potência unipolar -, por sua vez, acaba incentivando a maior atuação de outros atores regionais na Guerra da Síria, motivados sobretudo por seus respectivos interesses particulares de ampliação de poder – tal como descrito por Monteiro (2011/12) no que tange a situações em que o unipolo se engaja menos. Diante do exposto, é justificável o processo de complexificação do conflito em solo sírio, uma vez que nele, como reflexo do comportamento da potência unipolar, a tendência é de que as dinâmicas regionais de poder – e as rivalidades inerentes a elas - se sobressaíam.

O fato da Guerra da Síria ter se qualificado, com o passar do tempo, como um grande tabuleiro de disputa de poder entre potências regionais – de forma mais específica Irã e Arábia Saudita, ao lado dos seus respectivos parceiros – e entre atores estatais e não estatais – como no caso da Turquia e dos curdos -, se insere justamente nessa dinâmica. Segundo Dyson (2010), a unipolaridade não elimina mas controla, como nenhuma outra, a distribuição de recursos do Sistema Internacional e os efeitos do Dilema de Segurança. Assim, no contexto acima exposto de menor atuação do unipolo, era de se esperar que aliados regionais estadunidenses começassem a se sentir mais incentivados a buscar de forma mais independente a consecução dos seus respectivos objetivos no conflito – o grande apoio por parte de Washington a tais países ainda persiste, mas, como se observou, a potência unipolar em momento algum buscou atuar de forma decisiva na Guerra da Síria em favor dos interesses dos mesmos -: os países do Golfo almejam principalmente conter a influência e poder regional do Irã sobre o Oriente Médio – o mesmo, importante ressaltar, vale para Teerã no que concerne à atuação saudita e de seus aliados na região e, conseqüentemente, na Síria.

Frente ao exposto, segundo Cassidy (2015, s.p., tradução nossa), “[d]e Londres à Ancara, à Riad e à Teerã há uma sensação geral de que os Estados Unidos, ao pedir a remoção de Assad mas não fazendo muito para efetivá-la, criaram um vazio que outros atores estão buscando preencher”<sup>84</sup>. Shinkman (2015) também parece compartilhar esta visão:

Por causa da Síria – e a capacidade, a vontade ou abordagem ambígua dos EUA no conflito sírio – os sauditas, os jordanianos e o Estados árabes do Golfo têm determinado que não podem esperar que pela atuação dos EUA quando se trata de proteger interesses nacionais (...). Arábia Saudita e Irã veem a saída de cena dos EUA como uma oportunidade para se estabelecer como o novo grande jogador no bloco, e seus próximos passos podem decidir se o caos na região prevalece<sup>85</sup> (SHINKMAN, 2015, s.p., tradução nossa)

Kassab (2016), ainda nesse contexto, caracteriza de forma profícua a dinâmica regional constituída sobretudo a partir da Arábia Saudita e do Irã:

Arábia Saudita e Irã estão fechadas em seu próprio confronto. Em todo o Oriente Médio, em particular Líbano, Iraque e Iémen, essas duas potências regionais estão lutando um conflito do tipo "Guerra Fria", posicionando-se para a supremacia regional. O seu conflito por poder e influência (não uma antiga rivalidade sunita/xiita) tem sangrado em áreas de coordenação como a OPEP. Na Síria, o Irã continua a apoiar o regime de Assad, enquanto a Arábia Saudita patrocina rebeldes sunitas, alguns dos mais variados tipos de militantes *jihadistas*<sup>86</sup> (KASSAB, 2016, s.p., tradução nossa).

<sup>84</sup> “But from London to Ankara to Riyadh to Tehran, there is a general feeling that the United States, in calling for Assad’s removal but not doing much to bring it about, created a void that other actors are seeking to fill”.

<sup>85</sup> “Because of Syria – the U.S. ability, or willingness, or ambiguous approach to the Syrian conflict – the Saudis, the Jordanians and Arab States in the Gulf have determined they cannot wait for the U.S. to act when it comes to protecting their national interests (...). Saudi Arabia and Iran view the U.S. exeunt as an opportunity to establish themselves as the new big player on the block, and their next steps may decide whether chaos in the region prevails”.

<sup>86</sup> “Saudi Arabia and Iran are themselves locked in their own confrontation. All over the Middle East, in particular Lebanon, Iraq and Yemen, these two regional powers are fighting a “Cold War” type conflict, positioning

Os resultados advindos de tais posturas sobre as dinâmicas geopolíticas do conflito sírio, por sua vez, são discutidos por Lynch (2015). De acordo com o autor, as consequências das *proxy wars* regionais que se consolidaram na Guerra da Síria seriam das mais destrutivas possíveis, uma vez que o estabelecimento destas abriu espaço para o fortalecimento de perigosos e potentes atores não-estatais - sobretudo o Estado Islâmico, mas também de outros grupos extremistas apoiados por países do Golfo que especialmente no início, sem a liderança e supervisão estadunidense, acabaram por armar diversos *jihadistas* (WILLIAMS, 2016) -, ao mesmo tempo em que incentivou a continuidade do conflito. Para Lynch (2015), os Estados Unidos teriam, durante a Gestão Obama, sabiamente se esquivado do envolvimento nesse jogo de “guerras por procuração” - mas não teriam sido capazes de garantir que seus parceiros regionais fizessem o mesmo. Nesse sentido, o que se teve foi o prolongamento do conflito, mantido tanto pela inflexibilidade de todas as partes envolvidas em ceder quanto pela complexa teia de alianças e interesses regionais que, em solo sírio, encontraram terreno fértil para prosperar. Por fim, Lynch afirma (2015, s.p., tradução nossa): “Ninguém ganhou as guerras por procuração, que causaram imenso sofrimento e exacerbaram os principais problemas de falha e radicalização do Estado [sírio]”<sup>87</sup>.

Assim, apesar deste modelo de *proxy war* – em que atores externos apoiam diferentes lados do conflito, mas não se confrontam diretamente – dificilmente desencadear a conflagração de um conflito de escala regional – de acordo com Cassidy (2015), nem Irã nem Arábia Saudita, a partir da análise de custos e benefícios, estariam inclinados a iniciar um confronto direto por causa da Síria -, a manutenção do conflito sob os atuais moldes tende a se manter. Nesse sentido, mesmo que a atuação dos Estados Unidos na guerra tenha respeitado a estratégia estabelecida por Obama – levando em consideração, portanto, a análise dos interesses vitais do país no Oriente Médio -, os resultados do comportamento do unipolo frente a ela têm sido, em última instância, a continuidade dos conflitos, o aumento das incertezas e o afastamento de uma solução para as clivagens internas da Síria.

Importante ressaltar aqui que, sob alguns aspectos, os Estados Unidos têm também se beneficiado da continuidade do conflito:

Esta não é uma guerra que Washington começou, nem está em um país de grande valor estratégico para os Estados Unidos. Atualmente, a guerra não representa uma ameaça existencial para os Estados Unidos e tem certos benefícios da perspectiva de Washington. Que enfraqueceu severamente a Síria, um adversário tradicional para os

---

themselves for regional supremacy. Their conflict over power and influence (not an ancient Sunni/Shia’ rivalry) has bled into areas of coordination such as OPEC. In Syria, Iran continues to support the Assad regime while Saudi Arabia sponsor Sunni rebels, some of the more militant, Jihadi variety”.

<sup>87</sup> “Nobody has won the proxy wars, which have caused immense human suffering and exacerbated the core problems of state failure and radicalization”.

interesses americanos no Oriente Médio, é um resultado positivo para Washington. Que está sangrando o Hezbollah e o Irã financeiramente e militarmente - os iranianos perderam dúzias, incluindo generais de alto escalão, até agora - é um bônus adicional. Que os seus inimigos estão se matando - Irã, Assad e Hezbollah, por um lado, e os *jihadistas* sunitas, por outro lado - também é um cenário bem-vindo em Washington<sup>88</sup> (ISSA, 2016, s.p., tradução nossa).

No entanto, segundo Issa (2016), diante do comportamento estadunidense na Guerra da Síria, duas questões preocupantes se apresentaram à Washington: i) o fortalecimento das redes terroristas *jihadistas* por meio do aproveitamento do caos e da ruptura estatal que tomou conta da Síria; e ii) o aumento da presença russa no Oriente Médio – mesmo que a atuação do Kremlin tenha auxiliado Washington no combate ao Estado islâmico, a maior interferência de Moscou na Guerra da Síria qualifica-se como obstáculo à primazia estadunidense na região. No que concerne à primeira, a quebra da autoridade estatal e o caos socioeconômico e político sírio proporcionaram tanto espaços para a operação de grupos terroristas quanto possíveis novos afiliados - sobretudo jovens raivosos e descontentes com a situação do país. Nesse sentido, Issa (2016, s.p., tradução nossa) afirma, no contexto de 2016:

O colapso do Estado sírio em partes do país e um Estado iraquiano severamente fraco a leste, criou o vácuo perfeito para os terroristas preencherem. As consequências têm sido um alcance ampliado do terrorismo que frequentemente atinge a Europa e inspira ataques de lobos solitários nos Estados Unidos. Apesar de ainda não estar perto de ser uma ameaça significativa para o poder dos EUA, e muito menos existencial, a capacidade de ataque melhorada de grupos terroristas demanda uma resposta dos EUA que restaure a estabilidade para a Síria e o Iraque e que feche os espaços não governados a partir dos quais tais grupos operam<sup>89</sup>.

A intervenção militar russa em favor do regime Assad – que também pode ser explicada a partir do vácuo gerado pela atuação mais limitada dos Estados Unidos no conflito -, por sua vez, estaria mais alicerçada na busca pelo balanceamento de poder estadunidense na região do que no bem-estar sírio em si, visto que, sob liderança de Putin, a Rússia tem buscado cada vez mais se afirmar novamente como um poder global frente ao Sistema Internacional (ISSA, 2016). A participação de Moscou no conflito, nesse contexto, alicerça-se no fato de que, por meio dele, a Rússia pode, com custos mínimos, colocar em exposição suas capacidades

---

<sup>88</sup> “This is not a war Washington started, nor is it in a country of great strategic value to the United States. At present, the war poses no existential threat to the United States, and has certain benefits from Washington’s perspective. That it has severely weakened Syria, a traditional adversary to American interests in the Middle East, is a positive result for Washington. That it is bleeding Hezbollah and Iran financially and militarily—the Iranians have lost dozens, including high-ranking generals, thus far—is an added bonus. That its enemies are slaughtering each other—Iran, Assad and Hezbollah on the one hand, and Sunni jihadists on the other—is also a welcome scenario in Washington”.

<sup>89</sup> “The collapse of the Syrian state in parts of the country, and a severely weak Iraqi state to its east, created the perfect vacuum for terrorists to fill. The consequences have been an expanded reach of terrorism that is frequently hitting Europe, and inspiring lone-wolf attacks in the United States. While still nowhere near to being a significant threat to U.S. power, let alone existential, the improved strike capability of terrorist groups warrants a U.S. response that restores stability to Syria and Iraq, and closes the ungoverned spaces from which such groups operate”.

militares: nenhuma força síria tem condições de conter o poder militar russo e nenhuma potência regional se sujeitaria à uma guerra direta contra o Kremlin. Dessa forma, uma vez que a Rússia se estabeleceu como um dos principais atores extrarregionais na Guerra da Síria, é importante notar que qualquer decisão sobre o conflito deverá, necessariamente, passar pelo filtro russo, limitando assim o espaço de manobra dos Estados Unidos.

Segundo Issa (2016), os países do Oriente Médio já reconhecem a Rússia como uma grande potência na região. Isso, somado à crescente influência do país em questões regionais – percebida também por meio do número crescente de encontros entre Putin e líderes locais –, constituiria, ante a todo o exposto, um desafio à liderança dos Estados Unidos no Oriente Médio sob os moldes até então vigentes. Nesse sentido, novamente as contribuições de Mazarr e Brands (2017) parecem ser válidas: diante das alterações na configuração de poder global – mesmo que sob uma estrutura ainda unipolar –, e do subsequente aumento da competição e rivalidade entre grandes potências, seria de grande interesse por parte da potência unipolar estabelecer um novo tipo de estratégia que gerencie tais dinâmicas, por meio do estabelecimento de regras internacionais que reflitam de forma mais inclusiva os valores de grandes potências revisionistas – como a Rússia.

Diante de tudo o que foi apresentado, i) o fortalecimento de movimentos *jihadistas* em solo sírio, ii) o fato de que qualquer tentativa de resolução para o conflito deverá, inevitavelmente, envolver a participação do Kremlin, e iii) os desafios já discutidos decorrentes da participação de potências regionais por meio de *proxy wars* – três questões que, sob vários aspectos, derivaram do comportamento norte-americano na Síria sob Gestão Obama –, se configuram como pontos que dificultam ainda mais o estabelecimento de um fim para a Guerra da Síria: a existência de grupos terroristas é um obstáculo à construção de uma Síria soberana, capaz, coesa, estável, unificada e em paz; o apoio irrestrito da Rússia ao Regime Assad, por sua vez, apresenta-se como forte empecilho à um possível acordo negociado entre os grupos de oposição – que exigem a saída de Assad – e o Governo Sírio; e, por fim, o suporte dado por atores regionais como Irã e Arábia Saudita a diferentes lados do conflito estimula a continuidade dos confrontos e a inflexibilidade das partes envolvidas. Diante dessa realidade geopolítica, o questionamento de Kassab (2016, s.p., tradução nossa) parece fazer sentido:

A Síria é agora a linha de frente de um campo de batalha global, onde um número de Estados e redes com suas próprias ambições e interesses se encontram. A guerra civil incorpora vários conflitos globais e, como tal, há pouca esperança para o seu fim. Os

atores envolvidos não se retirarão a menos que os outros o façam; mas por que alguém se retiraria?<sup>90</sup>.

Em junho de 2014 foram realizadas eleições para presidência da Síria que confirmaram a vitória de Bashar Al-Assad. O fato das votações terem sido realizadas somente em locais sob o controle do Exército do Governo - bem como dos únicos dois adversários de Assad terem sido autorizados pelo próprio presidente a concorrer - resultou em fortes contestações - por parte de diversos países, incluindo os Estados Unidos, e pela ONU - no que tange a legitimidade do processo (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014). Enquanto nenhuma solução é encontrada para a Guerra da Síria, os crimes de guerra e a crise humanitária e de refugiados decorrente do conflito se mantêm – ameaçando a estabilidade tanto de países vizinhos quanto da própria Europa, aliada histórica dos Estados Unidos da América.

#### 4.4. CONCLUSÕES PARCIAIS

O principal objetivo deste capítulo foi o de identificar as possíveis implicações geopolíticas decorrentes da atuação estadunidense, pautadas na nova Estratégia de Segurança protagonizada pelo Governo Obama, para a Guerra da Síria. Com base nisso, a primeira seção do presente capítulo buscou apresentar, a partir dos eventos da Primavera Árabe, tanto o surgimento do conflito quanto as suas principais dinâmicas geopolíticas por meio do mapeamento dos principais atores envolvidos – estatais e não-estatais – e de seus respectivos interesses no conflito. Frente à complexidade de objetivos, de alianças e de capacidades das diversas partes, dez atores-chave foram discutidos.

Dado o recorte de pesquisa do presente trabalho, uma seção especial foi dedicada à exposição da postura estadunidense no decorrer da guerra durante a Gestão Obama, com base no redirecionamento estratégico apresentado no capítulo anterior e alicerçado nos pressupostos teóricos discutidos até então. Por meio da análise do comportamento de Washington – alicerçado na tentativa de engajamento diferenciado protagonizada por Obama e pautado na cuidadosa análise das prioridades de Washington no conflito, levando em consideração custos e benefícios na escolha dos métodos necessários na garantia das mesmas -, constatou-se que a prioridade estratégica dos Estados Unidos no Oriente Médio durante o Governo Obama esteve relacionada ao combate ao autointitulado Estado Islâmico – único ator com potencial de

---

<sup>90</sup> “Syria is now the frontline of a global battlefield, where a number states and networks with their own ambitions and interests find themselves. The civil war incorporates several global conflicts and, as such, there is little hope for its end. The actors involved will not withdraw unless the others do; but why would anyone withdraw?”.

ameaçar a balança regional de poder e os interesses estratégicos de Washington na região, sobretudo relacionados ao petróleo e à manutenção do *status quo* regional.

Diante disso, percebeu-se que a questão Assad ficou relegada à segundo plano, visto que nenhum interesse considerado vital pela administração Obama se encontrava ameaçado pelo governante, cabendo aos Estados Unidos apenas a aplicação de sanções econômicas contra o Regime, o fechamento da sua embaixada em Damasco, a manutenção da retórica em oposição à Assad e o apoio a parceiros regionais e - de forma mais limitada e restrita - às forças de oposição síria, com vias ao enfraquecimento gradual do Governo Sírio - a queda de Assad sempre foi de interesse estadunidense, mas nunca foi considerada *de facto* uma prioridade estratégica, especialmente após a ascensão do ISIS (o que se confirma pela recusa da Gestão Obama em agir militarmente contra Damasco).

Uma vez que o posicionamento Obama se fundamentou sobretudo na primazia da defesa mais pragmática de interesses vitais estadunidenses no Oriente Médio em restrição da busca irrestrita pela proteção de valores - como a democracia e os Direitos Humanos -, bem como de operações militares de grande escala, notou-se também que a atuação Obama se alicerçou em três posturas fundamentais: : i) ataques aéreos regulares por meio da coalizão internacional contra alvos estratégicos específicos do Estado Islâmico, objetivando o enfraquecimento do grupo; ii) suporte e apoio - por meio do envio de armamento e material militar leve, e de um número restrito de forças especiais estadunidenses com o objetivo exclusivo de treinamento, auxílio e aconselhamento militar - a grupos de oposição considerados “moderados” - não fundamentalistas -, qualificados por Washington como as forças responsáveis pelas operações terrestres contra o ISIS; e iii) trabalho de articulação militar e de inteligência com parceiros regionais, como Países do Golfo, Jordânia e Turquia.

Ante a tal estratégia, percebeu-se também o benefício gerado aos Estados Unidos por diversos atores estatais e não-estatais envolvidos no conflito sírio: curdos, aliados regionais, rebeldes sírios, além da própria Rússia e do Governo Sírio, se portaram como importantes “pontas de lança” no combate terrestre ao ISIS. Ademais, é relevante notar que Washington, durante a Gestão Obama, optou também pela maior utilização de recursos de poder alternativos - como a construção de capacidades de parceiros regionais, o uso de mecanismos multilaterais e de instituições internacionais, além de canais diplomáticos, por exemplo - e pelo engajamento militar redimensionado na lida de questões delicadas como a crise humanitária, as armas químicas e, por fim, o combate ao Estado Islâmico.

No entanto, como qualquer estratégia, resultados adversos derivaram de tal postura estadunidense. A terceira seção, nesse sentido, almejou identificar as implicações geopolíticas

desse comportamento dos Estados Unidos para as dinâmicas da Guerra da Síria. A partir da caracterização da estratégia Obama para o Oriente Médio como uma estratégia semelhante à de dominância defensiva (MONTEIRO, 2011/12), três implicações geopolíticas da postura norte-americana foram constatadas, resultantes do vácuo de poder decorrente de um comportamento mais limitado da potência unipolar no conflito: i) o fortalecimento de movimentos *jihadistas* em solo sírio, ii) o fortalecimento da Rússia na região, e iii) a maior participação de potências regionais – sobretudo Arábia Saudita e Irã - no conflito por meio de *proxy wars*.

Ante ao exposto, concluiu-se, por fim, que todas as três questões dificultam ainda mais a resolução da Guerra da Síria: os resultados do comportamento do unipolo frente ao conflito teriam sido, em última instância, o encorajamento da continuidade dos conflitos, o aumento das incertezas e o afastamento de uma solução para as clivagens internas da Síria.

## 5. CONCLUSÃO

Partindo da pergunta inicial de pesquisa “*de que forma as alterações na Estratégia de Segurança dos Estados Unidos para o Oriente Médio protagonizadas pelo Governo Obama influenciaram as dinâmicas geopolíticas na Guerra da Síria?*”, o desenvolvimento do presente trabalho esteve alicerçado na busca pela consecução de um objetivo geral - analisar as implicações geopolíticas na Guerra da Síria advindas das alterações na Estratégia de Segurança para a região protagonizadas pelo Governo Obama – e de quatro objetivos específicos: (i) contextualizar teoricamente as alterações na Estratégia de Segurança dos Estados Unidos para o Oriente Médio protagonizadas pelo Governo Obama; (ii) apresentar a nova Estratégia de Segurança do Governo Obama para o Oriente Médio; (iii) mapear as principais dinâmicas geopolíticas da Guerra da Síria; e (iv) identificar as possíveis implicações geopolíticas da atuação estadunidense, pautadas nessa nova Estratégia de Segurança, para a Guerra da Síria.

No primeiro capítulo, com vias ao entendimento do papel sistêmico dos Estados Unidos da América – além dos principais condicionantes estruturais sob seu comportamento -, apresentaram-se as bases epistemológicas do Realismo Estrutural waltziano (WALTZ, 1959), bem como as contribuições de Waltz no que tange à caracterização da estrutura do Sistema Internacional - associada diretamente à noção de balança de poder - e a questão dos métodos para mensuração do poder e posterior contagem de polos de um sistema (WALTZ, 1979).

Na sequência, objetivando a caracterização do atual Sistema Internacional - tomado como unipolar de acordo com os pressupostos teóricos trabalhados -, teve-se a exposição da argumentação construída por Wohlforth (1999), sedimentada em três corolários fundamentais: (i) o sistema é, de fato, unipolar, tendo em vista a preponderância tanto absoluta quanto relativa dos Estados Unidos em todos os componentes do poder, o que impossibilita o balanceamento por parte dos outros Estados do sistema frente à única superpotência; (ii) a unipolaridade é pacífica, uma vez que tanto elimina do sistema a disputa pela balança de poder global quanto constrange possíveis conflitos entre grandes potências; e (iii) que o sistema unipolar vigente tende à alta durabilidade, posto que muito tempo será necessário para que outro Estado alcance os requisitos mínimos exigidos para, em um segundo momento, rivalizar com o poder norte-americano.

Em adição a isso, problematizou-se, por meio de Monteiro (2011/12) a pacificidade da Unipolaridade: apesar de tal distribuição sistêmica impossibilitar tanto as guerras entre superpotências – em sistemas unipolares, apenas uma superpotência se faz presente – quanto constranger conflitos entre a única superpotência e as grandes potências – devido à inexistência

de rivalidades hegemônicas globais sob estrutura unipolar -, dois tipos de confronto são estruturalmente encorajados: (i) conflitos envolvendo a potência unipolar e outro Estado; e (ii) conflitos envolvendo exclusivamente outros Estados. Estes, por sua vez, estariam diretamente associados ao comportamento estratégico do unipolo: (i) dominância defensiva (quando o unipolo age em favor da manutenção do *status quo*) e (ii) ofensiva (quando o unipolo atua em favor da revisão de pelo menos um elemento do *status quo*) – que levariam aos conflitos do primeiro grupo -, e (iii) desengajamento (situação em que o unipolo se abstém de interferir nas balanças regionais de poder) – que incitaria conflitos do segundo tipo. A chave para a distinção destas estratégias residiria na atitude do polo frente ao *status quo* global – e também regional -, definido por Monteiro (2011/12) a partir de três componentes elementares: arranjos territoriais, alinhamentos políticos internacionais e distribuição global de poder. Importante para os fins deste trabalho foi, nesse contexto, notar que o unipolo pode decidir pela aplicação de diferentes estratégias nos diversos teatros do globo, em concordância com seus interesses e, também, com a importância estratégica dada pela potência unipolar às variadas regiões.

Por meio da Teoria Realista Ofensiva de Mearsheimer (2011), por sua vez, foi possível enriquecer a caracterização dos principais incentivos e constrangimentos sistêmicos ao comportamento dos Estados Unidos sob estrutura constituída no pós-Guerra Fria diante do enfoque dado pelo autor às balanças regionais de poder, complementar à abordagem sistêmica global. Tendo em vista que o principal objetivo dos Estados Unidos enquanto unipolo relaciona-se, sobretudo, à manutenção da sua posição extremamente privilegiada e exclusiva, percebeu-se que as dinâmicas regionais de poder apresentam importância redobrada sob a Unipolaridade – conclusão semelhante à apresentada por Monteiro (2011/12): a preservação das balanças regionais de poder com vias a evitar a ascensão de outro hegemôna regional – que poderia vir a rivalizar globalmente com os EUA – constitui-se, destarte, como interesse vital à segurança de Washington.

Diante do exposto, mesmo que denominem o atual *status* norte-americano de forma diferenciada – *único hegemôna regional* para Mearsheimer e *potência unipolar* para Wohlforth e Monteiro -, Diniz (2006) demonstra que as duas visões, em verdade, sustentam-se nas mesmas expectativas sistêmicas. Frente aos incentivos estruturais ao comportamento dos Estados Unidos, foi possível constatar também, por meio das ideias deste mesmo autor, a relevância de mecanismos alternativos que permitam à potência unipolar tanto minimizar quanto distribuir os custos de manutenção da sua condição - como as instituições internacionais e ferramentas de divisão de responsabilidades.

Partindo dessa compreensão de que o comportamento mais ativo ou menos ativo do unipolo *vis-à-vis* o seu papel sistêmico desencadeará diferentes reações no sistema, o segundo capítulo buscou apresentar a nova Estratégia de Segurança para o Oriente Médio protagonizada pela Gestão Obama. Sustentado na abordagem teórica discutida no primeiro capítulo e na centralidade dada por Washington à manutenção dos fluxos de petróleo sob condições favoráveis ao país como variável estratégica específica da região do ponto de vista da potência unipolar – recurso chave na construção e manutenção das capacidades econômicas e militares tanto dos EUA quanto de seus aliados mais próximos, como Japão e países europeus -, buscou-se nessa parte do trabalho, mediante análise de documentos primários – os *National Security Strategies* (NSS) – da Gestão Bush (NSS-2002) e da Gestão Obama (NSS-2010 e NSS-2015), a caracterização do redirecionamento estratégico estadunidense.

Observou-se, pois, a manutenção de princípios e valores estadunidenses históricos – como a promoção da democracia, o incentivo ao livre-comércio e aos livres mercados, e, por fim, a garantia dos Direitos Humanos -, bem como de uma percepção semelhante no que tange às principais ameaças à ordem e à estabilidade mundial e, conseqüentemente, à segurança do próprio país – como questões relacionadas ao terrorismo, às armas de destruição em massa, aos riscos apresentados por Estados revisionistas, e aos fluxos internacionais de petróleo, por exemplo. Apesar disso, dois redirecionamentos fundamentais para o Oriente Médio, no entanto, foram percebidos: um de meios e outro de foco.

No que concerne aos meios, é tangível, por meio da análise dos documentos supracitados, a busca por métodos e comportamentos renovados com vias ao fortalecimento e manutenção da liderança norte-americana – e implicitamente da sua condição unipolar - frente a oportunidades, desafios e ameaças apresentadas pela realidade do século XXI. Em oposição à estratégia mais militarizada e assertiva da Gestão Bush, condicionada por termos como “Guerra ao Terror” e “Guerra Preventiva”, e responsável pelo envolvimento militar estadunidense de grande escala tanto na Guerra do Afeganistão (2001) quanto na Guerra do Iraque (2003), dois pontos complementares da Estratégia Obama mereceram destaque: (i) a defesa do fortalecimento econômico do país e de uma alocação mais eficiente, integrada e seletiva dos seus finitos recursos, especialmente os militares, por meio da avaliação cautelosa de custos e benefícios, e das prioridades estratégicas do país, e, (ii) a forte e constante argumentação em favor de uma melhor divisão de fardos na manutenção da segurança e da ordem globais, com a participação mais ativa de instituições internacionais e, principalmente, de aliados regionais.

No que tange ao redirecionamento de foco, por sua vez, notou-se que, sob Gestão Obama, a principal preocupação passou do Afeganistão, do Paquistão e da *Al-Qaeda*, para o combate ao ISIS no Iraque e na Síria – sem, entretanto, representar um abandono da primeira questão -, em paralelo à busca previamente apresentada de utilização mais eficiente dos diversos recursos de poder estadunidenses e da construção de capacidades de parceiros regionais que possam, de forma responsável e com apoio norte-americano, participar mais ativamente na resolução de focos de instabilidade regionais – especialmente os que não ameaçam diretamente nenhum interesse vital de Washington.

Nesse contexto, apresentou-se uma interpretação ao redirecionamento de Obama em oposição à ideia de desengajamento por parte da única superpotência no Oriente Médio: foi possível perceber, mediante estudo de autores específicos, que as alterações estratégicas protagonizado por Obama não configuraram um desengajamento estadunidense, mas sim uma tentativa por parte do unipolo de construção de uma nova forma de engajamento, mais sustentável e eficiente, com vias à manutenção da sua posição sistêmica privilegiada - bem como do uso mais integrado da sua superioridade de recursos na garantia de interesses e objetivos ditos vitais.

Partindo do pressuposto de que qualquer estratégia tem seus pontos fortes e fracos, bem como suas próprias contradições, o trabalho se direcionou, em seu terceiro capítulo, à busca pela identificação das possíveis implicações geopolíticas do comportamento estadunidense - pautado na nova estratégia - para a Guerra da Síria, o novo grande foco da atenção de Washington para a região durante a Gestão Obama. Após apresentação do surgimento do conflito, no contexto da Primavera Árabe, e do mapeamento da intrínseca rede de interesses e alianças que se formou na Síria – formada a partir de dez atores estatais e não-estatais chave, sendo estes (i) o Regime Sírio, encabeçado pelo presidente Bashar al-Assad; (ii) o *Hezbollah* e milícias xiitas estrangeiras; (iii) a República Islâmica do Irã; (iv) a Federação Russa; (v) grupos sírios de oposição ao Regime Assad; (vi) países árabes de maioria sunita (como Arábia Saudita, Qatar, Jordânia e Kuwait); (vii) a República da Turquia; (viii) os curdos; (ix) o Estado Islâmico; e (x) os Estados Unidos da América -, buscou expor a postura estadunidense durante a administração Obama no decorrer da guerra, em diálogo direto tanto com as variáveis discutidas até o momento – sobretudo de caráter sistêmico e relacionadas ao petróleo – quanto com as diretrizes da Estratégia Obama apresentados no segundo capítulo.

Por meio da análise do comportamento de Washington sob tais moldes, constatou-se que a prioridade estratégica dos Estados Unidos no Oriente Médio durante o Governo Obama esteve relacionada sobretudo ao combate ao autointitulado Estado Islâmico – único ator com

potencial de ameaçar a balança regional de poder e os interesses estratégicos de Washington na região, sobretudo relacionados ao petróleo e à manutenção do *status quo* regional. Também foi possível, ante a isso, perceber que a questão Assad ficou relegada à segundo plano uma vez que nenhum interesse considerado vital pela administração Obama se encontrava ameaçado pelo governante. Assim, em que pese o destaque dado à queda de Assad como interesse estadunidense – o que se comprova pelo apoio limitado dado por Washington a grupos de oposição -, observou-se que, *de facto*, esta nunca foi uma prioridade estratégica dos Estados Unidos, especialmente após a ascensão do ISIS – vide a recusa da Gestão Obama em agir militarmente contra Damasco.

Frente a um posicionamento fundamentado na defesa mais pragmática dos interesses vitais estadunidenses no Oriente Médio, em paralelo à busca por uma atuação militar mais seletiva e proporcional, caracterizou-se a atuação Obama na Guerra da Síria a partir de três posturas: (i) ataques aéreos regulares por meio da coalizão internacional liderada pelos EUA exclusivamente contra alvos estratégicos específicos do Estado Islâmico – e de outros grupos considerados terroristas -, objetivando o enfraquecimento do grupo; (ii) suporte e apoio - por meio do envio de armamento e material militar leve, e de um número restrito de forças especiais estadunidenses com o objetivo exclusivo de treinamento, auxílio e aconselhamento militar – a grupos de oposição considerados “moderados” – não fundamentalistas -, qualificados por Washington como as forças responsáveis pelas operações terrestres contra o ISIS; e (iii) trabalho de articulação militar e de inteligência com parceiros regionais, como Países do Golfo, Jordânia e Turquia.

Em paralelo a isso, notou-se o benefício gerado aos Estados Unidos por diversos atores envolvidos no conflito sírio - curdos, aliados regionais, rebeldes sírios, além da própria Rússia e do Governo Sírio - que, sob vários aspectos, se portaram como importantes “pontas de lança” no combate terrestre ao ISIS, e do maior foco na utilização de recursos de poder alternativos durante a Gestão Obama – como mecanismos multilaterais, canais diplomáticos e processos de construção de capacidades de aliados regionais – na resolução de questões delicadas como a crise humanitária, as armas químicas e, por fim o Estado Islâmico – no que tange à última, o engajamento militar redimensionado também mereceu destaque.

Por fim, constatou-se que, como qualquer estratégia, resultados adversos de grande importância derivaram da postura estadunidense frente ao conflito durante a Gestão Obama. Em suma, mesmo que o comportamento estadunidense se justifique pelos condicionantes estruturais da Unipolaridade, pelo petróleo como variável estratégica específica do Oriente Médio e pelos pressupostos contidos no redirecionamento estratégico protagonizado pela

Gestão Obama, uma atuação mais similar à estratégia de dominância defensiva (MONTEIRO, 2011/12), focada na defesa de interesses vitais do país na região e, como consequência, pautada em um posicionamento mais limitado da potência unipolar na Guerra da Síria, desencadeou três implicações geopolíticas relevantes para as dinâmicas do conflito: (i) o fortalecimento de movimentos *jihadistas* em solo sírio, (ii) o fortalecimento da Rússia na região, e (iii) a maior participação de potências regionais – sobretudo Arábia Saudita e Irã - no conflito por meio de *proxy wars* (ou “Guerras por Procuração”).

Percebeu-se também que todas estas três questões, - em maior ou menor grau conectadas ao vácuo de poder decorrente de uma atuação mais seletiva do unipolo – dificultam ainda mais a resolução da Guerra da Síria: (i) a existência de grupos terroristas é um obstáculo à construção de uma Síria soberana, capaz, coesa, estável, unificada e em paz; (ii) o apoio irrestrito da Rússia ao Regime Assad, por sua vez, apresenta-se como forte empecilho à um possível acordo negociado entre os grupos de oposição – que exigem a saída de Assad – e o Governo Sírio; e (iii) o suporte dado por atores regionais como Irã e Arábia Saudita a diferentes lados do conflito estimula a continuidade dos confrontos, o acirramento das rivalidades e a inflexibilidade das partes envolvidas.

Ante a todo o exposto, em resposta à pergunta de pesquisa inicial, concluiu-se que o comportamento do unipolo – especificamente do redirecionamento estratégico de Obama – e as suas subsequentes implicações geopolíticas para a Guerra da Síria – acima descritas – acabaram por encorajar a continuidade dos conflitos, aumentar as incertezas e afastar uma solução duradoura para as clivagens internas que tomaram conta da Síria.

Finalmente, diante da complexidade do tema, é válido ressaltar que o presente trabalho em nenhum momento se propôs a esgotar todas as nuances e questões relacionadas à temática. O foco, pois, foi o de buscar uma sistematização de informações, pressupostos teóricos, argumentos e possíveis considerações – sujeitas à contestação – alicerçadas em um recorte de pesquisa específico e previamente delimitado, com vias ao enriquecimento do debate acadêmico e em benefício de estudos e aprofundamentos futuros.

Nesse sentido, é facilmente perceptível a existência de uma ampla variedade de linhas de pesquisa diretamente relacionadas ao tema do presente trabalho e passíveis de exploração. A despeito do recorte temporal e espacial aqui propostos, questões relacionadas à crise de refugiados desencadeada pelo conflito – além dos seus possíveis reflexos políticos, econômicos, sociais e estratégicos tanto para países da região quanto para a própria Europa, aliada histórica de Washington –, ao processo interno de formulação da Estratégia Obama - com maior destaque para as variáveis domésticas -, à questão da maior presença da Rússia no Oriente Médio – e

suas consequências para a atuação norte-americana na região -, à atual situação e força do ISIS, e, por fim, ao estudo do posicionamento do presidente norte-americano Donald Trump sobre o conflito sírio em seus primeiros meses de gestão, apresentam-se como rico e fértil terreno para pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMANN, Florian. Energy Security as multidimensional concept. **Research Group On European Affairs**, Munique, v. 1, n. 1, p.1-16, mar. 2008.

BBC. **What is 'Islamic State'?** 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-29052144>>. Acesso em: 27 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Por que há uma Guerra na Síria: 10 perguntas para entender o conflito** (2017). Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37472074>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida da. ANÁLISE DA PRIMAVERA ÁRABE: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. **Revista Cej**, Brasília, v. 59, n. 1, p.58-71, 2013. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1677/1707>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BOCK, Pauline. **WHY SYRIA IS SO IMPORTANT**. 2015. Disponível em: <<https://news-decoder.com/2015/10/why-syria-is-so-important2/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

BORGER, Julian; INZAURRALDE, Bastien. **West 'ignored Russian offer in 2012 to have Syria's Assad step aside'**. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/sep/15/west-ignored-russian-offer-in-2012-to-have-syrias-assad-step-aside>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BP. **BP Statistical Review of World Energy: June 2009**. [s. L.]: Bp, 2009. 48 p. Disponível em: <[www.bp.com/statisticalreview](http://www.bp.com/statisticalreview)>. Acesso em: 06 set. 2017.

BYMAN, Daniel; MOLLER, Sara Bjerg. The United States and the Middle East: Interests, Risks, and Costs. In: SURI, Jeremi; VALENTINO, Benjamin (Ed.). **Sustainable Security: Rethinking American National Security Strategy**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 46. Disponível em: <[https://www.tobinproject.org/sites/tobinproject.org/files/assets/Byman & Moller - The United States and the Middle East\\_0.pdf](https://www.tobinproject.org/sites/tobinproject.org/files/assets/Byman%20&%20Moller%20-%20The%20United%20States%20and%20the%20Middle%20East_0.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2017.

CASSIDY, John. **America's Vital Interests in Syria**. 2015. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/news/john-cassidy/americas-vital-interests-in-syria>>. Acesso em: 06 out. 2017.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2016.

CHOLLET, Derek. The Myth of American Disengagement. **Defense One**, Web, 2016. Disponível em: <<http://www.defenseone.com/ideas/2016/05/myth-american-disengagement/128483/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

DALACOURA, Katerina. The 2011 uprisings in the Arab Middle East: political change and geopolitical implications. **International Affairs**, Malden, v. 88, n. 1, p.63-79, 2012. Disponível em:

<[http://www.brooklyn.cuny.edu/web/aca\\_socialsciences\\_polisci/150422\\_IA\\_Comps\\_2011-Uprisings-Arab-Middle-East.pdf](http://www.brooklyn.cuny.edu/web/aca_socialsciences_polisci/150422_IA_Comps_2011-Uprisings-Arab-Middle-East.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2017.

DINIZ, Eugenio. Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade - Uma Discussão Teórica Realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.505-565, jun. 2006. Semestral. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292006000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292006000200005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 13 maio 2016.

DYSON, Tom. **Neoclassical Realism and Defence in Reform in Post-Cold War Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2010. Kindle Edition.

EIA. **WORLD OIL TRANSIT CHOKEPOINTS**. 2017. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/regions-topics.cfm?RegionTopicID=WOTC>>. Acesso em: 07 out. 2017.

ENI. **O&G: World Oil and Gas Review 2008**. Roma: Marchesi Grafiche Editoriali Spa, 2008. 171 f. Disponível em: <[https://www.eni.com/docs/en\\_IT/enicom/publications-archive/publications/wogr/2008/wogr2008.pdf](https://www.eni.com/docs/en_IT/enicom/publications-archive/publications/wogr/2008/wogr2008.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2017.

FINER, Jon; MALLEY, Robert. **How Our Strategy Against Terrorism Gave Us Trump**. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/03/04/opinion/sunday/how-our-strategy-against-terrorism-gave-us-trump.html>>. Acesso em: 01 out. 2017.

FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Sergio L. C.. A GUERRA CIVIL SÍRIA, O ORIENTE MÉDIO E O SISTEMA INTERNACIONAL. **Série Conflitos Internacionais**, Marília, v. 1, n. 6, p.1-6, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-guerra-civil-siria.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.

GRASSWIRE. **ISIS posts map of Five Year Plan for the 'caliphate'**. 2014. Twitter. Disponível em: <<https://twitter.com/grasswire/status/483608869676273665>>. Acesso em: 06 out. 2017.

HUGHES, Joseph. **The Geopolitics of the Syrian Civil War: (Part 1/2)**. 2014. Disponível em: <[https://www.faiobserver.com/region/middle\\_east\\_north\\_africa/geopolitics-syrian-civil-war-98401/](https://www.faiobserver.com/region/middle_east_north_africa/geopolitics-syrian-civil-war-98401/)>. Acesso em: 06 out. 2017.

IEA. **KEY WORLD ENERGY STATISTICS: 2009**. Paris: Stedi Media, 2009. 82 p. Disponível em: <[http://large.stanford.edu/courses/2009/ph204/landau1/docs/key\\_stats\\_2009.pdf](http://large.stanford.edu/courses/2009/ph204/landau1/docs/key_stats_2009.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2017.

ISSA, Antoun. **Is War in Syria in America's Interest?** 2016. The National Interest. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/feature/war-syria-americas-interest-18037>>. Acesso em: 10 out. 2017.

JONES, Alex Rees. **THE SYRIAN CIVIL WAR: THE ORIGINS, ACTORS, AND ECONOMIC AFTERMATH**. 2017. Disponível em: <<https://publicpolicy.wharton.upenn.edu/live/news/1766-the-syrian-civil-war-the-origins-actors-and>>. Acesso em: 06 out. 2017.

KAHL, Colin; LYNCH, Marc. U.S. Strategy after the Arab Uprisings: Toward Progressive Engagement. **The Whashington Quaterly**, Whashington, v. 36, n. 2, p.39-60, 2013.

KASSAB, Hanna. **Syria as a Global Battleground: More Actors, More Interests, More Problems**. 2016. Disponível em: <<https://intpolicydigest.org/2016/08/31/syria-global-battleground-actors-interests-problems/>>. Acesso em: 06 out. 2017.

LAUB, Zachary. Who's Who in Syria's Civil War. **Council on Foreign Relations**, web, 2017. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/whos-who-syrias-civil-war>>. Acesso em: 26 set. 2017.

LAYNE, Christopher. This Time It's Real: The End of Unipolarity and Pax Americana. **International Studies Quaterly**, [s. L.], v. 56, n. 1, p.203-213, jan. 2012.

LEGRENZ, Matteo; CALCULLI, Marina. **Regionalism and Regionalization in the Middle East: Options and Challenges**. 2013. International Peace Institute. Disponível em: <[https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi\\_e\\_pub\\_regionalism\\_me.pdf](https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi_e_pub_regionalism_me.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2017.

LYNCH, Marc. Obama and the Middle East: Rightsizing the U.S. Role. **Foreign Affairs**, web, 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/obama-and-middle-east>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

MAZARR, Michael; BRANDS, Hal. **NAVIGATING GREAT POWER RIVALRY IN THE 21ST CENTURY**. 2017. Disponível em: <[https://warontherocks.com/2017/04/navigating-great-power-rivalry-in-the-21st-century/?utm\\_source=DEFCONNews&utm\\_medium=Website](https://warontherocks.com/2017/04/navigating-great-power-rivalry-in-the-21st-century/?utm_source=DEFCONNews&utm_medium=Website)>. Acesso em: 06 out. 2017.

MEARSHEIMER, John F. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton, 2001.

\_\_\_\_\_. America Unhinged. **The National Interest**, Washington, v. 129, n. 1, p.9-30, jan. 2014. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/files/digital-edition/1388435556/129-Digital-Edition.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2017.

MERELES, Carla. **A Guerra Civil na Síria** (2016). Disponível em: <<http://www.politize.com.br/guerra-civil-na-siria/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

MONTEIRO, Nuno P. Unrest assured: Why unipolarity is not peaceful. **International Security**, Vol. 36, Nº 3, (Winter 2011/12), pp. 9-40).

NATALI, Dr. Denise. **US Foreign Policy, Selective Engagement, and Stabilization**. 2016. Institute of Regional and International Studies. Disponível em: <<http://auis.edu.krd/iris/events/us-foreign-policy-selective-engagement-and-stabilization>>. Acesso em: 26 out. 2017.

NELSON, Michael. **BARACK OBAMA: FOREIGN AFFAIRS**. 2016. Miller Center. Disponível em: <<https://millercenter.org/president/obama/foreign-affairs>>. Acesso em: 07 out. 2017.

PRESSE, France. **EUA passam a ser maior produtor mundial de petróleo.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/06/eua-passam-a-ser-maior-produtor-mundial-de-petroleo.html>>. Acesso em: 09 out. 2017.

RAMOS, Luiz Felipe Gondin. **Origens da Primavera Árabe:** Uma proposta de classificação analítica. 2015. 30 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11377/1/2015\\_LuizFelipeGondimRamos.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11377/1/2015_LuizFelipeGondimRamos.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2017.

REVKIN, Mara. The legal foundations of the Islamic State. **The Brookings Project**, Washington, v. 23, n. 1, p.1-44, jul. 2016. Disponível em: <[https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/Brookings-Analysis-Paper\\_Mara-Revkin\\_Web.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/Brookings-Analysis-Paper_Mara-Revkin_Web.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2017.

SANCHA, Natalia. **Um guia para entender quem é quem no complexo conflito da Síria.** 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/25/internacional/1453739657\\_964290.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/25/internacional/1453739657_964290.html)>. Acesso em: 10 out. 2017.

SHINKMAN, Paul D. **The Obama Doctrine:** Let the Mideast Fight Its Own Wars. 2015. Disponível em: <<https://www.usnews.com/news/articles/2015/04/02/obamas-middle-east-policies-leave-saudi-arabia-iran-to-fight-it-out>>. Acesso em: 06 out. 2017.

SIPRI. **Military expenditure.** 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-transfers-and-military-spending/military-expenditure>>. Acesso em: 07 out. 2017.

UNITED STATES. **National Security Strategy Archive.** 2017. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>>. Acesso em: 04 set. 2017.

WAGNER, Daniel; CAFIERO, Giorgio. **Saudi Arabia's Dark Role in the Syria Conflict.** 2013. The World Post.. Disponível em: <[https://www.huffingtonpost.com/daniel-wagner/saudi-arabias-dark-role-i\\_b\\_3402447.html](https://www.huffingtonpost.com/daniel-wagner/saudi-arabias-dark-role-i_b_3402447.html)>. Acesso em: 06 out. 2017.

WALT, Stephen M. **A grand new strategy for American foreign policy.** 2005. In the National Interest Forum. Disponível em: <<https://bostonreview.net/walt-national-interest>>. Acesso em: 07 set. 2017.

\_\_\_\_\_; MEARSHEIMER, John F. The Case for Offshore Balancing: A Superior U.S. Grand Strategy. **Foreign Affairs**, Web, 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-06-13/case-offshore-balancing>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

WALTZ, Kenneth N. **Man, the State and War:** A Theoretical Analysis. New York: Columbia University Press, 1959.

\_\_\_\_\_. **Theory of International Politics.** New York: McGraw-Hill, 1979.

\_\_\_\_\_. The Emerging Structure of International Politics. **International Security**, [s. L.], v. 18, n. 2, p.44-79, set. 1993.

\_\_\_\_\_. Structural Realism After The Cold War. **International Security**, [s. L.], v. 25, n. 1, p.5-41, dez. 2000. Disponível em:  
<[http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz\\_Structural Realism.pdf](http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz_Structural%20Realism.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2016.

WILLIAMS, Paul. President Obama's Approach to the Middle East and North Africa: Strategic Absence. **Case Western Reserve Journal Of International Law**, Cleveland, v. 48, n. 1, p.83-101, 2016. Disponível em:  
<<http://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2237&context=jil>>. Acesso em: 09 out. 2017.

WHITE HOUSE. **The National Security Strategy of the United States of America** (2002). Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **National Security Strategy (2010)**. Disponível em:  
<<http://nssarchive.us/NSSR/2010.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **President Obama**: “The Future of Syria must be determined by its people, but Presidente Bashar al-Assad is standing in their way” (2011). Disponível em:  
<<https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2011/08/18/president-obama-future-syria-must-be-determined-its-people-president-bashar-al-assad>>. Acesso em 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **National Security Strategy (2015)**. Disponível em:  
<[https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015\\_national\\_security\\_strategy.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2017.

WOHLFORTH, William. The Stability of a Unipolar World. **International Security**, vol. 24, Nº 1, (Summer 1999), pp. 5-41.